

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um

--- Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, na cidade de Santa Comba Dão, no Auditório da Casa da Cultura, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2020.-----

----- 2. Tratamento dos assuntos das alíneas b) c) d) e) e f) do n.º 1 do Art.º 40º do Regimento.

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2020 e o dia 11 de maio de 2021, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. Análise e discussão do documento “Viseu Dão Lafões 2030”, no âmbito da preparação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o próximo quadro financeiro plurianual, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3. Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 4. Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2021, de acordo com a Informação de Serviço n.º 263/2021, de 13 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 5. Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 6. Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para autorização de reprogramação do PPI 2021 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes ao ano de 2022 para a aquisição das unidades móveis de saúde integradas na candidatura “Unidades Móveis de Saúde na Região Viseu Dão Lafões”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Assembleia Intermunicipal

----- 7. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 14 de novembro de 2020 e o dia 7 de maio de 2021, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2020, de acordo com a Informação de Serviço nº 354/2021, de 10 de maio, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -

--- José Gabriel Marques Pires; -----

--- Márcio Ferreira dos Santos -----

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques -----

--- Gabriel António Oliveira Sousa -----

--- Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso -----

--- Maria João Tavares Ribeiro -----

--- Jorge Manuel Mamede Soares-----

--- José Manuel Afonso Rodrigues -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.-----

--- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Senhores Deputados Intermunicipais, quero começar por os cumprimentar a todos, agradecer a Vossa presença. Cumprimentar o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, os Senhores Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal, e deixei para o fim o Senhor Presidente de Santa Comba Dão, que é o nosso anfitrião, a quem agradeço em nome da Assembleia Intermunicipal, a disponibilidade para cedência deste excelente auditório, que nos permite respeitar todas as normas de segurança, na situação em que vivemos, e além disso também para lhe agradecer a disponibilidade que tinha manifestado para nos proporcionar aquilo que era o habitual jantar na sequência das reuniões, mas fiz comunicar que face às circunstâncias que ainda vivemos, com muita pena, não o faríamos, até porque, se não houver nada de excepcional, esta será a última reunião da Assembleia Intermunicipal deste mandato. -----

--- Isto leva-me a dizer que para mim, suponho que os meus companheiros de mesa também, para mim foi uma honra ter a possibilidade de desempenhar esta função pública, que é obviamente por isso mesmo, um serviço à Comunidade, não só à Comunidade Viseu Dão Lafões,



Assembleia Intermunicipal

mas à comunidade em geral. Às vezes até se esquecem que nós só ocupamos estes cargos temporariamente, isto é não somos, estamos nestes cargos, e portanto agradecer a colaboração que todos deram, agradecer aos serviços da CIM o trabalho que tiveram, nalguns casos, tendo que me aturar algumas coisas, se calhar em algumas eu teria alguma razão, em outras não teria, ao Conselho Intermunicipal na pessoa do Presidente, porque independentemente, pontualmente, termos às vezes algumas discordâncias, sempre foi possível manter uma excelente colaboração entre os órgãos, aliás como é normal, e devia ser ponto de honra em todas as questões institucionais, uma coisa são questões institucionais, outras são questões de opinião. -----

--- E posto isto, desejando para o futuro, daqui a algum tempo haverá eleições, se calhar alguns estarão, outros não. No futuro que a Assembleia Intermunicipal, e deixem-me deixar aqui esta nota, bem precisava, no quadro das CIM's com a importância crescente que vão ter e que estão a ter numa séria de intervenções, na coordenação de outras, se calhar justificar-se-ia que, quem tem o poder de fazer legislação sobre estes atos, que pensasse na forma como eles funcionam, e a sua estrutura orgânica e as próprias competências e a sua distribuição entre vários órgãos. Mas esta é uma questão que é apenas pessoal, para desejar que no futuro seja possível fazer mais e melhor do que até agora se tem feito no trabalho desta Assembleia Intermunicipal. -----

--- E posto isto íamos passar aquilo que é a nossa ordem de trabalhos."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, **Leonel Gouveia**, cuja intervenção se transcreve: "Muito boa tarde a todos, cumprimento em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, cumprimento os Senhores Secretários da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente do Conselho, Sr. Rogério Abrantes, os meus colegas Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleias Municipais, deputados intermunicipais, Senhor Secretário Executivo, cumprimento os colaboradores técnicos da Comunidade Intermunicipal, e um cumprimento especial ao Dr. Paulo Queirós que está aqui hoje connosco. -----

--- Dizer-vos que é um privilégio tê-los em Santa Comba Dão, Santa Comba Dão que gosta de receber bem os nossos convidados, como o Dr. Rui Santos disse, e bem, gostaria imenso que após esta reunião pudéssemos confraternizar um bocadinho, infelizmente as questões da pandemia não o permitem, mas fica o compromisso, eu sou candidato à Câmara Municipal e se ganhar fica esta promessa de que este gesto será retribuído, quando e esperamos que o mais rápido possível, as questões da pandemia sejam já, digamos, algo do passado.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Espero naturalmente que esta seja uma Assembleia produtiva, porque naturalmente aquilo que forem as decisões e as orientações aqui tomadas, elas terão reflexo naquilo que é o desenvolvimento dos nossos territórios.-----

--- Muito obrigada, Senhor Presidente por me ter dado esta oportunidade e espero, mais uma vez, que todos se sintam bem em Santa Comba Dão e que esta seja uma reunião bastante produtiva.”-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2020-----

--- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Em relação ao ponto do expediente, que é um dos pontos, não houve expediente nenhum significativo, a única coisa que me chegou de fora, embora tivesse acesso também pela internet, foi um boletim de execução de fundos comunitários, geridos no âmbito da Comissão de Coordenação da Região Centro, que aliás eu fiz seguir para todos os senhores membros da Assembleia e já agora dizer que se convocou uma reunião de líderes de grupos, que se realizou, fez na sexta feira passada oito dias, só esteve presente o Dr. António Amaro e o Dr. Mário Pereira.-----

--- Estivemos a ver estas questões que haviam e uma das questões que se resolveu e que a comissão sugeriu foi que para o ponto 2 da nossa ordem de trabalhos, se pedisse um limite de tempo, que seria de uma hora e dez, na medida em que, sugerindo que a mesa fizesse uma distribuição de tempo de 20 minutos para o Conselho Intermunicipal, vinte minutos para o grupo do PS, vinte minutos para o grupo do PSD e cinco minutos para cada um dos independentes. Isto foi o que aconteceu em termos da reunião do Conselho de Líderes, portanto, a partir de agora, não tenho mais a relatar-vos.”-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Cristiana Ferreira**, cuja intervenção se transcreve: “Exmos. Senhores. Boa tarde a todos. Presidente da Assembleia Intermunicipal e em si permita-me que cumprimente os restantes elementos da Mesa; Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, a quem agradeço o acolhimento e saudações, e demais Presidentes de Câmara aqui presentes; Presidente do Conselho Intermunicipal, Secretário Executivo, Deputados da Assembleia Intermunicipal, colaboradores da CIM e do Município de Santa Comba, demais presentes na sala, a todos cumprimento e saúdo.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Retomo a minha intervenção sobre a pandemia e com esta uma brevíssima reflexão sobre os desafios que enfrentamos no plano da saúde e o enquadramento que esta dimensão trará no plano de recuperação e resiliência. -----

--- Para a generalidade dos cidadãos o foco atual ainda se situa no plano da gestão da pandemia, propriamente dita, do combate ao vírus e à doença. Receamos novos confinamentos, tememos recuos nas medidas e por isso lá vamos olhando para os números de casos, de internamentos e de mortes, que haverão de semana a semana, ditar a nossa sorte ou azar. Mas é a vacinação que em grande parte vai dominado as conversas, se o familiar ou amigo já tomou ou não a vacina, e qual, quantas doses, se teve reação ou não. Sem olvidar que vamos assistindo incrédulos à disparidade de orientações e critérios de quem tem responsabilidades políticas, no tocante nomeadamente à realização de eventos. Mas este é um caminho que não irei agora percorrer, mas que não podia deixar de registar. -----

--- Vivemos um tempo político muito particular, em que se tiram lições, mas nunca consequências. Aqui chegados, debelada que seja a pandemia, o futuro, ainda que imprevisível, terá necessariamente de ser de reconstrução, sendo cada vez mais evidente, em face da experiência ainda vivida que vão ser necessários novos mecanismos de atuação política, alicerçados em alguma solidariedade, para a salvaguarda dos valores mais elementares da humanidade. -----

--- Mas sermos capazes? -----

--- Está em curso a preparação, para aprovação e implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, anunciado como um documento estratégico onde estão alegadamente plasmadas reformas estruturais fundamentais para assegurar a saída da crise pandémica e garantir um futuro resiliente para Portugal. -----

--- A dimensão da resiliência é a que mais recursos absorve, concentrando 61% do montante das subvenções, sendo a área temática mais transversal, e devendo contribuir para a concretização das metas de investimento propostas pela Comissão Europeia, entre as quais a saúde. Mas não será este um Plano do Estado para o Estado Central, como referem os economistas, tendo-se, nomeadamente, ignorada a Administração Local? Para que este Plano tenha um impacto verdadeiramente estrutural, os investimentos terão que ser direcionados para a solução dos problemas crónicos e concretos de funcionamento dos serviços de saúde. Veja-se o paradigma da saúde mental, torna-se claro que o Serviço Nacional de Saúde será o único alvo de alocação das verbas destinadas à saúde, como se apenas este constituísse o todo do Sistema Nacional dos Serviços de Saúde. -----

Assembleia Intermunicipal

---Se olharmos para a realidade e para o papel das instituições que prestam cuidados de psiquiatria e saúde mental, o não reconhecimento do trabalho das entidades não governamentais, prestadoras de cuidados de psiquiatria e saúde mental, como entidades parceiras, nomeadamente as IPSS's, não augura nada de bom e portanto de nada adianta a propaganda que vai haver muito dinheiro se não se chegar ao cerne do problema e nesta matéria da saúde mental, até a justiça devia ter sido envolvida, o que não foi. E este é um tema preocupante e sistematicamente marginalizado politicamente. O que urge garantir na saúde é que todos os setores da população, com carências de cuidados médicos primários, especiais ou de outra natureza, vejam reconhecidas as suas necessidades e por isso garantidos os serviços necessários e suficientes em todo o país, e não apenas em Lisboa e no Porto. É a integridade física e psicológica que está em causa e com esta a dignidade do ser humano, nem sempre acautelada.-----

---A descentralização na saúde é um desígnio que ambicionamos, precisamente porque acreditamos que a aposta na proximidade é sempre melhor sucedida do que a centralização de procedimentos. Indague-se o papel que as autarquias tiveram, têm e terão, ainda na gestão e resposta à pandemia.-----

--- Assim pergunto: a transferência de competências para os municípios no âmbito dos cuidados primários, não devia ser acompanhado do reforço no investimento nas nossas unidades de saúde? Então não fará sentido um apelo e fortalecimento da participação nos municípios e dos órgãos regionais, CCDR's na execução da descentralização e dos instrumentos de acompanhamento e gestão? Com este enquadramento não podemos deixar de recomendar à CIM que não olvide esforços na prossecução destes objetivos, em particular na área da saúde e questiono o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal relativamente ao conhecimento que tem de quais os investimentos concretos que se preveem na área da CIM Viseu Dão Lafões."---

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: "Eu venho aqui só referir-me a três aspetos e vou ser muito breve nesta apresentação.-----

--- O primeiro tem a ver com o boletim mensal, março 2021, que respeita a operações/projetos aprovados e que nos foi enviado, juntamente com a restante documentação. Começarei por enaltecer, como positivo, o envio de tal informação, pois toda a informação que chega a esta Assembleia é significado de maior transparência e com certeza contribui para o melhor relacionamento das instituições, neste caso concreto, entre o Conselho e a Assembleia e também para o normal e regular funcionamento democrático a que todos devemos obrigação. No entanto, há dois pequenos aspetos que me chamaram à atenção nesse boletim mensal. O

Assembleia Intermunicipal



primeiro é que ele respeita a março e sendo mensal e estando nós no final de maio, porque não termos já o de abril? O segundo é porque olhando para os elementos que ali constam, vemos que esta Região Dão Lafões, comparativamente com as demais Comunidades da Região Centro, exhibe uma taxa de execução muito baixa, a mais baixa de toda a Região, designadamente no que diz respeito ao Investimento Municipal, taxa de execução de 31,8% e também aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão, uma taxa de 35,8%. Gostaria de saber se há alguma justificação para este atraso, relativamente às demais comunidades e também se esta informação está disponível por concelhos, uma vez que o que nos chega é só da Comunidade no seu conjunto. -

--- O segundo aspeto que eu gostaria aqui de partilhar convosco, é uma preocupação pessoal enorme, e antes de entrar nela diretamente, eu gostaria de fazer aqui uma manifestação de intenções. Eu fui eleito e estou aqui, nas listas do PS, partido a quem eu tanto reconheço e tenho agradecimento enorme, pela consideração que também têm por mim, no entanto eu mantenho-me como independente partidário, não estou filiado em qualquer partido e daí que aquilo que eu vou dizer, tem um outro sentido na minha perspetiva. Trata-se de uma preocupação pela perceção de estarmos a assistir à fragilização de um pilar de garantia de alternância democrática no governo nacional. Naturalmente falo da notícia e da evolução recente do Partido Social Democrata. Preocupa-me sobretudo pelo facto de, no espaço político natural do PSD, estar a ser ocupado por outras forças, movimentos, cujo sentido democrático é muito duvidoso, podendo levar a soluções de governo com base numa forte hegemonia partidária ou de alianças inconsequentes, ou de curta duração. Destas duas possibilidades nós temos exemplos na União Europeia que nos assustam e que nós com certeza não queremos que eles venham a acontecer em Portugal, quer no que diz respeito à hegemonia de um partido sobre os demais partidos, ou seja, um partido conseguir abafar todos os demais partidos, quer também situações em que os governos são muito fragmentados e não têm qualquer capacidade de decisão e de progredir para a evolução do país. Lembro que o PSD é uma instituição muito respeitável, uma instituição que já deu mostras também de muita responsabilidade, muita capacidade no que diz respeito à alternância democrática, daí a minha preocupação. Neste momento não vejo no país uma possibilidade de alternância que nos garanta esta democracia que temos vivido nos últimos anos e de que tanto nos regozijamos. Daqui deixo um apelo a todos os membros do PSD aqui presentes para que tudo façam, de facto, para que o PSD não perca força, para que revitalize e ganhe espaço no seu território.-----

--- Por último, e como já foi aqui referido pelo Senhor Presidente da Mesa, eventualmente esta será a última assembleia deste mandato e como tal, eu pessoalmente, quero agradecer todo o

Assembleia Intermunicipal

vosso contributo para o meu enriquecimento pessoal durante estes quatro anos e também, já agora pedir desculpa, por eventualmente algo que eu tenha dito, tenha feito, que não tenha correspondido às melhores expectativas dos presentes. Muito obrigado e até já.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís Ferreira**, cuja intervenção se transcreve: “Confesso que fui um pouco surpreendido com o repto que foi lançado a todos os membros do PSD, porque, que eu saiba, o PSD não recebe esse tipo de lições, uma vez que o PSD não tem um cadastro, do passado mais próximo, que o leve a se envergonhar de qualquer atitude, de qualquer opção. Não fomos nós que perdemos as eleições e tomámos o poder aliando-nos a partidos que têm um histórico de defesa de regimes ditatoriais, com grande número de mortes no seu cadastro. -----

--- Por outro lado, também é importante que façamos uma reflexão e quando foi dito que é necessário manter, por não haver alternativa, o atual regime democrático, eu estranho que no atual regime, assim tão democrático, as forças mais extremistas tenham crescido tanto. Talvez, em vez de estarmos a apelar ao fim de qualquer estrutura partidária, seria importante nós refletirmos porque é que essas estruturas aparecem e porque é que elas ganham tanto terreno. Não seremos nós que lhes estaremos a dar campo e margem para progredir? -----

--- Mas o que me levou a intervir, que me levou a inscrever-me, tem a ver com a atividade desta instituição. Num período de pandemia, com tantos constrangimentos para todas as entidades, desde as entidades coletivas até às individuais, apesar de tudo, dentro do possível e de todos os constrangimentos, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, conseguiu manter uma atividade que no meu ponto de vista merece ser assinalada. Na informação escrita que o Senhor Presidente nos dirigiu, é apresentado um conjunto de iniciativas levadas a efeito por esta Comunidade, e por essa razão não vou estar a referi-las, a todas, mas vou destacar, também em termos de felicitação, a captação do Centro de Informação Europe Direct, para Viseu, fruto de uma candidatura vencedora. É nestas conquistas que devemos centrar-nos, é isto que nós devemos sublinhar, porque a equipa liderada pelo Dr. Nuno Martinho não precisa de carinho, como dizia o treinador Jorge Jesus, mas precisa de reconhecimento, precisa de motivação. Os bravos, os competentes, precisam de ser alimentados, sobretudo, por esse lado, pelo reconhecimento do trabalho, pela capacidade de os incentivar e de lhes dar força. -----

--- Efetivamente, é importante reconhecer o mérito, porque foi fruto de uma candidatura competente, de qualidade, certamente, eloquente, que conseguimos trazer para Viseu o Centro de Informação Europe Direct, que estava sediado noutra distrito, noutra cidade. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Por outro lado, no âmbito da educação, tivemos algumas diligências importantes e decisivas. Recentemente, houve uma reunião do Dr. Nuno Martinho com o Senhor Secretário de Estado para definição e organização da rede de cursos profissionais, na qual o Dr. Nuno Martinho teve influência em duas vertentes muito importantes: por um lado, através desta reunião conseguiu fazer algum aperfeiçoamento dos critérios de atribuição ou de constituição dessa rede, porque muitas vezes, como é natural, são definidos centralmente, não se coadunando com a realidade mais particular de cada território, e de facto foi dado um contributo que chegou a bons resultados na defesa do interesse da nossa região e dos nossos alunos; por outro lado, numa outra vertente, na negociação da rede propriamente dita, numa negociação difícil, representou-nos dignamente e com toda a força que pôs nessa negociação, fez com que a rede que foi apresentada e acordada, fosse aquela que é mais coerente e que melhor serve os interesses do nosso território, por isso, fica aqui o agradecimento, também, das escolas e do setor da educação, porque ficámos todos a ganhar. -----

--- Para terminar, vi também na informação escrita que houve uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação para se obterem informações sobre o andamento do IP3. Como não vi qualquer referência eu gostava de saber, Senhor Presidente, se há alguma informação relativamente à requalificação da Nacional 225, que está transitável, mas próximo do intransitável. Estava prevista para essa via uma intervenção em 2016, pelo governo do Dr. Passos Coelho, já com financiamento garantido, entretanto veio o dito fim da austeridade, e o que é certo é que passados todos estes anos, está muito pior, do que estava antes. Se tivesse alguma informação sobre esta matéria, Senhor Presidente, agradecia que me fosse comunicada. Muito obrigado.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Manuel Henriques Mota Faria**, cuja intervenção se transcreve: “Vinha aqui apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Almeida Henriques. “No dia 4 de abril de 201 faleceu o Dr. António Joaquim Almeida Henriques, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Viseu. -----

--- O Dr. Almeida Henriques foi um político e um autarca de excelência, que dedicou grande parte da sua vida à causa pública como: -----

--- Deputado na Assembleia da República; -----

--- Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional; -----

--- Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões; -----

Assembleia Intermunicipal

--- Presidente da Câmara Municipal de Viseu.-----

--- Homem Público de rara sensibilidade e visão política, procurou sempre exercer as funções com grande responsabilidade e sentido de missão em prol do Bem Comum.-----

--- Defensor do Poder Local Democrático, da sua dignificação e afirmação, do reforço do Municipalismo como instrumento de gestão do território, integrava os Órgãos Dirigentes da Associação nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sendo Vice-Presidente do Conselho Diretivo.-----

--- Foi um “lutador” na defesa de Viseu e da Região, contra a litoralização do País.-----

--- Reivindicou com veemência os investimentos estruturantes necessários ao nosso desenvolvimento.-----

--- Um exemplo enquanto autarca na defesa das suas convicções e dos superiores interesses de Viseu e da Região.-----

--- Assim, propõe-se que a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões reunida em sessão ordinária no dia 31 de maio de 2021, delibere:-----

--- - Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. António Joaquim Almeida Henriques, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Viseu e, seja guardado um minuto de silêncio em sua memória.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve:” A mesa entendeu e discutiu isso no conselho de representantes, apresentar um voto de pesar que eu vou ler “Há cerca de dois meses a Região da nossa Comunidade Intermunicipal foi abalada com a perda de duas personalidades que, cada um nas suas funções e ações e à sua maneira pessoal, se empenharam para contribuir para o desenvolvimento da nossa região e na luta por melhores condições de vida e futuro de todos os seus habitantes.-----

--- Referimo-nos ao Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu que o Covid-19 roubou ao nosso convívio quando muito ainda haveria de esperar do seu contributo para as linhas de desenvolvimento, e ao Dr. Jorge Coelho, personalidade sobejamente conhecida, à data do falecimento empresário na nossa região e um dos grandes dinamizadores do Movimento de Desenvolvimento do Interior, que também a morte levou inopinadamente do nosso convívio.-----

--- Perante estas duas mortes que a todos muito nos penalizam, a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões manifesta publicamente o seu pesar e apresenta as condolências às famílias e amigos dos falecidos.”-----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Associarmo-nos, em nome do PSD associamo-nos aos dois votos que são apresentados, em nome do PSD, do representante Dr. Mota Faria, relativamente ao nosso saudoso companheiro e também Presidente da Câmara, Almeida Henriques, dizer que para nós foi um choque mesmo muito grande a perda de um Presidente de Câmara em funções, mas sobretudo um amigo e companheiro de muitos anos, de muitas lutas, nesta nossa região também, e que continuava a ser uma figura proeminente da região na reivindicação daquilo que entendemos ser o melhor para todos nós.-----

--- Quanto ao Dr. Jorge Coelho, naturalmente que o PSD se associa à perda que teve a região, mas não temos naturalmente também a mesma convivência partidária ou política, mas foi sem dúvida também uma das pessoas que deu um contributo muito grande para a afirmação do partido socialista para as lutas do interior e sobretudo um democrata que ajudou também à consolidação do poder democrático depois do 25 de abril. E nesse sentido o PSD associa-se aos dois votos de pesar." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Rafael Amaro**, cuja intervenção se transcreve: "Em nome do partido socialista, gostaríamos de nos associar a este voto de pesar, como é natural, quer aquele que é apresentado pelo Dr. Mota Faria, quer o que foi apresentado pela Mesa, e, portanto, como é evidente lamentar as mortes, neste caso não poderíamos fazer outra coisa, que não fosse associarmo-nos." -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: "Deixem-me só fazer uma pequena nota pessoal, eu fiz questão, de na minha Assembleia Municipal, apresentar um voto de pesar, relativamente semelhante a este, como sabem eu sou membro da Assembleia Municipal de Tondela e como sabem os elementos de Viseu, uma parte deles, eu tinha uma relação relativamente próxima com o Dr. Almeida Henriques, que se desenvolveu sobretudo, quando ele foi Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e eu dirigia a Escola Mariana Seixas e estabelecemos aí, inclusive, protocolos de cooperação, em que entre outras coisas, a Escola assegurava, por exemplo, a cobertura, por um lado do Parlamento Jovem e por outro lado da Assembleia Municipal Jovem, que tinha sido uma iniciativa lançada pelo Dr. Almeida Henriques. Por isso devo dizer que fiquei bastante chocado, tinha estado três dias antes a falar com familiares sobre o estado de saúde, quando foi a morte. Em relação ao Dr. Jorge Coelho, tinha um conhecimento de 40 anos com ele e, portanto, fiquei muito surpreendido quando ouvi a notícia e fiquei muito pesaroso. Até tinha uma visita marcada

Assembleia Intermunicipal

à fábrica do queijo com ele e que acabei por fazer já depois de ele ter morrido. Até como homenagem simples”. -----

--- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou as mesmas a votação tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Eu venho aqui sobretudo, porque provavelmente esta vai ser a última Assembleia Intermunicipal que vamos ter antes das eleições autárquicas. -----

--- Uma primeira comunicação, agradecer a todos aqueles que partilhamos aqui este ambiente democrático, de debate e de defesa dos nossos concelhos e da nossa região, pedir desculpa por eventuais mal entendidos ou por algum excesso de linguagem que possa ter usado ao longo destes 4 anos, tudo o que fiz foi sempre na defesa dos interesses da nossa região e por isso mesmo, agradecer também ao Conselho Executivo, todos os Senhores Presidentes de Câmara, pelo trabalho que fizeram ao longo destas 4 anos na execução do Plano de Desenvolvimento e do Pacto para o Território e sem deixar também de passar e propunha também aqui a esta Assembleia que se fizesse um voto de louvor a todos os funcionários da Comunidade Intermunicipal, liderados pelo Secretário Executivo, e propor este voto conjunto ao Secretário Nuno Martinho, pela coordenação que fizeram, neste caso que fez o Nuno, em todos os investimentos que foram realizados na região, todas as candidaturas e também na preparação que está a ser feita para o próximo quadro 2030. Propunha então que se fizesse, Senhor Presidente, depois esta proposta à Assembleia de votar um voto de louvor a todos os funcionários e ao Secretário Executivo pelo trabalho desenvolvido. -----

--- Depois eu também não podia deixar em claro aquilo que nos foi dito aqui pelo nosso Deputado Vítor Fernandes, de Penalva do Castelo, em relação ao Partido Social Democrata, e eu agradeço-lhe essa preocupação e sei que confia muito na instituição do PSD, como um partido que é também um dos esteios da nossa democracia. Agradeço-lhe sinceramente o apelo e a preocupação, no entanto creia numa coisa, e eu acho que aqui todos também temos que fazer este reparo, já fez mais mal ao país o Eng.º José Sócrates que alguma vez virá a afazer o André Ventura, porque essa oportunidade não vai ter e já houve oportunidade para fazer mal ao país e muito mal fez ao país e os portugueses tiveram uma fatura muito elevada para ser paga e hoje também os portugueses e nós aqui estamos a pagar o fruto das alianças com a geringonça com partidos radicais não democráticos, também, e isto que se entenda. -----

--- Se hoje não há investimento público realizado nesta região nos últimos 6 anos, se deve aos acordos que se fez com o partido socialista, um partido democrático que quebrou com a regra



de não nos ligarmos a partidos extremistas e por isso o apelo que nos fez aqui em relação ao André Ventura, eu devolvo e está nas vossas mãos também retirar o partido socialista da extrema esquerda e recentrar o partido socialista no debate democrático e talvez aí consigamos encontrar um ponto de equilíbrio. -----

--- Não se preocupe com o PSD, a seu tempo apresentará certamente um candidato ou os candidatos em condições para promover essa alternância democrática que todos ambicionamos, mas nunca poremos em causa os nossos princípios e os nossos valores, por uma questão de poder. O PSD ganhou as eleições em 2015 e se alguém não quis que o PSD governasse, não foi o PSD, foi alguém que se quis aliar a partidos extremistas, como o Bloco de Esquerda e o PCP, para poder garantir sobrevivência política, que custo está a ter agora para as nossas comunidades e para o país no seu todo. Agradeço-lhe o apelo, agradeço-lhe a preocupação, mas também tome em consideração que a nossa preocupação é muito maior, porque estamos a sofrer fruto das más opções políticas do partido socialista. " -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Vale de Andrade**, cuja intervenção se transcreve: "Eu não consegui ouvir, por atraso meu, peço desculpa, a intervenção anterior em que se fez, além de outros considerandos, em relação à questão do partido considerado extrema direita, eu penso, é a minha modesta opinião, que não tem qualquer cabimento aqui fazer referências na Assembleia Intermunicipal, por mais importante que a mesma seja, e o destaque que tem a nível nacional, que eu conheça, e certamente por ignorância minha, eu não conheço nenhum líder na região, nem no aglomerado de concelhos que fazem parte desta CIM Viseu Dão Lafões, qualquer membro de um partido chamado CHEGA. Portanto, eu penso que, qualquer referência ao mesmo é a mesma coisa que estarmos aqui a referenciar o terceiro guarda-redes do Académico de Viseu. Quer dizer, não é conhecido, não se sabe quem é, portanto são críticas e referências que só caem no vazio ou dão publicidade a quem não deve ser dada. Obrigada Senhor Presidente." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: "Eu só venho aqui porque efetivamente me foram dirigidas algumas palavras, relativamente à minha intervenção anterior, e assim, relativamente ao Sr. deputado Pedro Alves, eu quero aqui reconhecer pessoalmente o respeito que tenho pelo senhor deputado e pelo seu passado político, portanto, não tenho qualquer reserva quanto a essa qualidade, no entanto, já não direi o mesmo quanto à sua capacidade de futurologia, designadamente quando refere que José Sócrates já fez pior ao país do que poderá vir a fazer André Ventura, pois o senhor não consegue avaliar o que uma pessoa será ou não capaz de fazer no futuro. Quanto ao Ex-Primeiro Ministro,

Assembleia Intermunicipal

José Sócrates, eu também não tenho qualquer pejo em dizer que o assunto dele está na justiça e evidentemente se ele efetivamente for condenado por aquilo de que é acusado, pois ele seguramente pagará pelo que fez, portanto também não tenho dúvida disso e também não tenho qualquer problema com isso. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Vale de Andrade, as primeiras referências partidárias e a pessoas e consequente publicidade que tanto o indignaram, não foram feitas por mim.” -----

--- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou o voto de louvor à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve:”. Eu vou ser muito breve porque as questões que foram levantadas são rápidas para responder. A senhora deputada quando me pergunta como é que está o Plano de Recuperação e de Resiliência”, como sabe, ainda está neste momento em Lisboa. Não quer dizer com isso, que nós e penso que já o indicámos na última Assembleia, aquele documento que entregámos no Conselho Regional, que foi ainda antes da última Assembleia e que a CIM Viseu Dão Lafões conseguiu juntar as CIM’s todas da Região Centro e entregar um documento, que foi enviado ao Senhor Primeiro-Ministro e a todas as entidades que estão diretamente ligadas à distribuição, digamos assim, da bazuca. E, portanto, estamos a aguardar que, na realidade esse Plano seja mais discriminatório, que nos diga mais o que é que vem para cada região. Mas há coisas que nós neste momento já podemos adiantar. Portanto, já foram submetidas várias candidaturas ao PO Centro, a nível da saúde, portanto a nível dos Centros de Saúde, quase todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, aqueles em que havia necessidade de obras nos seus Centros de Saúde, apresentaram um projeto e fizeram uma candidatura, até ao dia 30 de abril, e agora aguardamos que sejam aprovados ou não. Portanto estamos dependentes da situação. Portanto relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência vamos aguardar o desenvolvimento, estamos sempre atentos aquilo que vem aí e ter essa atenção, para nos candidatarmos a tudo que seja possível, como tem sido feito até hoje. A CIM tem feito todas as candidaturas que tem sido possível, e algumas até já foram referidas pelos Senhores Deputados e que tiveram bons resultados tendo sido aprovadas -----

--- Quanto à questão da taxa de execução, eu passaria a palavra ao Senhor Secretário Executivo, porque a baixa taxa de execução tem razões de estar da maneira que está e com certeza que o Dr. Nuno vai elucidar todos os Senhores Deputados do ponto da situação. -----

--- Depois foi também colocado aqui a questão da reunião que tivemos com o senhor Ministro das Infraestruturas, sobre a IP3 e sobre a Nacional 225. Demorou algum tempo a termos a

Assembleia Intermunicipal

possibilidade de termos esta reunião, já que coincidiu com a questão da TAP, e o Senhor Ministro esteve muito ocupado. Mas já tivemos essa reunião, temos também a empresa que nos dá apoio e que está a acompanhar a execução do projeto e sabemos que o projeto está muito, muito atrasado em relação aquilo que estava previsto, no entanto, o Senhor Ministro das infraestruturas continua a dizer-nos que a obra estará concluída em finais de 2024. Portanto cada um faz agora a interpretação que entender sobre isto. Sobre a Nacional 225, também falámos nela, mas eu passava a palavra ao meu colega de Castro Daire, que irá elucidar-vos sobre o ponto da situação desta estrada, que também é meritória de uma análise profunda. -----

--- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves, agradecer em nome de todos os trabalhadores da CIM o voto de louvor que propôs aqui. Tenho a certeza que é merecido, pelo trabalho que desenvolveram ao longo destes quatro anos, e, portanto, o nosso agradecimento em nome da Comunidade".-----

--- Foi dada a palavra o Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Martins**, cuja intervenção se transcreve:" De uma forma muito breve, na reunião que tivemos com o Senhor Secretário das Infraestruturas, aproveitámos e colocámos também o assunto da estrada Nacional 225 em cima da mesa e de um forma muito pragmática, o ponto da situação é o seguinte: o projeto de execução foi realizado, foi finalizado em final de 2019, a estimativa orçamental ronda os cinco milhões de euros, mas está desde 13 de março de 2020, ou seja há mais de um ano, no Ministério das Finanças para que seja aprovada a portaria de extensão de encargos que permita a abertura de um procedimento concursal, de contratação pública. Isto significa que neste momento foram dados alguns passos para a resolução do problema, mas aquilo que é o mais importante, que é este passo final para a abertura do concurso, continuamos na mesma, ou seja, ainda não houve essa autorização. O Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado assumiram nessa reunião que iriam indagar junto do Ministério das Finanças, o ponto de situação da aprovação da portaria de extensão de encargos, mas até ao momento ainda não recebemos qualquer indicação nesse sentido. Portanto, Senhor Deputado, o ponto de situação da Estrada Nacional 225 é este." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: "De uma forma muito rápida e em relação à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado, relativamente à execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, e quando digo da CIM, obviamente estamos a falar de todos os municípios associados, no âmbito da contratualização com os programas operacionais regionais e temáticos quero dar apenas duas ou três notas muito rápidas.-----

Assembleia Intermunicipal

--- A primeiro de facto é para dizer que, obviamente, é uma evidência que gostaríamos que a nossa região e o próprio Portugal 2020, estarem com um nível de execução mais elevado, face ao tempo já decorrido, desde que iniciou o Portugal 2020 e também o tempo que decorre até para o seu término, até porque estamos à porta já de um novo quadro financeiro plurianual. Pensar, que quando olhamos para os números e para esse boletim trimestral, que é publicado também pela CCDR, pelo PO, de facto analisando os números pode nos dar uma ideia um bocadinho pior do que de facto ela é, relativamente à execução, e, portanto, há um conjunto de dados que eu também queria partilhar aqui com os Senhores Deputados, que de facto demonstram que a execução, volto a dizer, não é a desejada, mas é muito acima daquilo que estamos a falar. Em primeiro lugar quando estamos a comparar, é muito difícil estarmos a comparar várias Comunidades Intermunicipais e várias regiões, e isto porquê? Porque a contratualização das várias Comunidades Intermunicipais e das regiões não foi igual, com isto estou a dizer que nem todas as regiões do País contratualizaram as mesmas prioridades de investimento, por exemplo a Comunidade Intermunicipal fez uma aposta na área da coesão social, na prioridade de investimento 9.1 e 9.4 que algumas Comunidades Intermunicipais não o fizeram.-----

--- Há verbas que estão alocadas às empresas neste pacto, porque é bom dizê-lo, não são só os municípios que são executores deste pacto, há também empresas, no âmbito de instrumentos que a CIM gere, nomeadamente o SI2E e agora mais recente o Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), empresas que também concorrem para a execução e para os números que estão no Pacto. Portanto, primeira nota, esta comparação entre sub-regiões, sabemos que a PO a faz, mas temos que em primeiro lugar perceber o que é que cada um dos territórios contratualizaram com os vários programas operacionais.-----

--- Segunda nota que também é importante, é este dado que eu disse há pouco, a Comunidade Intermunicipal contratualizou uma prioridade de investimento, a 9.1, na área da coesão social. Até hoje, desde que a CIM assinou o Pacto em 2015, não houve qualquer aviso de abertura de concurso nesta prioridade de investimento. A CIM, inclusivamente tem vindo a dinamizar a Rede da Coesão Social, em que tem como parceiros chave o ACES Dão Lafões e o Centro Distrital de Segurança Social, temos inclusivamente um conjunto de projetos sinalizados e nunca tivemos oportunidade de concorrer, porque nunca houve qualquer aviso de abertura de concurso. Logo, aqui, a CIM Viseu Dão Lafões que contratualizou esta prioridade de investimento, está penalizada relativamente a outros territórios, que não o contratualizaram, porque tem lá o

Assembleia Intermunicipal

fundo, conta para a execução, mas nunca teve oportunidade de executar porque nem sequer teve oportunidade até hoje de apresentar as suas candidaturas. -----

--- Outra nota importante, é aquilo disse há pouco, também, as empresas. Houve um conjunto de verbas que estão nas prioridades de investimento 8.3 e 8.8, do SI2E, verbas que estão comprometidas, mas que por via também do COVID, e do problema que afetou todo o país, ao nível de economia, as empresas estão muito atrasadas na execução, e muitos projetos inclusivamente caíram e tiveram devolução de verbas porque as empresas não foram capazes de executar as verbas que estavam aprovadas. -----

--- Outra questão também, este da contratualização, que é os chamados mapeamentos, isto é, há um conjunto de verbas que foram contratualizadas com os setores, nomeadamente da cultura, da saúde, da educação, do património cultural. Vou dar um exemplo, a Sé de Viseu é uma obra que está no Pacto e o projeto já foi aprovado, a dona de obra do projeto nem sequer é Comunidade Intermunicipal, nem é a Câmara de Viseu, é a Direção Regional de Cultura do Centro, em que já submeteu, inclusivamente, duas vezes o procedimento concursal e numa das vezes o concurso ficou deserto. Outra obra, por exemplo está aqui o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, a Casa de Aristides Sousa Mendes, que foi um processo muito complicado pelo setor, pela Direção Regional de Cultura. Portanto estou aqui a dizer que temos de olhar para cada uma das obras, para cada um dos projetos para saber qual é a origem de alguma execução que está mais abaixo do que aquilo que seria desejado. -----

--- Prioridade de investimento 4.3, de eficiência energética, até hoje a CIM só teve dois projetos aprovados na eficiência energética. Temos vários municípios com vontade de executar várias obras, em vários concelhos, com problemas nomeadamente na questão de equipamentos públicos, como são, por exemplo, as piscinas. E houve um problema formal, entre Programa Operacional e a Direção de Energia, em que os projetos caíram todos, e vai abrir só agora um novo aviso de abertura de concurso para os municípios voltarem a candidatar essas obras de eficiência energética, nomeadamente as piscinas municipais e outros edifícios públicos. Não é por falta de vontade, por exemplo, na eficiência energética os municípios não executam, não, nem sequer têm ainda projetos aprovados na eficiência energética. -----

--- E, portanto, outra nota, e esta é a final, que o boletim que neste momento está a ser publicado pelo PO, ainda não reflete a nova contratualização e isto porquê? Foram migradas muitas verbas que a CIM tinha em algumas prioridades de investimento, por exemplo a prioridade de investimento 9.1 e 9.4 da Coesão Social, em que estas verbas foram migradas para o apoio às empresas, para o Programa de Apoio à Produção Nacional. O que é que acontece, o

Assembleia Intermunicipal

Pacto, estes dados que estão a ser publicados, são dados ainda com o antigo Pacto que a CIM tem, porque ainda não foram formalizadas as adendas relativamente a esta mudança de prioridade de investimento, para a outra prioridade de investimento a 8.3 e 8.8. Podia dar aqui mais alguns exemplos, mas é também para dar nota aos Senhores Deputados que olhando para os números, e de facto, olhando para esse boletim que é publicado pelo PO relativamente à execução, dá um panorama muito complicado para a CIM e para a Região e para os municípios em termos de execução, mas que quando começamos a desbravar os números e a olhar para cada uma das prioridades de investimento, conseguimos ter uma explicação porque é que acontece e, de facto, a taxa de execução real é muito superior aquela que revela o boletim mensal. Obrigada”.

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu só queria dizer, porque de facto eu fiz questão que seguisse com a convocatória da Assembleia o boletim de março da execução do PO Centro, eu fi-lo porque é bom que todos tenhamos consciência, e os dados são públicos, eu tenho neste momento enormes receios com aquilo que se está a passar, que é a falta de capacidade das empresas para executarem ou assumiram as próprias obras que estão adjudicadas, porque nós não temos mão de obra disponível. E esse é um problema que todos temos de pensar, os riscos que aí vêm para a execução daquilo que pode ser mobilidade em termos de fundos e depois podemos ou não ter capacidade de execução. Este problema não é só da nossa região, que é uma região do interior, onde às vezes as coisas são mais difíceis, está-se a verificar em largas zonas do País, como eu tive oportunidade de verificar no sábado, desde a Figueira da Foz a outros lados, onde se está a dar um problema deste tipo, o que pode ser muito penoso para nós”.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.”

--- Ordem do Dia

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2020 e o dia 11 de maio de 2021.

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve: “Nós tomámos aqui nota de alguns pontos que achamos importantes, um deles é o Plano de Recuperação e Resiliência. Este plano foi colocado em consulta pública pelo Governo no passado mês de fevereiro, do qual resultou no envio de uma

Assembleia Intermunicipal

comunicação ao senhor Ministro do Planeamento, à Senhora Ministra da Coesão, à Senhora Presidente da CCDRC e ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com um conjunto de preocupações que nós sentimos. Esse documento está estruturado em três blocos principais, como seja o modelo de Governação desses dinheiros, a participação dos municípios e comunidades intermunicipais e investimentos estratégicos. -----

--- Também referir que vai ser dado início, ou seja, o arranque vai ser no dia 28 de junho, do Processo da Informação Cadastral Simplificado. Portanto é um processo que já está a decorrer, vão abrir os balcões, vamos contratar os técnicos que vão andar nos concelhos e vamos iniciar então a informação cadastral.-----

--- Dizer aqui também que nós estivemos em Viseu há poucos dias, na apresentação do Sistema de Videovigilância, onde estivemos na GNR e no CODIS. Nós, neste momento, temos já três câmaras de videovigilância instaladas, esperamos que estejam mais três até ao início de agosto, e, portanto, vamos ter já no verão seis câmaras a proceder à videovigilância da nossa região.

--- Depois, temos também, o projeto Life que é um projeto que a CIM Viseu Dão Lafões se candidatou, que foi aprovado, onde vamos formar 40 técnicos de fogo controlado e operacionais de queima, isto também é em conjunto com a GNR. Temos que nos preparar para os verões que aí vêm e termos as queimas feitas permite que os fogos não alcancem aquele tamanho que infelizmente já nos habituamos.-----

--- Depois tivemos também, conforme aqui já foi referido, a abertura do Europe Direct, em Viseu, na Casa do Adro. Foi um trabalho que, sem dúvida alguma, deve-se muito ao Dr. Nuno Martinho, que teve a sua persistência, já que havia duas hipóteses de ficar instalado, ou Viseu ou numa outra cidade aqui próxima, e nós conseguimos trazê-la para a nossa CIM, para a cidade de Viseu, onde está já a funcionar e onde penso que, com certeza alguns de vós já estiverem presentes e ver o que lá se está a apresentar. -----

--- A nível do Covid 19, além de todo aquele trabalho que a CIM tem feito, há também um trabalho das câmaras que fazem parte da CIM, neste caso, todas as câmaras deram apoio nos locais para as vacinações, todos os postos foram instalados pelas câmaras, e portanto todos os centros de vacinação estão a funcionar e sem dúvida alguma deve-se muito ao trabalho quer da CIM, quer dos municípios.-----

--- Depois lançámos, há poucas semanas, numa reunião que fizemos no Caramulo, no Museu do Caramulo, o lançamento da campanha “Verão é aqui! Verão é na CIM Viseu Dão Lafões”, com apresentação à comunicação social, daquilo que se pretende que seja o Verão na região da Comunidade, e penso que irá começar a dar os seus frutos.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Depois tinha aqui também um apontamento da reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas. Nós nessa reunião, entendendo que, o projeto está muito atrasado, entendendo que pelo ritmo que nos é dito que está a ser feito o projeto, que vai demorar muito mais tempo daquilo que estava previsto, fizemos uma proposta ao Senhor Ministro, que ele ficou em estudar, que era o lançamento da obra por conceção/construção. Portanto seria a maneira mais rápida de conseguirmos ter a IP3 a funcionar rapidamente. Portanto ele ficou em estudar esta situação, porque ele alegava também que podia não ser legal esta situação. Também, temos os nossos escritórios de advogados a estudar essa situação, em conjunto, para ver se conseguimos avançar por aqui, que sem dúvida alguma, seria a única maneira mais rápida de se conseguir a construção do IP3, porque pela informação que nos deram, o projeto em si, a empresa que está a executar o projeto, tem o projeto bastante atrasado, e isto quer dizer que estando o projeto atrasado, não há hipótese de se colocar a concurso uma obra, se não houver projeto. Portanto este é o problema base nesta situação.-----

--- Depois, também podemos informar que na última Assembleia Intermunicipal, foi levantada aqui a questão do Centro Oncológico. Nós na altura enviamos um email para o Hospital de Viseu, para o Conselho de Administração, e que nos respondeu, depois no fim de alguma insistência, no dia 6 de abril de 2021, e aquilo que dizem, fundamentalmente, é que esperam ter o projeto concluído no final deste mês e que o financiamento está assegurado pelo Ministério da Saúde, portanto, o que dá a entender que da parte da CIM não é necessário a colaboração. O que iremos fazer agora é voltar a enviar um email a perguntar se realmente o projeto está ou não está concluído e se está concluído quando é que estão a pensar colocar este projeto a concurso, até porque, como eles dizem no email de resposta, este investimento rondará os 2,4 milhões de euros, financiados pelo Ministério da Saúde. Que não aconteça como nas urgências, que a CIM disponibilizou a sua cota parte, digamos assim, uma verba avultada, para que as urgências avançassem e depois esteve aquilo parado durante dois ou três anos, por falta daquela pequenina parte, 15% que fazia parte do Ministério das Finanças. Portanto vamos aguardar, depois com certeza que daremos conhecimento aos senhores deputados, informaremos o Senhor Presidente, e depois ele com certeza que informará os senhores deputados do ponto da situação, já que, como foi há pouco aqui dito, salvo algo de extraordinário, esta será a última assembleia intermunicipal deste mandato, portanto não termos hipótese de dar-vos a resposta em direto, mas transmitiremos ao Senhor Presidente da Assembleia e ele com certeza que vos dará conhecimento. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Portanto penso que estes seriam os pontos mais fulcrais da Informação Escrita, e estaremos aqui à disposição para responder aos senhores deputados que coloquem qualquer questão. Muito obrigado” .-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mota Faria** cuja intervenção se transcreve: “Queria pôr uma questão ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, pois continuo a não entender que não haja qualquer informação da sua parte, da parte do Conselho, sobre uma matéria que é tão importante, como a transferência de competências. Não compreendo que não exista esta informação, não compreendo que também no relatório de gestão não venha qualquer informação. É uma situação que é recorrente e por outro lado, é um bocadinho um contrassenso, ou quase, haver o realce que é dado na estratégia, ou seja, naquilo que é o desafio 4, reforçar os processos de governança e da ação colaborativa, na Estratégia 2030, aí sim é dado um grande enfoque em termos das transferências de competências e do processo que elas envolvem. Por isso eu gostaria que o Senhor Presidente respondesse, se fosse possível, que transferências de competências, se o processo tem decorrido bem, se não tem havido qualquer constrangimento, como é que tem sido a articulação e o diálogo, que tem de existir, com os serviços da Administração Central, seja a nível de recursos, seja a nível do respetivo envelope financeiro. E qual é a avaliação, a preparação e os estudos realizados pela CIM neste âmbito, das transferências de competências. Por isso, em resumo, gostava de ser elucidado, e penso que todos, sobre as áreas em que foi feita a transferência de competências e como é que está a decorrer o processo, e em concreto, como é que tem sido feito o exercício de novas competências e recursos financeiros para esse efeito. -----

--- Quanto ao Centro Oncológico, eu ouvi 2,4 milhões, certo? Se é isso, apenas gostaria de dizer ao Senhor Presidente isto. Eu já estive numa apresentação de um projeto de arquitetura e já aqui há uns tempos, que originou uma tabuleta, e por isso também já vi esse projeto de arquitetura e um Centro Oncológico tem três unidades, a unidade de radioterapia, que é o tal bunker, onde tem o equipamento, porque o bunker sem equipamento não funciona, é óbvio, todos percebem, e tem a unidade de hemato-oncologia, de oncologia e tem também aquilo que é talvez a unidade hemato-oncologia, é talvez o processo mais importante do hospital, porque retirava do Hospital de Dia grande parte dos tratamentos e tem a unidade de Medicina Nuclear e por isso 2,4 milhões de euros, para mim é capaz de ser o bunker sem equipamento e por isso é a esse nível que é preciso clarificar, não sermos todos enganados, mais uma vez, por um processo, porque vamos ter e já estamos todos preparados, para os anúncios, para as tendas até outubro, nomeadamente em Viseu, e por isso queremos aqui, não queremos tendas, não

Assembleia Intermunicipal

queremos tabuletas, não queremos anúncios em Viseu, queremos é o bem da região e o bem da região é termos um verdadeiro Centro Oncológico, que temos o direito de tê-lo, a bem dos doentes e a bem de todos nós.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves** cuja intervenção se transcreve: “Eu queria centrar um pouco a minha intervenção no âmbito daquilo que era a informação dada relativamente ao PRR, na Informação Escrita do Senhor Presidente. Dizer em primeiro lugar que gostei muito mais da informação que foi dada por parte da tomada de posição pública do Conselho Executivo relativamente ao PRR, do que propriamente esta informação que nos foi transmitida por escrito. Julgo que na Informação que deve ter sido também esta remetida ao Governo, que é muito mais compreensível para quem quer fazer a apreciação da tomada de posição por parte do Conselho Intermunicipal.-----

--- Começava pela data do 15 de fevereiro, dizer que o Governo não colocou à discussão pública, o Governo foi obrigado a colocar à discussão pública. O Governo enviou para Bruxelas o PRR, sem qualquer consulta prévia e daí que, pelo menos durante 15 dias, pudemos pronunciar-nos, os partidos, os cidadãos, e também as Autarquias, que não foram ouvidas. As Autarquias não foram ouvidas na construção deste Plano de Recuperação e Resiliência e fazer uma correção relativamente ao que está aqui escrito nesta Informação Escrita. O PRR não é uma iniciativa do Governo, o Governo não tomou a iniciativa de criar um Plano de Recuperação e Resiliência, é uma iniciativa da Comissão Europeia, este dinheiro é europeu e todos os países membros tiveram de construir um programa. E este Programa de Recuperação e Resiliência é por isso completamente diferente do da Grécia. Nós já percebemos que o da Grécia está todo ele orientado para a economia, e este, nós percebemos também, que resulta da necessidade de o Governo poder corrigir aquilo que não fez nos últimos quatro anos, fruto do acordo geringonça, que é o investimento público. -----

--- Este Plano de Recuperação e Resiliência é todo ele orientado para a Administração Central, para investimentos de natureza pública em infraestruturas e equipamentos. Por isso há aqui uma primeira assunção daquilo que foi a estratégia do governo ao longo destes quatro anos, que foi completamente errada e nós hoje ainda estamos aqui a reivindicar e percebemos qual é o nosso caderno de encargos, no âmbito da saúde, no âmbito da habitação social, uma série de áreas em que necessitamos que haja investimento da parte do Governo, que o está a fazer através destes fundos comunitários. -----

--- E, depois outra questão ainda mais grave, e que não foi aqui debatida, é que articulação está a ser feita entre o PRR e o futuro quadro comunitário, e de que forma é que isto vai ser útil para

Assembleia Intermunicipal

a nossa região. E eu não vejo esta preocupação aqui colocada por parte da Comunidade Intermunicipal e isto devia ser assim aqui discutido, porque o Dr. Faria trouxe aqui e muito bem a questão do Centro Oncológico, e o Centro Oncológico não está aqui referenciado no PRR, mas estão 3 ou 4 hospitais, não sei quantas unidades de Centros de Saúde. Estão cá referenciados, nomeadamente nas grandes áreas metropolitanas. Ora, isto quer dizer mais uma vez, que o Governo está a desviar estes fundos da zona de coesão porque não pode aplicar o quadro comunitário às grandes áreas metropolitanas. É isto que está a fazer, a desviar uma vez mais o dinheiro da União Europeia, para os sítios onde ele já não pode ser aplicado através dos quadros de coesão e isto devia ser denunciado por todos nós aqui, porque estamos a prejudicar, e não é uma questão partidária, é uma questão regional. E deveria estar o Centro Oncológico aqui, deveria. Deveria estar aqui porque o governo o assumiu, e isso também já aqui foi dito, o Governo assumiu, a Ministra da Saúde assumiu, que durante esta legislatura, ou seja, entre 2019 e 2024, não haveria qualquer avanço, relativamente ao investimento no Centro Oncológico, porque seria feito através do Orçamento de Estado, agora já percebemos porque é tão curtinho, deve ser uma coisa muito esquisita, porque também ainda não percebemos. -----

--- Agora a verdade, é que o que está aqui neste momento a acontecer, relativamente ao PRR, para nossa região é nada, á nada e nós continuamos aqui a assistir. Um conjunto de investimentos que estão referenciados ao nível de infraestruturas, ao nível da mobilidade, nada acontece. IP3, agora percebemos que foi adiado porque o projeto não está a andar. Eu não sei se se recordam, eu disse que não havia duplicação do IP3 antes de 2030, de acordo com a metodologia do governo e não vai haver. E terá de ser um governo do PSD a retomar este processo para que haja novamente uma autoestrada. Isso podem confiar no PSD porque se o PSD tivesse continuado no governo, quando ganhou as eleições em 2015, em 2022 tínhamos autoestrada, para o ano, tínhamos autoestrada, já teríamos a ligação da 225 também concluída e depois preocupa-me isto. Não dizermos nada em relação a uma posição firme da nossa região relativamente ao PRR. Não nos deixarmos embarcar no embuste que é esta forma de alocar recursos da União Europeia a regiões como as áreas Metropolitanas que não podem beneficiar de fundos de coesão. Eu pedia Senhor Presidente que fossemos mais assertivos nesta reivindicação. Que tivéssemos esta capacidade de denunciar aquilo que o Governo está a fazer à nossa região, aos Viseenses todos, aos Viseenses da nossa região de Viseu Dão Lafões e contava com esta força por parte da Comunidade Intermunicipal para o fazer. -----

--- Depois, há aqui também mais um aspeto que gostava de salientar, referente com as reuniões que são aqui colocadas à discussão. Eu fico bastante satisfeito de conhecer a agenda, mas a

Assembleia Intermunicipal

agenda diz-me rigorosamente nada. Já aqui avançou com as conclusões da reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos, que também não diz nada, traz muito mais preocupações. O Ministro Pedro Nuno Santos, eu questionei-o também há uns tempos, relativamente ao IP3, talvez não tenha feito a divulgação devida nas redes sociais, eu fiz a pergunta ele deu a resposta, relativamente ao IP3. A minha preocupação é se para fazer os 11 quilómetros de requalificação se atrasou um ano, quantos anos se vai atrasar para fazer os outros 70 e tal. Ele disse, não se preocupe, eu acrescento lá mais uns anos. Isto é assim e já percebemos porque é mais uns anos, porque não há projeto. Não há projeto, não há dinheiro. Não há dinheiro público. Como se assumiu que era através do Orçamento de Estado e como não foi possível colocar no PRR, porque a União Europeia retira tudo que são estradas do PRR, já arranjam uma forma de travar isto, é o projeto e o projeto não vai sair tão depressa do papel, vamos continuar a não ter IP3 até 2030 e nós ficamos aqui parados a assistir, vamos aguardar pelo tempo do Ministério ou das Infraestruturas de Portugal para resolvermos isto. Não, há outras soluções. -----

--- Falou da conceção/construção, se fosse um bocadinho mais à frente conceção/construção/exploração, foi aquilo que nós tínhamos na Via dos Duques, tinha a resposta dada, sabe porquê? Foi o preconceito ideológico de se associarem, ou de se coligarem ao Bloco de Esquerda e ao PCP, para terem um Governo, um governo de esquerda que fez com que não houvesse hoje autoestrada. Este é o problema, não é o problema do André Ventura, são estas questões concretas que nos têm prejudicado de estar ligados a partidos como o Bloco de Esquerda e PCP, e por isso também não temos a conclusão do IC12, que já deveria estar concluída, também em 2022. E temos autarcas, uns que já foram, outros que são Presidentes de Câmara naquela via que nada reivindicam. Vê-se retirada uma barragem desta região e ficamos todos calados. São estes tipos de questões que nós devemos colocar na ordem do dia com irreverência. O Governo não nos faz nenhum favor em investirmos aqui. Merecemos, temos o direito. -----

--- Como disse aqui o Dr. Mota Faria temos o direito de ter um Centro Oncológico. Eu não estou preocupado com o negócio da saúde em Coimbra, do IPO, o negócio do Hospital Universitário, queremos que os nossos utentes sejam tratados aqui com a qualidade, com proximidade, que não tenham de se deslocar, porque é um transtorno para todos. E Não podemos ficar aqui agora todos contentes porque vão anunciar mais um projeto de arquitetura. Eu estive nessas sessões, com placa, com tudo, faz agora 4 anos, em vésperas de eleições autárquicas. Curiosamente é a mesma coisa, véspera das eleições autárquicas, lá vem mais um anúncio. E a seguir a ferrovia, qualquer dia até vão dizer onde é que fica a estação, e não vamos ter ferrovia, a começar sequer

Assembleia Intermunicipal

a aprovar o projeto, antes de 2030, digo-vos isto outra vez, sem qualquer problema, porque não houve vontade política para o fazer agora, quando devia ter sido feito. Suspendeu-se tudo. Já devia estar concluída a requalificação da Linha da Beira Alta, se o cronograma tivesse sido cumprido, devíamos estar já com as obras concluídas em 2019. -----

--- Estamos em 2021 e nada está feito, estão a lançar os concursos e nós andamos contentes porque andamos a lançar concursos agora, para terminar isto lá para 2025, 2026. Este é o nosso problema, é deixarmos que nos façam aquilo que eles querem e não aquilo que nós precisamos e reivindicamos. Por isso gostava de ter visto isto aqui com maior veemência Senhor Presidente, gostava de saber nessas reuniões quais são as posições, porque a descontração que o Ministro Pedro Nunes Santos tem, em relação a isto vai atrasar. Nós não podemos brincar com aquilo que é a qualidade de vida dos viseenses e a segurança, pelo mesmo ao nível da mobilidade, quando falamos do IP3. Para ele é fácil dizer que isto está atrasado ao nível do projeto, para nós não é fácil assumir que a cada ano que passa há mais um conjunto de acidentes, há mais um conjunto de situações muito graves de perdas de vidas no IP3, porque nada foi feito. E este Governo vai para 6 anos de governo. Suspendeu a construção de uma autoestrada, e agora tem de ficar com o ónus de tudo que acontece. E eu gostava que nós não fizéssemos agora aqui a bandeirinha de, vamos ter, vamos ter e não vamos pagar portagens. Nós não pagávamos portagens, havia um IP3 alternativo. Estão-se a preparar para fazer uma autoestrada com portagens. É o que está a acontecer. Se estamos a evoluir para isto no atraso, é o que está a acontecer. -----

--- E nós deixámos que isto acontecesse, porque nada foi feito? Não. Houve quem não deixasse. E estamos aqui a alertar Senhor Presidente. Vai ter de certeza absoluta, como Presidente do Conselho Intermunicipal, mais discussões, na preparação da estratégia 2030, na implementação do PRR e conte connosco, conte com o PSD, com o conforto dos nossos deputados, para lhe dar apoio na reivindicação de tudo que for importante para a região. Esta não é uma matéria de natureza político-partidária, é uma matéria de interesse para a região. Se nós queremos efetivamente continuar a ser um farol no interior do país, que o somos, a região do interior certamente do país com melhor qualidade de vida, com melhor pujança e desenvolvimento, só o conseguimos fazer, fruto da nossa capacidade de reivindicação. Não espere pelo Governo que traga alguma coisa, porque nunca trouxeram no passado, não é agora que vão fazer.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Rafael Amaro** cuja intervenção se transcreve: “Senhor Deputado Pedro Alves, eu penso que há aqui algumas coisas que precisamos de esclarecer, penso eu ou pensamos nós. O Senhor Deputado Pedro Alves está no

Assembleia Intermunicipal

seu direito e percebo. A meu ver tem duas coisas que podem trazer aqui alguma confusão. A primeira é a metodologia da análise que faz sobre as informações. Como o seu objetivo é criticar o Governo, no que está no seu direito, utiliza a CIM como forma de chegar ao Governo, ou seja, entendamo-nos, nós estamos completamente de acordo com aquilo que são as grandes reivindicações da região e o que eu vejo aqui nestas informações é este alinhamento estratégico da CIM, com aquilo que são as grandes reivindicações desta região, e portanto, é possível fazer duas coisas, que é criticar o Governo, obviamente se for esse o objetivo e se for essa razão que leva ao seu discurso, e outra a crítica à CIM quando não faz o seu trabalho do ponto de vista estratégico para aquilo que são as grandes reivindicações desta região. São duas coisas, a meu ver, diferentes. Agora, percebo porque é que vai através da CIM para chegar ao Governo, ou seja, aquilo que não foi feito.-----

--- E quanto ao chegar ao governo, já em outros fóruns tivemos esta discussão, mas eu não posso deixar de dizer o seguinte que estou completamente de acordo com aquilo que são as grandes reivindicações, ou seja, o Centro Oncológico é uma grande reivindicação que aqui nos uniu e acho que não uniu só a CIM nas reuniões que foram feitas, uniu outras CIM's. Eu acho que a CIM tem de saber que tem aqui o apoio destes deputados. Completamente de acordo, que se for realmente aquele valor que o Dr. Mota Faria aqui trouxe, é óbvio que não se trata de Centro Oncológico como temos visto. Não vale a pena estarmos a discutir isso, eu concordo que não, não tem nada a ver com aquilo que foi aqui discutido. É preciso obviamente esclarecer qual é o objetivo, se é só radioterapia e não tem nada a ver com aquilo que é um Centro Oncológico, eu penso que isso deve ser feito.-----

--- Agora o que me custa, mas reconheço é que nós misturemos isso, ou seja, aquilo que eu vejo aqui nas informações é um alinhamento estratégico daquilo que é importante para a região e aquilo que foi aqui apresentado, e depois discutiremos isso também no ponto seguinte, é aquilo é o alinhamento estratégico com aquilo que são os grandes eixos do Plano de Recuperação e todos os outros Planos Financeiros que estão em cima da mesa. Portanto eu acho que há aqui que fazer alguma pedagogia, porque se nós misturamos isto tudo, a criticar a CIM, com a crítica do Governo e depois vamos buscar estradas, vamos buscar aquilo que não foi feito no nosso hospital, há aqui um problema que então temos de discutir, que é para o Senhor Deputado Pedro Alves, já lhe disse isto uma vez, o mundo e o país só começou a partir de 2015, porque até 2015, foi tudo bem, ia ser tudo feito e em 2022 já tínhamos tudo feito. Já tínhamos a autoestrada, já tínhamos o Centro Oncológico, tínhamos tudo, ora eu não embarco nisso, porque como já disse várias vezes, aqui e noutros sítios, para o bem e para o mal, aquilo que o

Assembleia Intermunicipal

país é hoje deve-o a dois partidos, isso custa, e quando muito um terceiro que lá entrou, PSD, PS e CDS. Não vale a pena, foram eles que governaram o país a partir de 1976 e então entendamo-nos sobre isso, aquilo que a região precisa não começou em 2015, já começou há muito tempo, já por lá passaram Secretários de Estado, Ministros do PSD, Primeiros Ministros, etc, e isto não foi feito, agora á muito fácil dizer se tivéssemos ficado no Governo ... E, portanto, o que eu quero dizer é unamo-nos naquilo que é, a meu ver o essencial. E o essencial é, e aí eu partilho das preocupações, e quem quiser estar para o lado da região e não estiver com nenhum interesse partidário, tem de estar é, eu partilho das preocupações que aqui foram trazidas sobre aquilo que é o Centro Oncológico. Se aquilo for aquele montante que está lá, não vale a pena estarmo-nos a enganar, não é nada daquilo que a gente reivindicou, sobre isso não tenho dúvida nenhuma. Eu não tenho dúvidas em dizer isso. -----

--- Partilho também de algumas preocupações que aqui foram ditas sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, que obviamente nos podem dizer que não é para estas coisas, mas eu vejo lá coisas bem detalhadas para determinados sítios, por exemplo para os Açores, para a Madeira e não é só a região de Lisboa, etc, e não vejo e a explicação é essa precisamente, é que, sobretudo a Madeira já não pode ir por outros fundos, tem que vir por estes, Lisboa também não pode, mas isso não pode ser explicação para não se fazer aquilo que são reivindicações estruturantes para a Região. Portanto ferrovia, que se não for feita neste quadro de bazuca, de tanto dinheiro, etc, nunca mais será feita, e não vale a pena estarmos a atirar pedras para o passado. Isto é que deve unir, a meu ver, nos deve unir. Não tem sentido absolutamente nenhum que quando se fala tanto de ambiente, quando se fala tanto de problemas ambientais isso não seja uma prioridade das prioridades, e que una verdadeiramente a região nesse sentido, e, portanto, que é essencial para o desenvolvimento económico da região. A questão da saúde, estruturante, sem dúvida nenhuma, o Hospital Tondela / Viseu. É estruturante para a região em todos os sentidos, e eu já disse isto também uma vez, é muito importante as pessoas entenderem isso, não é só por uma questão de saúde, que é importante no imediato, é por uma questão de captação de pessoas, ou seja, quando se fazem programas e programas que vão no sentido do despovoamento, da falta de capacidade de atração de pessoas para a região, não podemos deixar que instituições que são estruturantes nesse sentido, deixem de o ser, ou que não tenham essa capacidade e essa mesma dinâmica. E, portanto, eu acho que saúde, educação e aquilo que é estruturante do ponto de vista dos transportes para a centralidade e para aquilo que é importante na região, deve verdadeiramente unir-nos e não andarmos aqui tanto nesta coisa de atirar pedras para um lado e para o outro, porque isso vai ser sempre cair-nos em cima,

Assembleia Intermunicipal

quer queiramos, quer não. E, portanto, neste sentido, eu não vejo nada que me preocupe assim tanto naquilo que são as informações e nos documentos que vamos discutir a seguir. Eu acho que a CIM se está a posicionar estrategicamente, unindo o que deve unir, falando o que deve unir, nesse sentido. Se precisa de mais capacidade de reivindicação nesse sentido, então sim deve pedir esse apoio político do ponto de vista da região, mas um apoio político unido e, portanto, isso sim parece-me que é fundamental. Para terminar, eu sobre estes pontos e aquilo que li aqui, eu não fiquei preocupado, como aqui se trouxe, que a CIM não deve baixar a guarda relativamente a coisas que são estruturantes para a região não deve, a meu ver não deve e deve unir, como penso que está a tentar fazer aquilo que é o grande apoio político, do ponto de vista partidário, muito para além daquilo que é partidário, por uma razão muito simples, que é as dinâmicas dos governos mudam e, portanto, ninguém está a pensar que na próxima década, aqueles que nos governam vão ser sempre os mesmos. Não tenho nenhuma dúvida que vão ser dinâmicas do ponto de vista político diferentes, mas a região vai ser sempre a mesma e nesse aspeto preocupa-me porque não vejo aquela paixão que já vi em outras alturas, de preocupação com aquilo que é a coesão territorial, pensar que deitar dinheiro sobre o país, de avião ou de helicóptero vai trazer essa coesão, eu também não acredito, essa coesão só vem da dinâmica das regiões, por um lado e de capacidade de pressão sobre os governos, sejam eles quais forem, no sentido de cumprirem no mínimo as promessas que são feitas eleitoralmente. E eu isso estarei sempre de acordo com isso. E é isso que se me oferece dizer neste aspeto". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Vale de Andrade** cuja intervenção se transcreve: "Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves, a que se seguiu o Doutor Amaro, eu penso que há aqui um bater na mesma tecla e posso estar errado, mas esta é a minha posição.

--- A CIM coloca-se num patamar que não é aquele que favorece o confronto direto com o Governo, no momento com o poder instituído. É um governo do Partido Socialista, exclusivamente do Partido Socialista, tem apoio da extrema-esquerda, tem, não interessa, não há lá ministros do Bloco de Esquerda. É um governo do Partido Socialista.-----

--- A CIM o que tem de fazer é encaminhar, estruturar, levar, até bom porto, vários projetos. Se há uns que correm mal, nós estamos cá e apontamos, então haverá culpa do Conselho da CIM, agora não é propriamente o palco do combate, porque tem que ser mais abrangente e é impossível alguma vez, ter aqui um acordo, um bater de pé conjunto, coeso, porque as forças políticas estão aqui representadas, mas é por via dos respetivos municípios e exigir à CIM que faça essa batalha política, seja com que governo for, é uma coisa completamente fora daquilo que é lógico, porque estamos, se calhar, a queimar uma determinada instituição, que não é feita

Assembleia Intermunicipal

para isso, porque nós aqui somos de vários partidos, até há independentes. -----

--- Quando eu disse, aqui a uma ou duas sessões atrás, ou mais tempo, que não estava nada de acordo com as cartas, missivas ou moções, ou lá o que foi, a propósito do IP3 para o Governo, estava cheio de razão, então andamos a escrever cartas que nem resposta têm, aprovar uma moção, vocês têm noção de quanto desvaloriza o papel e a importância de uma CIM? Gasta tempo a discutir a situação do IP3 e só quem não quer ver é que percebe que não vai haver IP3 nenhuma, se calhar antes de 2030, então e nós estamos aqui a fazer uma figura de bobos, mandamos moções, que é um documento digno, que é votado, que é apresentado, discutido e nem uma resposta se tem. E vamos continuar a gastar tempo nisto. Eu na altura fui muito criticado por isto, agora vejo que começam algumas cabeças a alinhar.-----

--- Neste seguimento, em relação à situação oncológica, eu não tenho assim uma grande memória, mas há aí pessoas, como o Doutor Mota Faria, que poderão dizer há quanto tempo nós andamos a arrastar esta conversa na CIM. Eu sou talvez dos deputados da Comunidade Intermunicipal mais antigos e desde que aqui cheguei que ouço falar disso. Vir aqui dar conhecimento que estarão alocados dois milhões, ou dois milhões e meio, isto é fazer das pessoas parvos ou infantis, deixemo-nos de conversas e falemos verdades, sem medos, quais dois milhões é que fazem um Centro Oncológico. Isto não dá nem para as garagens, quanto mais, quem diz isso é uma pessoa que está completamente desconectada da realidade. Esses equipamentos, eu já nem falo da construção do edifício, esses equipamentos é alta tecnologia caríssima. Existe sim, na Fundação Champalimaud, do fascista/capitalista, à disposição de todo o público e de todos os utentes. Agora aqui? Com dois milhões dizerem isto. É preferível assumirem a responsabilidade de uma forma verdadeira e sincera e dizerem não há verba para fazer isso, não pensem, nem agora nem nos próximos tempos. Agora vir falar em dois milhões, isso é fazer das pessoas imbecis, e eu não gosto de ser tratado como um imbecil, porque senão tenho de apontar o dedo, sem qualquer receio, e dizer assim o Senhor é um mentiroso, é um aldrabão, não é possível fazer um Centro desta natureza com dois milhões. A garagem talvez, com uns portões elétricos e um sítio para pagar o parquímetro, agora mais nada, não conseguem fazer mais nada”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves** cuja intervenção se transcreve: “Eu queria dizer ao companheiro António Amaro que eu não sou o Presidente do Conselho Executivo Intermunicipal, não era a minha intervenção que estava aqui em apreciação, era a informação escrita do Presidente, era para lá que devia ter certamente direcionado a sua intervenção, mas

Assembleia Intermunicipal

eu agradeço-lhe que as suas palavras foram mais para mim do que para o Senhor Presidente, também alguma vez tem que estar aliviado. -----

--- Agora o que eu acabei por dizer aqui, e vamos a factos, porque estas coisas de dizer que para o bem e para o mal, é o PS, PSD. Não é para o bem e para o mal. Três banca rota não tem nada a ver com o PSD, zero, pode ter a certeza absoluta, esse ADN não é o nosso. Se é o seu ADN, pode ter a certeza o nosso não é. Dessa parte que a assuma, que eu assumo as minhas responsabilidades, não tenho nenhum problema quanto a isso. Agora dizer que é tudo a mesma coisa, não é, e a última situação difícil, que foi de intervenção da troika e por isso é que lhe digo a si, relativamente a estes investimentos estruturantes, aqueles que nós andamos aqui a falar de autoestrada, ferrovia e centro oncológico. O Centro Oncológico é uma reivindicação muito antiga, ainda me recordo do governo do Durão Barroso, da indefinição onde ficar o Centro Oncológico, se ficava ou na Cova da Beira ou se ficava em Viseu. A decisão política, passou por lá um governo socialista, a decisão política foi tomada em 2015, e anunciada diretamente a um deputado do partido socialista, ao José Junqueiro, que questionou o Ministro na Comissão de Saúde e que lhe disse a decisão política está tomada desde junho de 2015 e o modelo que estava previsto para financiar este Centro Oncológico é o modelo que vigora em Évora, o preconceito ideológico é que não permitiu que ele estivesse feito, senão estava feito? Estava feito sim senhor. Não tenha dúvidas disso, estava feito, agora o preconceito ideológico não permitiu que houvesse uma concessão do serviço, é obvio e o investimento, é obvio, o serviço público estava garantido, quanto à autoestrada digo-lhe precisamente a mesma coisa, está no acordo da geringonça, não haver concessões em transportes a privados, está lá claro, foi exigência dos verdes, está lá assinado, agora não diga que é tudo igual, foram vocês que assinaram, nós não assinamos nada. Por isso não temos nada, e a responsabilidade política é de quem permitiu que isso fosse feito dessa maneira, por isso mesmo, e quanto à ferrovia, então vamos a isto assim. Ferrovia 2020, o PSD deixou em Bruxelas, para estudo, para decisão futura e imediata, dois corredores, o corredor Aveiro, Viseu, Vilar Formoso e a requalificação da Linha da Beira Alta. E nós deixamos como recomendação que era em função do custo-benefício e exploração e sustentabilidade. Era isto e por isso se a opção foi isso, mas tinha um calendário. Nestes três assuntos estamos em sintonia, mas a nossa alternativa era muito mais relevante para os viseenses do que esta, porque com esta seis anos depois temos nada e com as outras podíamos ter certamente". -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve:” Eu penso que há aqui uma retificação a fazer, eu tenho que pedir

Assembleia Intermunicipal

desculpa porque este email tem dois meses e eu li-o à bocadinho assim um bocado atravessado, mas eu vou ler exatamente, porque eu enganei-me aqui nos números, é só para que seja retificada a informação que dei e o que diz aqui é "...aprioridade principal para o Hospital nesta conjuntura, é o aumento do número de camas de doentes críticos. Até março de 2020, existiam 8 camas de cuidados críticos, sem pressão negativa e no pico da última vaga chegaram a estar ocupadas 26 camas. -----

--- Assim, o Hospital vai lançar esta semana (portanto isto 06/04/2021), o procedimento concursal para as obras de ampliação e remodelação do serviço de cuidados intensivos de modo a ampliar a sua capacidade de 8 para 20 camas, a dotar o espaço com pressão negativa. Este investimento rondará os 2,4 milhões...", portanto é aqui o lapso que eu há bocadinho cometi e já agora se me permitissem eu continuava a ler porque á bocado mais valia ter continuado a ler para não haver lapso "...2,4 milhões de euros financiado pelo Ministério da Saúde. Recordo que foi concluído em novembro de 2020, o projeto de criação de um Laboratório de Biologia Molecular no Hospital Santo António, o que permite ao hospital ser autónomo aos testes ao vírus SARSCovid2, no seguimento da organização interna foi referida anteriormente, o Hospital de Dia e Hemato-Oncológico, foi transferido para o serviço de Medicina Física e Reabilitação, ocupando cerca de metade deste serviço, o que teve um impacto extremamente negativo na sua atividade normal. Assim, outra prioridade é a construção de um espaço destinado ao Hospital de Dia de Hemato-oncológico, que permita tratar os doentes adequadamente. O Centro Hospitalar Tondela – Viseu reuniu com a Senhora Excelentíssima Ministra da Coesão Territorial com o intuito de apurar a viabilidade do financiamento de um Centro de Ambulatório e Radioterapia. Neste edifício serão colocados todos os hospitais de dia do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, assim como uma Unidade de Radioterapia. -----

--- Considerando que existem verbas disponíveis neste momento, está em curso a elaboração do projeto para este Centro, cuja conclusão está prevista para finais de maio do próximo futuro. Este projeto sofreu alguns atrasos devido à alteração dos espaços previstos inicialmente em virtude da COVID 19 e à complexidade associada à parte destinada à Radioterapia. -----

--- Quanto à psiquiatria e saúde mental, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu está a preparar um estudo prévio com a finalidade de o submeter à aprovação da tutela. Este estudo estará concluído no final deste semestre. -----

--- Permita Vossa Excelência que se refira ao longo do último ano, em consequência das diversas vagas pandémicas, foram efetuadas várias obras de adaptação de espaços no hospital, assim como foram adquiridos inúmeros equipamentos indispensáveis ao combate da pandemia. O

Assembleia Intermunicipal

Hospital tem estado extremamente pressionado na prestação de cuidados de saúde, o que não tem permitido dispensar recursos para um planeamento estratégico adequado. Compreende-se a preocupação de V. Excelência quanto a fundos disponíveis para suprimir carências dos Hospital, mas acredite que o Hospital está comprometido na realização dos projetos indispensáveis para a melhoria dos cuidados de saúde prestados à população, porém tem em consideração o período que temos vindo a atravessar, em que o hospital foi além do possível, atingiram-se limites nunca antes previstos, o que só foi exequível com imenso empenho e altruísmo de todos os profissionais.”, portanto este é o teor do email e portanto peço desculpa pelo lapso de há pouco.-----

--- E já agora se me permite, em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência, que esteve em Consulta Pública, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, fez este documento que nós temos aqui, que foi enviado à Senhora Ministra da Coesão, ao Senhor Primeiro Ministro, a todos os elementos da tutela, em que nós referíamos aqui em determinado ponto, “...nestes termos entendemos que um pacto regional coordenado e liderado pela CCDR do Centro deverá ser um instrumento que permitirá que todos os nossos territórios deem o seu contributo e participem na execução de um programa que tem como área chave o desenvolvimento da resiliência e a aposta na transição climática e a aposta na transição digital, o que nos permitirá sair desta crise mais fortes.” -----

--- Esta é uma das partes, o documento é longo e aqui exatamente por aquilo que foi referido ali que nós na Informação Escrita não tínhamos, mas neste documento nós quando chegamos aqui à parte daquilo que pretendemos na consulta pública, falamos na resiliência que temos, que é saúde, habitação social, prevenção de riscos e proteção civil, gestão da floresta e transformação da paisagem, gestão hídrica, áreas de acolhimento empresarial e Centros tecnológicos, missing links, reforço da capacidade da rede viária e ferroviária estruturante e depois aqui dizemos “... ao nível da saúde é importante suprir as necessidades sentidas pelos utentes ao nível de acesso aos cuidados de saúde, em particular as dos utentes que pela natureza do seu estado clínico, muito carecem de serviços de saúde de qualidade e sobretudo de proximidade. Os autarcas desta região manifestam a sua preocupação pela não inclusão de uma obra considerada estratégica para a região, já antes espelhada em anteriores tomadas de posição, como é o caso do Centro Oncológico do Centro Hospitalar Tondela – Viseu, assim como a criação e reforço da rede de Psiquiatria e de Cuidados Continuados”, depois temos também em termos de habitação social, existe também no nosso território um conjunto de problemas associados à degradação do edificado e às más condições de conforto, nomeadamente em

Assembleia Intermunicipal

matéria de conforto energético. Portanto este é o documento que nós enviámos, em que tem também, em termos de gestão hídrica, continuam a existir atualmente lacunas graves no domínio do abastecimento público e tratamento de água, onde temos aqui desde a construção de uma nova Barragem em Fagilde, organização da ETA de Fagilde e obras complementares, sistema de tratamento de lamas, portanto, temos aqui este documento que foi enviado na altura da consulta prévia em que refletimos todas as necessidades que a região da Comunidade Intermunicipal tem necessidade". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente **Elísio Oliveira Fernandes** cuja intervenção se transcreve: " Só três observações mesmo lacónicas, muito rápidas. A primeira é que em relação ao IP3 a situação é uma lástima, jamais haverá lugar a campeões, nem o PS nem o PSD criarão alguma circunstância onde se pode arvorar em campeões. Já ficarão muito mal sobre o IP3, quer o PS quer o PSD que são tradicionalmente os partidos de poder. Se tivermos em conta de norte a sul, estradas que foram tão mais caras que seria o IP3 e com muito menos tráfego que tem o IP3, esses partidos já ficarão muito mal, quer um quer outro, tendo em conta o que nas últimas duas, três décadas estiveram de permanência no poder. -----

--- Em relação à CIM não podemos subestimar o papel único, singular e inovador que teve a CIM Dão Lafões, de ter a liderança sobre o conjunto das CIM's. De sua iniciativa sentou à mesa as outras CIM's, criou uma posição comum, que vinculou e exprimiu através da CCDR Centro e do Conselho Regional do Norte e isso é forte, impactante, é inovador e merece ser realçado. -----

--- Os Deputados, disse os Senhor Deputado, que os deputados dariam conforto à CIM, o papel dos deputados não é dar conforto à CIM, a CIM não precisa de colinho. Os deputados que estão na Assembleia da República, têm uma relação direta e de fiscalização sobre o Governo e compete-lhes também aos deputados do distrito, do PS, do PSD e de qualquer partido, ter uma ação reivindicativa que faça eco e coerente com a CIM e os outros órgãos regionais no mesmo do sentido e serem reivindicativos. Portanto, os deputados na Assembleia da República têm até um acesso mais direto por via das comissões da especialidade, etc, e podem lá desempenhar um papel reivindicativo e reafirmo os deputados dos partidos todos". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves** cuja intervenção se transcreve: "Eu não falei aqui e o conforto que estava a dar à CIM não era o deputado da Assembleia da República, eram os membros da Assembleia Intermunicipal. Os deputados da Assembleia Intermunicipal que davam conforto ao Conselho Intermunicipal para que reivindicasse, porque se estivesse aqui o deputado da Assembleia da República falava para o Presidente da Câmara de Mangualde e tinha umas coisas para lhe dizer. Por isso eu não vim aqui nessa qualidade, estamos aqui noutras

Assembleia Intermunicipal

qualidades e por isso mesmo exijo esse respeito porque eu respeito toda a gente também e não concordo com grande parte do que tem sido feito em termos de opções políticas em Mangualde. Não concordo mesmo, na defesa dos interesses da nossa região, o silenciamento da suspensão do IC12, para mim é uma preocupação enorme. O calar a boca com um milhar e meio de euros, em pequenas obras, para acabar com o investimento estruturante, como foi uma barragem, eu não aceito isto. Por isso não venha aqui dizer o que eu devo fazer com deputado que eu não estou aqui a perguntar-lhe o que é que deve fazer como Presidente da Câmara. Exijo-lhe esse respeito e por isso mesmo falar das questões da Assembleia Intermunicipal estou cá para isso, se quiser falar das questões como Deputado da Assembleia da República, então vamos lá para fora e vamos falar de Mangualde. Eu estou perfeitamente à vontade para isso. Olhe que eu não me vendo em função de conveniências, é sempre em função das convicções, pode ter a certeza absoluta disso e sei sempre de que lado é que ei-de estar. Estou do lado dos Viseenses, não estou do lado dos partidos. É só isto que tenho para lhe dizer”. -----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise e discussão do documento “Viseu Dão Lafões 2030”, no âmbito da preparação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o próximo quadro financeiro plurianual. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve: “Eu, se me permitisse, passava a palavra ao Dr. Nuno Martinho que irá iniciar à apresentação”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “A proposta de estratégia que a CIM hoje traz aqui a discussão a esta Assembleia foi realizada em dois momentos diferentes. Esses mesmos dois momentos estão claramente refletidos no documento que foi disponibilizado aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas, em que no primeiro momento foi feita uma revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial que serviu de base à contratualização no âmbito do Portugal 2020, portanto partindo do documento e do que foi a estratégia que serviu de base a essa mesma contratualização, partimos dessa revisitação, identificámos um conjunto de domínios diferenciadores temáticos do território. Dar nota que este trabalho foi feito com a Plataforma de Cooperação Institucional, num primeiro momento com os atores do território que a CIM, numa estratégia também no fundo de acompanhamento da estratégia e dos vários projetos da região que tem vindo a desenvolver. A CIM tem uma Plataforma de Cooperação Institucional, organizada em Redes, com todos os atores do território, nomeadamente a Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo, em que o nosso parceiro chave é a AIRV, a Associação

Assembleia Intermunicipal

Empresarial, temos a Rede da Qualificação e do Mercado de Trabalho, em que o nosso parceiro chave é o Instituto de Emprego e Formação Profissional, temos também a Rede da Educação, que o parceiro chave é a DGESTE e temos também a nossa Rede da Coesão Social, que a partilhámos, enquanto parceiro chave, com o Centro Distrital de Segurança Social e com a ACES Dão Lafões. E, portanto, esta discussão, esta revisitação, foi um conjunto de workshops que foram desenvolvidos pelo território, na região, onde esta revisitação foi analisada e logo nestes workshops foram apontados, por todos estes atores do território, em cada um daqueles domínios temáticos, aquilo que deveria ser a agenda para o próximo quadro financeiro plurianual, mas mais do que a agenda para o próximo quadro financeiro plurianual, os desafios em cada destes domínios prioritários para a região num horizonte até 2030. -----

--- Feito esta revisitação, obviamente, em função disto, iniciamos este trabalho no final do ano passado, partimos para a definição da nossa estratégia, estratégia assente num conjunto de domínios prioritários, de linhas de ação. E, portanto, é um bocadinho este documento que hoje vos vamos aqui apresentar, um documento como podem observar e certamente que leram, muito completo. Aponta já muitos caminhos e muitas linhas de ação. O que é que faltará a seguir? Faltará a seguir, no momento em que forem conhecidos, no fundo, as prioridades de investimento, aquilo que for conhecido ao nível dos vários PO's temáticos e o PO Regional que no fundo é o Programa Operacional, que, por natureza, a Comunidade Intermunicipal irá contratualizar a maioria dos seus fundos, quando for conhecida. É conhecida a Estratégia, mas ainda não são conhecidas, por assim dizer, as gavetas das várias prioridades de investimento e além das gavetas, o envelope financeiro que irá estar adstrito a cada uma dessas gavetas e dessas prioridades de investimento. Portanto, o documento a seguir a este da Estratégia, será aquilo que nós costumamos designar que é o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, onde vai ter o envelope financeiro e vai ter identificado os projetos que a região irá identificar, mas por essa linhas de ação que hoje são apresentadas aqui da estratégia e dos investimentos prioritários que hoje apresentamos aqui a discussão e à recolha de contributos dos Senhores Deputados, é no fundo, em cima deste documento, que vamos depois construir os nossos projetos. Mas isso é um momento seguinte, é um momento que só o podemos fazer depois de ser conhecido pelos PO's, os vários eixos, as várias prioridades de investimento. -----

--- Por isso é que também foi feito em dois momentos este documento, porque só partimos também para a estratégia depois de ser conhecidos os Papers da Comissão Europeia, mas também o próprio Plano Operacional, a Estratégia do Centro 2030, que também foi aprovada no Conselho Regional. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Dar nota também de uma questão que foi já aqui afluada anteriormente, que tem haver com a convivência entre o PRR e o próximo Quadro Financeiro Plurianual. E o documento tem, exatamente na parte final, é pela primeira vez que vai acontecer, em que vamos ter um quadro financeiro que é o Portugal 2020, que tem mais dois anos de execução, onde vai continuar a haver avisos do Portugal 2020. Irá começar a haver avisos do novo Quadro Financeiro Plurianual e também vai haver um novo instrumento financeiro que é o PRR, e, portanto, temos que ter noção aqui que vamos ter vários instrumentos financeiros. Vai ter que haver uma capacidade de absorção muito grande por parte do País e por parte dos municípios e por isso é que a CIM, em determinado momento, defendeu exatamente uma governança regional, assente na CCDR, porque entendemos que os municípios sempre foram e irão continuar a ser, os maiores executores de fundos comunitários e o PRR tem, sem dúvida nenhuma, de contar com os municípios e com as Comunidades intermunicipais para essa absorção destes recursos financeiros, sob pena de o País não ter essa mesma capacidade de execução. E dizia eu que na parte final deste documento, exatamente fizemos essa proposta, que é olharmos para o PRR, olharmos para a proposta do Quadro Financeiro Plurianual, daquilo que hoje já é conhecido, e exatamente fizemos o cruzamento destas duas fontes de financiamento para percebermos, a combinação cruzada entre os vários eixos no sentido de a Região se posicionar quando for altura, no fundo, de conhecido o envelope financeiro, se posicionar para reclamar e exigir, quer ao nível regional e depois também ao nível municipal, os municípios indicarem as suas prioridades”.----

--- Foi dada a palavra ao Professor **Paulo Queirós**, cuja intervenção se transcreve: “Vou tentar fazer uma passagem breve sobre aquela que é a proposta da Estratégia para Viseu Dão Lafões, para 2020/2030. Há aqui uma compatibilização que estas estratégias têm que ter em consideração. Por um lado, trata-se aqui de uma estratégia que deve orientar a ação conjunta dos municípios da CIM neste horizonte temporal e, portanto, orientar é ajudar a optar, é identificar quais são aqueles principais desafios que se desenham neste horizonte, mas por outro lado, estas estratégias também têm, são confrontadas com a necessidade de alargar o âmbito de financiamento do território, a capacidade para atrair recursos do território, que como vimos, eu estive interessadamente a assistir aos trabalhos desta Assembleia, que como vimos são múltiplos, nós estamos num momento em que se anunciam múltiplos pacotes, sobre múltiplas formas de hipóteses de incidir aqui, e, portanto, é a tentativa de dar resposta a estas duas vertentes, isto é, não esquecer que uma estratégia deve orientar a ação, e portanto, deve ajudar a optar, mas ela tenta não esquecer a capacidade para esta Região atrair fundos públicos para a desenvolver e é deste relacionamento, deste trade off entre estas duas vertentes que

Assembleia Intermunicipal

resulta esta Estratégia.-----

--- Um outro ponto prévio que também gostava de realçar, tem haver com a necessidade de planear. Planear hoje até parece que é algo que não faz sentido, pode não fazer sentido, o mundo muda, como nós vimos recentemente com o COVID, de que é que serve planear quando temos uma pandemia, o que é serve planear quando temos alterações climáticas, cujo impacto temos dificuldade até em perceber. Eu penso que faz sentido planear, faz sentido planear a prazo, agora temos de o fazer de uma forma mais flexível, e isso também é um ponto de introdução à Estratégia, isto é, esta Estratégia não é uma estratégia absoluta, fechada, que tenha um caminho único daqui até 2030, não, é uma proposta de caminhos que têm de ser feitos e que têm de ser planeados ao longo da sua execução e, portanto, é também necessário encará-la com este exercício de planeamento como um exercício de flexibilidade, porque de outra forma ela tornar-se-á obsoleta, daí mais à frente veremos a importância que atribuímos às questões da governança, porque a governança é que nos permite dar essa flexibilidade.-----

--- Esta estratégia, tal como foi referido pelo Dr. Nuno Martinho, iniciou-se em 2019, com um trabalho de continuidade, com o trabalho das Redes que estão implementadas no terreno, com um balanço, uma reflexão sobre o que foi o Portugal 2020, nós tivemos aqui um dashforce territorial, um painel de bordo sobre a evolução de vários indicadores, um trabalho de capacitação com sessões de trabalho em que participaram cerca de 200 entidades, fizemos várias sessões de trabalho com pessoas em várias áreas, na área da competitividade, na área social, na área ambiental, na área da educação, e portanto, foi feito um trabalho ao longo do tempo e isto resultou numa síntese estratégica e no delimitar dos domínios prioritários. Este documento que está agora sob análise e que é proposto é o que resulta deste exercício de cerca de dois anos e é a súmula, a estratégia, é então uma proposta de quadro de ação futura.-----

--- O que é que ela contém grosso modo? Uma proposta de visão de médio e longo prazo para o território, delimita aqueles que nos parecem ser os principais desafios que se colocam ao território, propõe também uma arquitetura e um plano de ação que concretiza essa estratégia e que facilita, de alguma forma, a articulação com as diferentes fontes de financiamento que estão em cima da mesa e tem uma proposta de matriz de articulação com essas grandes orientações europeias, nacionais e regionais, nas quais temos que alinhar, no sentido de aumentar a probabilidade de financiamento.-----

--- Passaria de imediato à proposta de visão, que no fundo é uma preposição de um futuro desejado, que é como é que nós vemos Viseu Dão Lafões em 2030. É uma proposta, e a proposta é que Viseu Dão Lafões, esta ideia de regeneração que está aqui presente, que é um território

Assembleia Intermunicipal

que se regenera, com base numa oferta de qualidade de vida sustentável, cuidando do bem-estar e das pessoas, a presença aqui das pessoas e dos seus cidadãos e que potencia a expressão das suas capacidades de identidade e ação colaborativa, integra o urbano e o rural num mosaico territorial distintivo e harmonioso, cria valor, através da mobilização dos seus recursos e dos seus ativos e reposiciona-se relativamente aos outros territórios da sua envolvente, e portanto, esta é uma frase, digamos assim, que tenta condensar uma visão para o futuro. Sistematizando, em 2030 espera-se que Viseu Dão Lafões esteja regenerada e reposicionada no contexto nacional e internacional, ao cuidar do bem-estar e segurança dos seus cidadãos e potenciar a expressão das suas capacidades e da sua identidade que a diferencia, integra o urbano e o rural, ou seja, Viseu Dão Lafões é um território charneira que faz aqui o interface entre o interior e o litoral, entre o urbano e o rural e, portanto, isto faz parte da sua riqueza e a integração deste urbano e deste rural e desta diversidade é de facto um ativo e que lhe permite criar valor através da mobilização competitiva e circular dos seus recursos ativos diferenciadores.-----

--- Esta é a proposta de visão que temos para Viseu Dão Lafões e ela resulta de quatro desafios que identificamos: um desafio demográfico e social, e o desafio aqui é reestruturar o território demograficamente e socialmente, tornando-o sustentável, deste ponto de vista. O segundo desafio com o qual se confronta a região tem a haver com o seu reposicionamento, reposicionamento competitivo, por outro lado, um terceiro desafio que tem haver com a transição verde e com o desafio climático que está em cima da mesa ao nível mundial e um último desafio, muito importante e que tem haver com a questão que falamos antes, que tem haver com a governança e com ação colaborativa, com o trabalhar em rede, com o funcionamento da região como um todo, de que este órgão faz parte.-----

--- Passaria à estrutura do Plano de Ação para Viseu Dão Lafões, que nós estruturamos em seis eixos verticais de dez eixos de atuação, sendo eles a sustentabilidade demográfica e a coesão social, a educação e as competências, a inovação e a competitividade e qualificação, a inovação e a digitalização, o ambiente, a transição energética e a economia circular e as alterações climáticas, a prevenção de riscos e a proteção civil. Estes são os eixos verticais que se colocam a esta região e a qualquer outra. No contexto do próximo período de programação poderemos ter uma cumulação diferente, mas estes eixos são os eixos que correspondem às grandes agendas europeias e às grandes agendas nacionais. -----

--- Nos eixos transversais, a combinação destes eixos, o cruzamento que for possível fazer e a forma como for possível cruzar com as fontes de financiamento e a autonomia que for dada às NUTS3 para fazer as operações integradas de desenvolvimento territorial, aqui sim é que se vai

Assembleia Intermunicipal

adaptar a cada um dos territórios, portanto, ajustar aos valores e aos recursos próprios de cada região e esses eixos são a cultura, recursos, turismo e atratividade, o sistema urbano policêntrico, o urbano/rural mais uma vez entendido como espaço de interações, mas de grandes oportunidades, e oportunidades de desenvolvimento, nomeadamente económico e as questões de organização da governança, da inteligência territorial e da capacitação institucional, que são aqui fundamentais para assegurar o desenvolvimento. -----

--- Este quadro de ação divide-se depois nos tais dez eixos de intervenção, que depois se subdividem em vinte e nove domínios prioritários, setenta e oito objetivos estratégicos, cento e sessenta e três linhas de ação, não teremos certamente tempo para as abordar. Para cada um destes eixos de intervenção, estão definidos quais são os domínios prioritários para a ação, fundamentais que estão cá dentro e dentro de cada um destes domínios estão propostas de linhas de atuação para as CIM's e para as Câmaras Municipais, desenvolverem neste horizonte temporal com que estão confrontadas. -----

--- Para terminar iria só fazer uma visita aqui às matrizes de articulação dos eixos prioritários que foram propostos, com aquilo que é o quadro Portugal 2030 que temos pela frente. A estratégia Portugal 2030 tem quatro grandes agendas. As pessoas primeiro, a inovação e a digitalização e as qualificações e a transição climática e aqui o sistema territorial urbano e rural. Esta é a proposta e é o quadro que o Governo consagrou na Estratégia Portugal 2030 e depois tem os instrumentos financeiros que vão estar ao dispor no Quadro Financeiro Plurianual, que são desde logo o PO Regional, que será o grande financiador das intervenções que forem feitas, mas também os PO's temáticos nacionais, que estão ali inscritos. O PO demografia/inclusão, o PO inovação e transição digital e o Programa Operacional de transição climática e sustentabilidade dos recursos. O que é que nós vemos aqui, aqueles eixos que nós falamos à pouco, quer os eixos transversais, quer os eixos horizontais, encaixam claramente dentro desta arquitetura que está proposta na Estratégia Portugal 2030, de forma a garantir este alinhamento que potencia claramente a capacidade de financiamento dos projetos aqui inscritos. E fizemos isto para o Portugal 2030, mas também fizemos para o PRR, e portanto, aqui vemos os cruzamentos entre os eixos prioritários de Viseu Dão Lafões e as componentes que integram o PRR, portanto, vemos aqui de que forma eles podem ser cruzadas e podem ser articuladas e também fizemos isto relativamente aos pilares relevantes da União Europeia, aqueles pilares que são as grandes bandeiras da União Europeia para efeitos do seu desenvolvimento". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes** e cuja intervenção se transcreve: "Hoje é nos dado a conhecer um dos documentos, talvez dos mais importantes desta CIM, e

Assembleia Intermunicipal

para o futuro do nosso território e antes de mais, de uma apreciação concreta, permita-me fazer uma questão prévia. Entendemos que esta Assembleia deveria ter sido chamada antes desta apresentação e não apenas para uma apreciação puramente técnica, nós temos aqui na Assembleia pessoas que são Presidentes de Assembleia Municipal, ex-Presidentes de Câmara, pessoas que até são professores universitários e que têm uma experiência muito grande nesta matéria e que gostariam, tenho a certeza disso, de ter sido chamados, não neste formato, puramente político, com contagem de tempos e com intervenções pré-programadas, mas num formato mais dinâmico, mais criativo. Sei que foram realizados sete workshops, era mais um workshop connosco e estou convencido que teríamos tido alguns contributos bastante positivos para a formulação deste documento. E, portanto, esta é uma questão prévia que eu lamento que não tenha acontecido, pode vir a acontecer, na medida em que foi dito aqui que este é um documento dinâmico e aberto, e, portanto, sugeria numa próxima oportunidade, estarei disponível para isso, com a minha humildade, com o meu contributo, para melhorar este documento. -----

--- Quanto ao documento propriamente dito, devo referir aqui o seguinte, quanto aos aspetos positivos eu identifico-me com praticamente todo o conteúdo do documento, o diagnóstico identifica claramente os novos desafios, define corretamente os objetivos estratégicos e as linhas de atuação. Identifico-me, portanto, não tenho dúvidas quanto à linha a seguir. Entendo, no entanto, que a visão que foi aqui apresentada há pouco, adormece-nos, é uma visão que não é clara, não é objetiva, é demasiado extensa, não será um elemento agregador desta região, não será um elemento agregador desta CIM, e, portanto, acho que devia ser uma visão mais curta, mais objetiva e que nos impelisse à ação para o futuro. Aquela que está ali, lemo-la, não ficou praticamente nada do que lá está e isto é um pecado original deste documento, é que este documento não é um documento político e acho que devia ser um documento político e é isso que nos falta aqui. Não responde a questões essenciais políticas, que é como vamos ver a região em 2030, como é que estamos. Duas, três linhas de ação, não mais do que isso. Como é que nós vamos querer viver. Primeiro vamos querer viver em 2030, mas como é que vamos querer viver em 2030 e depois vamos apostar mais na indústria, no turismo, nos serviços ou num mix. Qual deve ser o papel de Viseu, aqui falo de cidade de Viseu, que é sem dúvida o polo mais importante. Deve ser uma cidade solidária, deve ser uma cidade âncora, deve ser uma cidade que pelo contrário que faz o seu caminho de desenvolvimento e que deixamos a todos para trás. Não, estas questões deviam ser importantes, são questões políticas, determinantes no nosso futuro e qual é a missão da CIM Viseu Dão Lafões. É a missão que está no documento que foi

Assembleia Intermunicipal

entregue no Relatório de Atividades ou é atualizada e qual é o pacote reivindicativo que temos para o Governo. Ou seja, o que é que esta região, o que é que esta CIM que tem aprovado aqui, esta Assembleia Intermunicipal tem aprovado aqui várias moções, relativamente ao IP3, relativamente ao Centro Oncológico, mas, vamos ter aqui um papel reivindicativo, um pacote reivindicativo junto do Governo, este, o próximo, porque os ciclos eleitorais são cada vez mais curtos. É que temos que dar uma roupagem política a este documento, é um documento técnico, bem elaborado, já o disse, mas temos que pegar nele e dar-lhe uma roupagem política, não podemos pegar no documento da equipa técnica e entregá-lo a esta Assembleia para apreciação. -----

--- Senhores Presidentes, meus caros colegas, referido que foi este pecado original, que é não ser um documento político, permita-me também falar daquilo que o documento não tem, mas deveria ter. É a definição dos papéis dos principais atores do território. Foram feitos vários workshops, temos de definir o papel que cabe à CIM, aos municípios, ao ensino superior, aos diversos GAL, à saúde, às IPSS, às empresas, aos serviços desconcentrados da Administração Pública, etc., depois também já aqui foi explicado que não há uma quantificação daquilo que é necessário fazer na região, que vai ser feito quando saírem os próximos avisos, mas podia já ser feita essa quantificação e definir o papel que cabe a cada um dos diferentes atores do território. Depois há uma coisa que o documento também não responde e foi ainda há pouco aqui falado pelo Senhor Presidente desta Assembleia, que é a questão demográfica. A questão demográfica é abordada ali apenas num prisma, que é dar melhor qualidade de vida às pessoas que residem aqui, e aos idosos, e aos que vão ser idosos, mas não fala na questão demográfica. E quem tem empresas sabe perfeitamente que esta quebra demográfica que se assiste no País e que é muito particular nesta região leva a que haja uma escassez de mão de obra e nós temos que nos perguntar qual é a nossa estratégia, vamos fomentar que os residentes contribuam para um aumento da demografia, com uma política fiscal incentivadora por parte do Governo e também com uma política fiscal incentivadora por parte da CIM e das autarquias, amiga dos residentes, amiga das famílias. Como é que vamos atrair novos residentes. Temos uma política integradora desses emigrantes? Estamos aptos a receber pessoas de outras regiões, de outros países, de outras culturas? Não estamos a fazer esse trabalho e devíamos fazer o trabalho porque essa, a questão demográfica, para além das alterações climáticas, para além das questões da poluição, questões que são transversais a praticamente todo o planeta, são particularmente graves para Portugal, são particularmente graves para esta região e devemos refletir sobre a questão devemos ou não devemos estar preparados, estamos ou não estamos preparados para receber

Assembleia Intermunicipal

peçoas que querem efetivamente trabalhar, para não acontecer o que aconteceu há dias, e está a continuar a acontecer em algumas comunidades que estamos a ver no País, que a integração dos migrantes é de facto desastrosa.-----

--- Caros Presidentes, caros colegas a minha apreciação deste documento é sem dúvida positiva e revejo-me, tal como disse, em praticamente todo o conteúdo do mesmo. Já o disse também que este é um documento estratégico, não é um documento estanque, está aberto às contribuições de todos e estou convencido também, que todos nós iremos contribuir para melhorar a qualidade deste documento”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Amaro** e cuja intervenção se transcreve: “Permita-me começar por dizer que concordo com o Senhor Deputado Telmo Antunes, quando aqui disse que talvez este papel passivo que vamos ter aqui na aprovação deste documento, pudesse obviamente ter um maior contributo desta Assembleia, nomeadamente digamos que, antes da realização desse mesmo documento. Independentemente disso, e dado que poderá ser a última, ou seja é a última Assembleia e da minha parte poderá mesmo ser a última intervenção que farei aqui, eu diria que analisando aquilo que nós nesta Assembleia, e o que ela representa, temos feito aqui nos últimos e refiro-me só aos últimos quatro anos, leva-me a dizer aqui algo que já aqui referi algumas vezes, que é, esta crítica que podemos fazer da nossa pouca participação ou, digamos que, da pouca importância que a Assembleia Intermunicipal acaba por ter, tem muito a ver, é óbvio, com o seu desenho institucional, já o disse várias vezes, não é uma Autarquia, é uma Associação de Municípios e eu diria até que tendo em conta o seu desenho político, ou a sua legitimidade política, eu acho que ela até faz muito mais do que aquilo que era até suposto fazer, ou seja, tem mais importância do que aquilo que é o seu enquadramento político, mas eu diria que o facto de não haver uma regionalização, e sobretudo de o País não estar regionalizado nesta altura, digamos que com estes instrumentos de financiamento que vamos ter nestes próximos dez anos, isto é, como eu costumo dizer, isto é quase evitar que se faça a questão ao contrário de normalmente quando se discute o problema da regionalização, já não é o que a regionalização podia fazer e contribuir para aquilo que é a falta de coesão que nós vemos do ponto de vista territorial no nosso País, é o preço que pagamos por não haver regionalização. Esse preço nunca será contabilizado e digamos que isso é que me deixa de algum modo magoado e, portanto, nós aqui fazemos o possível e eu acho que fazemos até muito, porque tendo em conta a importância que a Assembleia Intermunicipal tem e se nós vimos que recebemos em nossas casas, para aqueles que tiveram a preocupação de ler algumas das coisas que vêm nos documentos, são mais de mil e quinhentas páginas, no total dos documentos que

Assembleia Intermunicipal

recebemos, se tivermos a preocupação de os ler todos, só este documento são trezentas e tal páginas, que obviamente se não for uma pessoa interessada por estes temas, tem alguma dificuldade de o ler, diz bem de como não joga bem, digamos aquilo que deveria ser o nosso dever, com a importância que a própria Assembleia Intermunicipal tem. Mas isso é um problema e eu queria deixar de me referir a isso nesta altura, porque sinto isso com este documento. Este documento vai ser o documento, já aqui foi dito e eu concordo completamente, é o documento estruturante mais importante que a CIM alguma vez elaborou, por aquilo que o obriga e por aquilo que de algum modo desbrava no sentido de tentar apontar e ver quais são as melhores estratégias para que esta região possa dar o salto que, como é óbvio, todos desejamos. -----

--- Passando ao documento então, dito isto, eu diria que numa avaliação logo global, eu diria que é um excelente documento e é tão excelente que até podemos ser levados a pensar que é de tal forma perfeito na sua elaboração, do ponto de vista daquilo que é um documento estratégico, do ponto de vista daquilo que é o desenvolvimento territorial, que até nos pode levar, digamos que a pensar se isto, se tudo que aqui está, é ou não possível. Mas é essa a avaliação, não há dúvida nenhuma, que naquilo que eu posso, na minha modesta opinião posso avaliar e que se interessa por esta questões de desenvolvimento regional, eu diria que estamos perante um documento bem elaborado e com tudo aquilo que é exigível para um documento desta natureza. Mas, qual é o problema, então que eu encontro, não no documento, mas na região, ou seja, os eixos estão bem delineados, é aquilo que é importante, não há dúvida, mas qual é o meu problema normalmente quando se trata de um documento como este, é que este documento como aqui foi dito, parte logo de algo que nos é dado, ou seja, há determinados instrumentos de financiamento, mas que nos dizem logo, só há financiamento se for neste sentido, ou seja, vocês podem elaborar o documento que quiserem, podem discutir o que quiserem, mas se depois quando se for para candidatar a um projeto ele não estiver integrado, não é no que diz este documento, este documento o que fez foi definir os instrumentos financeiros, vamos elaborar um documento que responda a esses instrumentos financeiros. E a meu ver, isto é o seu lado mais positivo, mas é o seu lado também mais negativo. Positivo porquê? Positivo porque vai de encontro aquilo que são os instrumentos financeiros que estão disponíveis, se não for de encontro a eles, não teriam hipótese nenhuma de qualquer candidatura singrar, mas obriga a que seja esse o caminho. Esta é que é a verdade. Orienta, mas orienta de cima para baixo. E depois o que há de baixo para cima é, têm aqui o plano, têm aqui o que existe, têm aqui o nível de financiamento e agora enquadram-se dentro deste paradigma ou então não há financiamento. Esta é a parte, a meu ver, mais difícil.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Mas, como disse há pouco, o documento tinha de ser assim. Porque se não fosse assim não orientava no sentido certo. E então para mim o que é que daqui decorre como mais perigoso, a meu ver, é que, esta forma, do ponto de vista político, de ter acesso ao financiamento não cria grandes dinâmicas democráticas de base para esta discussão. Que é, a partir do momento que toda a discussão já está, digamos que, definida os parâmetros onde isto tem de ser feito, está definido, é obvio que cria em nós uma mentalidade, que é uma mentalidade de resposta que é esta, eu tenho é que fazer as coisas para ir buscar o dinheiro, o financiamento. Este é o grande problema, não tem nada a ver com o documento, nem com quem o fez, que o fez muito bem e se não fizesse assim estaríamos aqui todos a dizer para que é essa coisa linda, se depois não há dinheiro. Não veio dinheiro nenhum. Pois é esse mesmo o problema. Só que ao fazer-se assim, a parte negativa, temos de ter consciência, é esta. É a de que as dinâmicas endógenas, as dinâmicas que poderiam criar valor ou trazer ideias, que não são aquelas que são definidas em Bruxelas, ou que são definidas de cima para baixo, não se criam e isso a meu ver é um empobrecimento que não tem a ver com o documento, mas que tem a ver com a forma como nós nos organizamos. Claro que do ponto de vista da governança podem-se tentar aqui algumas coisas que evitem isso, mas a minha pergunta é esta, e não quero ser provocador, será que na próxima campanha autárquica, e falamos só na nossa região, os futuros candidatos e os candidatos, leem bem este documento e vão discutir isto nas eleições, vão discutir isto com os seus eleitores, ou não. Eu quase que diria que provavelmente não, e, portanto, ou seja, andamos todos aqui um pouco no engano por falta dessas mesmas dinâmicas. -----

--- Terminava dizendo o seguinte, bem vi o Senhor Secretário Executivo há pouco e concordo que a explicação que deu, tem ali pontos que são de considerar, mas no geral, e não é esta região, no geral a execução dos fundos e a execução dos projetos é sempre, é um problema grande nesta região e até dá para perceber que as empresas têm mostrado maior agilidade do que propriamente os municípios nessa mesma execução. Mas terminava precisamente dizendo isto, aquilo que preocupa e que deverá preocupar no futuro nesta região, mas não só nesta região, mas sobretudo no interior, é a massa crítica para concorrer e executar, ou seja, toda esta dinâmica que nós vemos aqui, do ponto de vista de acesso aos fundos, assenta num pressuposto que é ele próprio desigualitário logo à partida, entre regiões, e isto preocupa-me, porque se nós olharmos bem o país, a massa crítica não é só onde está a maior parte da população, que é num terço do território, não só está lá a maior parte da população, portanto no litoral, como está lá a maior parte da massa crítica, quando eu digo massa crítica significa, estão lá as instituições, as organizações, as pessoas, as empresas, as autarquias com mais massa crítica para concorrer aos

Assembleia Intermunicipal

projetos, ganhá-los e executá-los. E a minha dúvida, e com isto terminava, e espero poder ver isso, é de que nós cheguemos a 2030, e isto eu penso que deve ser uma luta de tudo nós, e vamos olhar para o país e perguntar se ele está mais desigual, menos coeso ou mais coeso que agora. E eu tenho muitas dúvidas que com todo este dinheiro, com todas estas bazucas, com todas estas pressões de ar, seja lá o que for, que nós cheguemos a 2030 e não invertemos nada daquilo que é, a meu ver, a maior calamidade que temos no país, que é um país completamente virado para o mar e em risco de ele próprio cair nesse mesmo mar e portanto isto não é culpa do documento, o documento é bom, o documento responde aquilo que tinha de responder, mas eu penso que a partir de agora isto está nas mãos da região e no caso da CIM, está na mão dos autarcas que a compõem. Estaremos cá para ver se nas eleições autárquicas isto aparece muito na discussão ou se continuamos nas capelinhas e nas discussões de “lana-caprina”, que não têm muito a ver com aquilo que vai ser a região e portanto eu acho que temos aqui um problema e o problema a meu ver reside no facto, eu não posso deixar de dizer aqui, dado que é a última sessão, no facto de não termos uma regionalização, não termos um verdadeiro parlamento regional que fizesse o que se faz na Madeira. Porque é que as pessoas não vêm que a Madeira é neste momento a segunda região do país mais rica, a seguir a Lisboa. Não se diz isso. E, portanto, esse é o nosso grande handicap e esse é o nosso problema. E depois a sensação que nós temos é que estamos aqui a brincar aos deputados, aqui numa instituição que é digna, faz muito mais do que aquilo que era suposto fazer, mas depois vemos que pouco mais podemos fazer do que isto e fazemos a meu ver muito”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Virgílio da Cunha** cuja intervenção se transcreve: “Este documento de estratégia para 2020/2030, sendo um documento estratégico, é um documento de planeamento. Ele, efetivamente como já aqui foi dito, e também me revejo no que aqui foi referenciado relativamente à sua elaboração, define objetivos, aponta soluções e vamos ver se efetivamente em 2030, as realizações se deram, onde se deram e como se deram. Eu sendo um deputado de um concelho mais limítrofe da Comunidade Intermunicipal, obviamente que estou aqui na posição de deputado intermunicipal para defender toda a zona da CIM Dão Lafões, mas também não me levem a mal se puxar aqui um bocadinho a brasa ao meu concelho, pela simples razão de que ele está precisamente na periferia da Comunidade Intermunicipal. Nós sabemos que as periferias, geralmente, são aquelas que são sempre menos atingidas ou pelo menos, menos bafejadas pelo dinheiro e pelas obras. Eu aqui não quero dizer que o concelho tenha ficado para trás, não ficou, que tenha sido visto em segundo plano, não foi, obviamente que acompanhou todo o desenvolvimento da Comunidade.

Assembleia Intermunicipal

--- Mas, eu li o documento e vi alguns aspetos que me pareceram pertinentes para aqui trazer e um deles prende-se com o tempo que as crianças demoram a chegar ao local de ensino e o tempo que as pessoas, nomeadamente as mais idosas, demoram a chegar aos locais primários de saúde. É o concelho da Comunidade onde se demora mais tempo nestes dois circuitos. Ora, se nós queremos uma Comunidade Intermunicipal a uma só velocidade e é para isso que aqui estamos, temos de olhar para isso. Obviamente que Viseu é a nossa cidade central e é a cidade de que todos nós gostamos e todos nós dizemos que é a nossa cidade. Temos que defender sempre o investimento na cidade de Viseu, porque é com ela que nos identificamos, mas também devemos melhorar tudo aquilo que é entre a cidade de Viseu e os concelhos limítrofes e vice-versa. E quero aqui chegar a uma infraestrutura que liga Viseu ao concelho de Aguiar da Beira e aqui entra no distrito da Guarda, pois Aguiar da Beira pertence ao distrito da Guarda, mas depois entra novamente no distrito de Viseu, que é a Estrada Nacional 229. Portanto ela sai de Viseu, passa Sátão, Aguiar da Beira, Sernancelhe, Penedono, São João da Pesqueira, que é distrito de Viseu. Essa estrada é uma estrada extremamente ocupada, neste momento com muito trânsito. É uma estrada que necessita de obras de vulto e se nós demorarmos nesta reparação, mais tarde, terá custos muito acrescidos. E, aquilo que eu queria aqui apelar a quem vai ter responsabilidade na gestão deste documento, é que efetivamente pense nestas condições de acesso de e para Viseu. Portanto esta infraestrutura merece intervenção, pois se a estrada estiver em boas condições, não só leva gente de Viseu para os outros concelhos, como traz gente dos outros concelhos para Viseu. Ficaria por aqui na análise a este documento estratégico.-----

--- Uma vez que é a última sessão desta Assembleia Intermunicipal, também queria aqui despedir-me da Assembleia Intermunicipal, do Conselho Intermunicipal, do pessoal da Comunidade Intermunicipal, do pessoal administrativo que dá apoio ao Dr. Nuno Martinho e relevar aqui o trabalho feito ao longo destes quatro anos, porque apesar da discussão acesa, houve sempre aqui nesta sala um espírito de todos puxaram pelo mesmo, que é pela nossa Comunidade Intermunicipal e é pelas nossas gentes, pelas nossas terras e pelo nosso território.

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, que, em face do adiantado da hora, propôs a suspensão dos trabalhos, tendo a mesma sido unanimemente aceite pelos presentes. -----

--- Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas dezasseis horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, verificando a existência de quórum declarou aberta a reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Viseu Dão Lafões, na sua segunda sessão, na cidade de Santa Comba Dão, no Auditório da Casa da Cultura.-----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -

--- José Gabriel Marques Pires; -----

--- Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz -----

--- Casimiro Alves Martins Loureiro-----

--- Márcio Ferreira dos Santos -----

--- Cristina Maria Barros de Matos-----

--- Gabriel António Oliveira Sousa -----

--- Jaime Sousa Pinto Almeida -----

--- Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso -----

--- Jorge Manuel Mamede Soares-----

--- Edite da Conceição Alves da Cruz -----

--- Marta Susana Alves Palrinhas -----

--- José Manuel Afonso Rodrigues -----

--- António Manuel Antunes Rafael Amaro-----

--- João Jorge Dias Vale de Andrade -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mota Faria**, cuja intervenção se transcreve:”
Começaria por uma questão que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal pode responder e agradecia, porque não me responderam sobre a transferência de competências, eu fiz essa questão, não me respondeu, mas como o relatório de gestão permite essa resposta, eu agradecia que nessa altura me respondesse, se fosse possível.-----

--- Em relação à questão da estratégia é, todos nós sabemos que a CIM não é nenhuma autarquia regional, e por sua vez, a CIM também não tem nenhum poder supramunicipal, e por isso assenta a sua ação naquilo que é a cooperação entre os municípios e também na complementaridade dessa ação, incluindo, e deveria incluir, nas respetivas articulações interinstitucionais e que iria ressaltar uma questão que tem a ver com o Sr. Professor Paulo Queirós, que muito bem refere que as CIM’s são centros de racionalidade estratégica supramunicipal e instrumentos da sua operacionalização, eu acho que a melhor definição está neste conceito do Professor, que é, centros de racionalização estratégica, supramunicipal e instrumentos da sua operacionalização, por isso, neste âmbito, se é na cooperação, ou na complementaridade como centro de racionalização estratégico, quanto maior a participação, maior é também a aceitação, em concreto numa estratégia regional que para todos nós diz

Assembleia Intermunicipal

respeito, não é só uma questão de identificação desta Assembleia, é também o robustecimento da proposta como uma construção, como aqui foi dito, de baixo para cima, se queremos criar um sentimento de pertença regional, com uma identificação que temos que identificar todos, social e culturalmente e também com coesão económica, então é importante envolver todos na participação, e não basta aquilo que muitas vezes se costuma dizer, os chamados parceiros chave, e dos parceiros chave que nos foram aqui enunciados, a maioria eram instituições oficiais, com exceção da Associação Empresarial, todos sabemos, que independentemente dos governos, os responsáveis governamentais defendem orientações superiores, ou seja, que podem muitas vezes, não ser, as adequadas ou necessárias aos próprios territórios. Vou dar um exemplo, vezes esquecido, da resposta em termos de cuidados continuados, cuidados paliativos digo, é, todos nós sentimos que é uma necessidade, mas não está muitas vezes na própria agenda, aquilo que foi um erro, que começamos todos a perceber, em termos das grandes escolas, o modelo das grandes escolas, e percebemos hoje aquilo que esse grande escola, aquela situação da grande escola, os problemas que trouxe, em termos de fixação de pessoas, mas em algumas freguesias, por outro lado, é a situação de, eu só vou dar um exemplo, do desfasamento, por Viseu já havia uma unidades de cuidados continuados em vários sítios, mas não havia em Viseu, Concelho de Viseu que tinha até uma necessidade muito maior e urgente em termos de hospital e pela sua população, e aqui avançou-se com três, um concurso com três unidades, paradoxo, politizou-se o concurso de algum modo, e, a Santa Casa da Misericórdia que tinha, concorreu, a Santa Casa da Misericórdia politizou-se no bom sentido, e a Santa Casa da Misericórdia de Viseu é afastada, porque não tinha as necessárias condições financeiras para ter uma unidade de cuidados continuados, então ficaram numa 1ª fase, depois ficou outra e Viseu das três, ficou com duas, porque uma das instituições que iria ter essa unidade, que não tinha capacidade financeira para isso, pronto isso é só para, e uma foi em Farminhão e a outra foi em Viseu, já, Viseu cidade, e no fundo eram três que se tinham definido como uma necessidade, que outra em Torredeita não avançou, e quando se fala também em situações que todas as unidades começam a ter um problema, que não há uma resposta que é nas doenças mentais, Alzheimer, etc., isso também não tem sido funcionado com uma grande prioridade em termos, ou seja, muitas vezes não há este serviço, porque tem orientações superiores, e quando chegam à base, quando chegam ou ao serem ouvidos por outras instituições ou instituição, dizem aquilo que são as suas orientações, as suas prioridades.-----
--- Por outro lado há uma necessidade urgente de harmonizar daquilo que é desconcentração de serviços públicos, não é possível de continuarmos com serviços públicos com a ótica distrital

Assembleia Intermunicipal

e depois outros na ótica regional, ou seja, a Segurança Social continua a ser um serviço distrital, as finanças um serviço distrital, a proteção Civil, distrital, agora vai ser novamente reequacionado, e há outros serviços que são, ou seja, não há uma lógica de harmonização entre o nosso território CIM e os serviços públicos em termos de desconcentração, não estou a dizer que é melhor distrital ou melhor o da CIM, não é isso, tem que haver, é uma lógica de harmonização, não pode é haver na saúde, Cinfães e Resende que respondem em Tâmega e Sousa, os outros respondem no Douro Sul, Mortágua responde para Foz do Mondego e depois em termos de Segurança Social, em termos de saúde, pois aqui não há articulação, não é possível articulação, por outro lado a rede de acessos hospitalares também não é correta, por isso vemos problemas que temos em Sernancelhe, por isso, pela importância dessa estratégia no futuro deve ser enviado, deveria ser enviado do meu ponto de vista para as Assembleias Municipais, para análise e discussão para envolver todos naquilo que se pretende que é um desígnio coletivo, e outra situação é, aqui o Dr. Telmo colocou-me um problema, e quem não discutir este problema, estamos a andar com a CIM para trás, e o problema é, qual o papel da cidade de Viseu na CIM Viseu Dão Lafões? Este é um problema, e não pode ser tabu a sua discussão, é um problema que é, qual é o problema que tem que ser discutido num contexto regional, não deve ser discutido com bairrismos, com protagonismos doentios muitas vezes, mas deve ser sentido, deve ser numa perspetiva de coesão, tem que ter que haver uma via, não é uma via única, para um lado ou para outro, é uma via que tem que ter dois sentidos, tem que haver aqui, os chamados laços de reciprocidade, enquanto não se quer discutir esse problema, e se procuram protagonismos doentios, isto, a CIM não anda para a frente, isso não é tabu, e por isso, isso no contexto que sabemos que exige esse problema exige investimentos diferenciados como é óbvio. -----

--- Importante a cidade de Viseu impulsionar o desenvolvimento, é importante ou não a cidade de Viseu pela sua massa crítica, é importante hoje para a fixação de investimentos para qualquer o concelho dizer-se que se tem um hospital de excelência, se tem ensino superior, se tem uma cidade que desse ser uma cidade cosmopolita! E tudo isto são, para além das condições que em cada concelho deve ter de instalação, de seus investimentos, é importante, as suas acessibilidades, a rede tecnológica, é importante dizer-se que se tem uma cidade a 15 minutos, a 20 minutos, a meia hora, isto tem que ser discutido sem tabus, sem uma perspetiva já condicionada.-----

--- Terminava já, e por isso, eu sou regionalista e acho que o êxito das CIM's poderá ser também, o alicerce futuro, para aquilo que são as futuras autarquias regionais, assim se consiga a

Assembleia Intermunicipal

resolução destes problemas, potencializar as sinergias, reforçar parcerias, haver um verdadeiro planeamento e gestão estratégica conjunta envolvendo todos os autarca e sociedade civil, e por isso, o único fim que todos devemos ter é o desenvolvimento da região Dão Lafões integrado e harmonioso entre todos, mas aproximando sempre que possível a tomada de decisões que permita a participação também dos viseenses nessas mesmas decisões, e só se consegue isso se esta CIM sair destas paredes e é importante começar pelas Assembleias Municipais, pelos nossos presidentes de juntas de freguesia, para envolve-los a todos no seu desenvolvimento futuro.”-----

---**Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2020.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “Não obstante, obviamente, a não só, o número imenso de atividades e de projetos, e de ações que a CIM desenvolveu durante o ano, vou tentar fazer um resumo de cada uma delas e também da parte final, mais a parte relacionada com a parte da execução orçamental, e também da parte patrimonial da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Como o Senhor Presidente referiu e bem, o relatório de gestão é um documento bastante completo, exaustivo, muitas vezes também com um relato fotográfico de muitas atividades que foram desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal ao longo do último ano, tem também o anexo, que tem a ver com as demonstrações financeiras e orçamentais, um documento novo que agora também é acoplado ao relatório de gestão, e dar nota também de uma complexidade diferente, a elaboração das contas deste exercício económico, por força também da transição do POCAL para o SNC-AP, aliás esta complexidade não só do ponto de vista das aplicações ligadas mais à parte da contabilidade, até levou à própria DGAL, permitir, que as contas das autarquias e das Comunidades Intermunicipais pudessem ser aprovadas para mais tarde, em função dessa mesma complexidade. De uma forma muito rápida foi remetida a informação exaustiva de todos os mapas, não só parte orçamental, as GOP’s, PPI’s, atividades mais relevantes, também todo o balanço patrimonial da Comunidade Intermunicipal e como disse há pouco, um relatório de gestão bastante exaustivo, relativamente a todas as atividades. Em termos de organização e gestão interna da CIM, dar nota que durante o ano de 2020 foi feito um investimento também importante ao nível informático para garantir grande parte do ano, os trabalhadores da Comunidade Intermunicipal que estiveram em Teletrabalho, e portanto também havia que dar todas as condições de trabalho no período difícil da conciliação da vida pessoal e da vida profissional de cada um, e também houve aqui um cuidado por parte da Comunidade

Assembleia Intermunicipal



Intermunicipal, de garantir todas as condições de trabalhos a cada um. -----

--- Temos também vindo ao longo dos últimos tempos, a trabalhar na parte mais da promoção e da divulgação dos vários projetos, e das várias ações da Comunidade Intermunicipal, temos um canal, vários canais, privilegiados com a Comunidade, com os Municípios, com os Municípios, também os Senhores Deputados e, também obviamente, com toda a região, no ano de 2020 também lançamos o novo site da Comunidade Intermunicipal, temos vindo a ajustá-lo, há pequenas afinações, dar nota que este site é uma resposta também às novas necessidades da Comunidade Intermunicipal, e ele respeita também as orientações da AMA, da Agência da Modernização Administrativa, para aquilo que são hoje os Portais do Cidadão. A própria arquitetura que estava por trás deste site, respeita exatamente essas orientações e indicações da Agência para a Modernização Administrativa, e temos também um conjunto de conteúdos nesse site que nos leva a navegar por várias páginas e pelos vários projetos que são desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal, nos mais variados domínios temáticos. -----

--- Este ano de 2020 marca também a questão que a CIM desde o início deu muita importância, que tem a ver com a questão da Revista Beira Alta, por força da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu, no período de transição da mudança de direção da Revista Beira Alta para a Dra. Fátima Eusébio, tivemos, ainda, no ano de 2020, a apresentação de mais um número da Revista Beira Alta, a CIM, no ano de 2020, desenvolveu um site para a própria Revista Beira Alta, onde temos todos os números da Revista desde a sua criação, e portanto, hoje, grande parte dos investigadores e dos apaixonados pela Revista Beira Alta, podem de uma forma muito fácil, ter acesso a esses artigos, consultá-los, através do nosso site, porque temos digitalizados por temas, por números, por revistas, todos esses no site da Revista Beira Alta, portanto foi aqui um upgrade também importante e daquilo que entendemos que é uma valorização de um acervo muito importante da Assembleia Distrital de Viseu e que temos vindo também, obviamente, a dar-lhe alguma modernidade, o site é exatamente isso, dar nota também, no próximo dia 15 de junho, vamos ter também na Vila do Sátão a apresentação de mais dois números da Revista Beira Alta, para também aqui ir recuperando algum atraso na publicação dessas mesmas Revistas, e vai ser na Vila do Sátão, no próximo dia 15 de junho às 16 horas. -----

--- Em termos de projetos da Modernização Administrativa, a CIM ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver projetos ao nível intermunicipal, aquilo que nós designamos “Um Modelo Catorze Municípios”, conseguimos consensualizar no território, em conjunto com as 14 Câmaras Municipais, um modelo de modernização administrativa nesta fase e neste projeto que estamos a desenvolver, os orçamentos participativos dos municípios e da própria CIM, a

Assembleia Intermunicipal

plataforma social, que é bom dizê-lo, foi também trabalhada na Rede da Coesão da Comunidade Intermunicipal. Destacar, também, a Plataforma de Gestão e Ocorrências aliada à uma APP, onde temos vindo ao longo dos últimos dias, vários municípios, inclusivamente, a fazer essa customização em função da informação que cada município quer disponibilizar aos seus munícipes, estamos a dar passos claros na faturação eletrónica, que é uma própria exigência legal, e os municípios aproveitaram também este projeto de Modernização Administrativa para capacitar os serviços e os Datacenter das suas Câmaras. -----

---Um processo transversal e sempre complexo é tudo que está associado à questão de reengenharia e desmaterialização de processos. O que nós pretendemos com esta medida é o cidadão, a empresa, que precisa de determinada informação, precisa de carregar determinado formulário numa Câmara Municipal, da mesma forma que o faz na Câmara de Tondela como faz na Câmara de Aguiar da Beira, estamos a uniformizar procedimentos iguais em todas as Câmaras Municipais e estamos a fazê-los em colaboração com equipas municipais que foram constituídas para o efeito e grupos de trabalho, para exatamente uniformizar esses mesmos procedimentos, temos o nosso portal de informação geográfica, o nosso SIG, já desde o ano de 2010, que tem vindo a ter, constantemente, com vários upgrades, é bom dizê-lo, eu já repeti várias vezes, nós com este portal de informação geográfica, que hoje é o principal layer da Comunidade Intermunicipal, a principal camada de infraestrutura de dados que serve à Proteção Civil, que serve ao Turismo, que serve para a Educação, que serve para a atividade económica, para as áreas de acolhimento empresarial, é um sistema de informação geográfica, Open Data e Open Source, é bom dizê-lo, libertámos os municípios dos softwares proprietários e de todos os custos associados a isso, a esse mesmo software proprietário. -----

---Temos vindo também a desenvolver o Centro de Competências de Gestão de Vias, um processo que começou por ser CIM Piloto Nacional, juntamente com as Infraestruturas de Portugal, é um centro de competências que permite a cada um, às equipas de SIG e as Equipas de pavimento de cada uma das câmaras, ajudar os presidentes e os executivos na tomada de decisão na reparação dessas mesmas vias municipais e, portanto, é um poderoso instrumento de gestão de apoio à decisão para depois também, através da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, a CIM Desenvolveu uma Central de Compras onde agrega várias aquisições de bens e aquisições de serviços, e esta Central de Compras não é só dirigida aos municípios e às 14 Câmaras Municipais, outras entidades podem beneficiar da nossa Central de Compras, dos nossos Acordos Quadro, ora seja, para combustível, para a eletricidade, ou para qualquer outra tipologia, temos inclusivamente, IPSS e Associações Humanitárias de Bombeiros que hoje,

Assembleia Intermunicipal

participam nesta Central de Compras e também beneficiam das vantagens económicas associadas. -----

--- Na componente da formação e da capacitação de todos esses projetos de modernização administrativa estão sempre associados a projetos de formação e de capacitação das câmaras, é bom dizer que, nós estamos quase no fim do quadro comunitário, e só agora é que tivemos um projeto de formação aprovado pelo Programa Operacional, e portanto estamos agora numa fase de concurso público internacional de escolha e seleção da empresa para ir a este projeto de formação, não obstante isso, a CIM tem vindo sempre a agregar estas necessidades de formação e a dar formação em várias áreas, na área jurídica ou na área da contabilidade, ou na área da tecnologia aos 14 municípios, aproveitando até o período de confinamento e a parte do on-line e através das plataforma, para dar muita capacitação aos técnicos das Câmaras Municipais, nomeadamente, no ano de 2020, no período do COVID. -----

--- Temos aqui um grande desafio neste ano de 2021 na nossa região, aquilo que a região e os Senhores Presidentes já há muito reclamavam no tempo com mais veemência, depois dos incêndios de 2016/2017, que é o cadastro do nosso território e implementação do sistema de informação cadastral, dar nota que estamos agora a, submetermos uma candidatura ao PO de mais 2 milhões de euros, esta candidatura foi aprovada, estamos agora na fase de arranque deste processo, articulação com cada uma das câmaras e também do IRN, nomeadamente com a parte das conservatórias e dos registos, estamos numa fase também de capacitação dos técnicos que foram indicados por cada uma das Câmaras Municipais e temos claramente definido uma liderança intermunicipal com o apoio, obviamente, com equipas de cada uma dos municípios, e com acompanhamento político e executivo de cada uma das câmaras, e vais ser no próximo dia 21 de junho, que vamos no Município de São Pedro do Sul apresentar o projeto e no dia 28 vão estar a funcionar nas 14 Câmaras Municipais, o Balcão único, o BUPI, dar nota também que isto é um projeto a nível nacional e que foi lançado também pelo governo, em que as Comunidades Intermunicipais se associaram. -----

--- No domínio da plataforma de cooperação institucional a CIM ao longo dos últimos anos tem vindo a trabalhar muito com o território, com a região e com os atores da região, aliás, é um dos principais ativos e uma forma, é o ADN de trabalho da Comunidade Intermunicipal, para garantir a complementaridade das várias intervenções e a complementaridade e alavancagem dos projetos que a CIM desenvolveu, não é de hoje, a CIM desde o ano de 2015, quando se percebeu pela própria, pelos próprios projetos, que estavam presentes na contratualização, a CIM no QREN estava muito acantonada em projetos ligados a infraestruturas, na gestão de fundos

Assembleia Intermunicipal

ligados a equipamentos de educação, a acolhimento empresarial, ou outros, o novo, que já é quase velho, o quadro comunitário Portugal 2020, veio abrir dimensões de trabalho intermunicipal, mais ligados ao imaterial, nomeadamente, o Sucesso Educativo, a parte da Coesão Social, e portanto nesse domínio, a CIM montou no território uma plataforma de cooperação institucional, estas redes que estão a funcionar com vários parceiros chave, na rede de emprego e empreendedorismo é a AIRV, na qualificação de mercado de trabalho é o IEFP, na Educação é a DGEST, e na Coesão Social é uma partilha, quer do ACES de Dão Lafões, quer também do Centro Social Distrital da Segurança Social, mas não são só estes parceiros chave, são muitas outras entidades que fazem parte destas redes, por exemplo, na Rede de Coesão Social das Escolas Profissionais e dos Agrupamentos de Escolas, os Centros de Formação dos Professores, na Rede da Coesão Social temos a União das Misericórdias, temos a PSP, temos a GNR, temos o Banco Alimentar, temos um conjunto de entidades, volto a dizer, entidades que hoje, connosco e com a CIM constroem os projetos e garantimos a complementaridade, porque antes de intervir no território, e de ter projetos desenvolvidos, é fundamental perceber o que cada uma entidade está desenvolver no território e antes de desenvolvermos os projetos, foi isso que aconteceu, com o compromisso social para Viseu Dão Lafões, onde agregamos um conjunto de projetos que consideramos estratégicos e foram consensualizados no seio desta rede e depois foram ao Conselho Intermunicipal, obviamente, nomeadamente, na área da saúde mental e da demência, mas poderia também falar noutras redes, como temos a cultura, como temos o turismo, ou como temos também, a Proteção Civil, hoje é o ADN desta Comunidade Intermunicipal, é a forma como trabalha o território, isto é claramente reconhecido pelo tecido institucional da região, a forma como a CIM trabalha com os vários atores nos vários domínios temáticos. E é também esta plataforma de cooperação institucional, em termos de governança, que em algumas áreas trabalhamos, obviamente a questão da delegação de competências, os domínios que passaram para a esfera da Comunidade Intermunicipal, após a aceitação das 14 câmaras, é o domínio da promoção turística, onde a CIM hoje desenvolve um trabalho concertado e organizado neste domínio, juntamente também com o Turismo do Centro de Portugal, são os projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento e está de uma forma muito clara e desenvolvida também no relatório de gestão, programas financiados por fundos europeus, a CIM tem, já faz desde 2007, porque é o organismo intermédio dos fundos comunitários dos vários PO regionais, e na área da captação do investimento, a CIM está a definir agora, numa fase de conclusão, uma estratégia e um plano

Assembleia Intermunicipal

de ação no domínio de captação de investimento, um trabalho que estamos a articular também com outras entidades, como a AICEP ou com o IAPMEI. -----

--- Temos depois um conjunto de competências, com competências mais instrumentais, o que não acontece no lado dos municípios, é bom dizê-lo, porque por exemplo no domínio da educação, as competências que tem a Comunidade Intermunicipal é o ordenamento da rede formativa com as escolas profissionais, que já o faz desde 2015, aliás foi a CIM piloto a nível nacional, hoje fazem as 23 Comunidades Intermunicipais e as 2 Áreas Metropolitanas, mas a Comunidade Intermunicipal em 2015 foi a primeira Comunidade Intermunicipal a fazê-lo, curiosamente hoje a Comunidade Intermunicipal participou, a convite, numa sessão com a CIM do Baixo Alentejo, que vai iniciar agora o processo, nós já iniciamos à cerca de 6 anos, para dar a experiência da CIM, por ter sido a primeira a fazer esse trabalho de ordenamento dos cursos profissionais, estava eu a dizer, a competência na área da Educação para as Comunidades Intermunicipais é o ordenamento da rede dos cursos profissionais e a questão também do transporte escolar, transporte escolar este que está delegado, por via da Autoridade de Transportes, em que os municípios delegaram o transporte escolar na Comunidade Intermunicipal.-----

--- Como o caso do concurso da concessão, ao nível da saúde a competência da CIM, é designar representantes no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Tondela Viseu, que também já o designava anteriormente, e portanto são, diria eu que, estas competências, são competências mais instrumentais, no fundo de trabalho que a CIM já faz, ou até de designação de alguns representantes nalgumas entidades.-----

--- Em termos de envelope financeiro, obviamente que a questão é muito mais complicada do lado dos municípios, aliás, tem sido esse até motivo para muitos municípios não terem aceite as competências no domínio da educação, ou no domínio da saúde, quando ela não está ainda claramente definida através de um envelope financeiro. Aqui a CIM, no envelope financeiro nas duas competências de promoção turística e a parte dos projetos financiados e programas de captação de investimento, é bom dizê-lo que ele é muito suportado através das candidaturas a fundos comunitários. Em termos de uma outra atividade que a CIM até foi falada na última reunião do Conselho Intermunicipal, o Europe Direct Viseu Dão Lafões, com muito agrado a CIM, foi capaz de ter uma candidatura vencedora, a atrair para o nosso território, o Centro Europe Direct, já ambicionávamos a algum tempo, é uma antena da Comissão Europeia que nós temos no nosso território e na nossa região, mas que também faz o território de Aveiro, ele está sediado na Casa do Adro em Viseu, por decisão do Conselho Intermunicipal, este Centro

Assembleia Intermunicipal

funcionava em Aveiro, já há 5 anos atrás, e tinha uma antena em Viseu, essa antena estava sediada no Instituto Politécnico de Viseu e que agora em Viseu é uma antena dentro do projeto da Comunidade Intermunicipal, e temos antenas na região de Aveiro, portanto é um projeto importante, uma ambição que o território, que a região tinha de ter um Centro Europe Direct na nossa região e neste caso a fazer duas regiões do país, a fazer a nossa região e a fazer a região de Aveiro. -----

--- Temos também vindo a trabalhar com as nossas bibliotecas municipais, juntamente também com a Direção dos Livros e das Bibliotecas da DGLAB, temos uma rede intermunicipal das Bibliotecas da nossa região, das Bibliotecas públicas municipais do nosso território, em que estamos agora a trabalhar, temos também um plano de ação, um conjunto integrado e o trabalho em rede destas mesmas bibliotecas. -----

--- No domínio do turismo, a CIM tem vindo a fazer um trabalho sistematizado e organizado ao longo dos últimos anos, em articulação com o Turismo Centro de Portugal, mas também em articulação, obviamente, com os seus municípios, com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, com o Canal HORECA- AHRESP, nomeadamente com a restauração, o alojamento, e as empresas ligadas ao ativo, e trabalhamos sempre numa lógica daquilo que nós designamos e está identificado para o nosso território, os produtos turísticos integrados de base intermunicipal, desde logo, o produto turismo de natureza, o turismo cultural, o produto gastronomia e vinhos, o produto saúde e bem estar, que são os quatro produtos que estão claramente identificados para o nosso território. Ao nível do produto gastronomia e vinhos estamos agora a iniciar um trabalho no enoturismo, em sermos um destino de excelência do enoturismo, pegamos num projeto antigo, mas que não estava estruturado o produto, que é o projeto das rotas do Vinho do Dão, e estamos juntamente com a CVR Dão, a estruturar o produto e oferta no domínio do enoturismo, tendo em conta a grande capacidade do nosso território tem neste domínio, e relativamente a isto estamos a apostar noutras áreas que nós julgamos fundamental para a qualificação da nossa oferta que é a capacitação do sistema turístico, os nossos agentes económicos das nossas quintas, das nossas adegas. Estamos, assim, a capacitar esses mesmos agentes do território com um programa de formação e capacitação claramente identificado, mas também capacitamos os técnicos das Câmaras Municipais, os técnicos que estão nos Museus Municipais, no sentido de os capacitar para saber receber turistas e para saber também estudar o produto, é fundamental a capacitação para a qualificação da nossa oferta. -----

--- No turismo de Natureza, nós temos vindo ao longo dos últimos anos a desenvolver um produto compósito de turismo de natureza, assente nos Percursos Pedestres, assente nos

Assembleia Intermunicipal

Percursos BTT, nos circuitos de Trail, nas também nas Ecopistas do Dão e na futura Ecopista do Vouga, que já começou a sua construção. Lançámos, ainda, no passado dia 17 de maio, uma campanha nacional de promoção do território sobre o mote o “Verão é Aqui”, com a convicção que é possível trazer para o nosso território um conjunto de turistas, também para a dinamização da nossa atividade económica, da nossa restauração, do nosso alojamento e Viseu Dão Lafões ter condições para ser claramente um destino seguro no nosso verão, dizia eu há pouco, no nosso Turismo de Natureza sinalizamos também 4 subidas épicas no nosso território, olhamos também para o recurso da nossa região, as estradas de montanha e estruturamos produtos em cima dessas estradas de montanha dos municípios de Castro Daire, Tondela, Vouzela, e São Pedro do Sul, no Montemuro, na Serra do Caramulo, onde temos hoje um produto estruturado, designado as Bikes Roads, as subidas épicas. Dar só uma nota, nós no final do ano passado, lançámos um Challenger para estas subidas épicas e tivemos cerca, de mais de 300 ciclistas que vieram, isto é uma prova que se faz de uma forma isolada, é mais um desporto de competição que leva a fazer tempos e a seguir mais outro ciclista fazer outro tempo para através de uma aplicação, para ver quem faz a subida em menos tempo, mais de 50% de participantes foram fora do nosso território, muitos deles dormiram na nossa região, almoçaram ou jantaram, e portanto a dinamização da nossa atividade económica. Falei da Ecopista do Vouga que estamos a construir, iniciou-se no passado mês de outubro a obra de mais de 3,3 milhões de euros, a Ecopista do Vouga vai ligar atrás do Tribunal em Viseu à Ecopista do Dão, Ecopista do Dão que vai até Santa Comba Dão à Estação do Vimieiro e que a CIM é parceira de um outro projeto, que é a Ecovia do Mondego, que depois em parceria com a CIM de Coimbra, em que a Ecopista do Dão, da forma que ela termine neste momento vai ser ligada à Estação do Vimieiro e depois segue para a Ecovia do Mondego através também de Mortágua e de Penacova, portanto vamos ter aqui uma ligação física da Ecopista do Dão com a Ecopista do Vouga e também com a futura Ecovia do Mondego. -----

--- Já dei nota do Turismo Cultural e Patrimonial, estamos a estruturar o Turismo Cultural e Patrimonial da nossa região, com o Centro, mais importante, na cidade de Viseu e a partir do Museu Nacional de Grão Vasco. Dar nota, também, aqui da nossa Rede Cultural que continuamos a desenvolver, que teve uma paragem no ano de 2020, por causa do período do COVID, mas que vai ter agora, juntamente com os municípios, uma agenda cultural regional para o próximo verão. Dentro do Turismo Cultural uma nova camada, uma camada do Megalitismo, de uma nova candidatura que a CIM submeteu ao Programa Valorizar, com o objetivo de divulgar o património megalítico existente no nosso território e com grande potencial, temos 13

Assembleia Intermunicipal

monumentos classificados, 6 como monumentos nacionais e 7 como imóveis de interesse público, portanto impunha-se estruturar este produto, estruturar a oferta e fazer a combinação cruzada com o Turismo Cultural, o megalitismo tem potencial enorme, mas tem mais potencial se nós tivermos a arte e engenho de fazer a combinação cruzada com outros recursos que nós temos no nosso território. -----

--- Um outro, a Aldeia da Serra do Caramulo, um projeto que envolve Vouzela, Oliveira de Frades e Tondela, da valorização de 11 aldeias desta Serra do Caramulo, mas o Turismo hoje também se faz com turismo acessível, com turismo que esteja acessível a todos, e a CIM integra também uma candidatura no domínio do turismo acessível inclusivo para mapear um conjunto de equipamentos no nosso território que estejam acessíveis a todos, e neste sentido a CIM já tem produto turístico acessível que pode ser vendido no domínio do turismo acessível, um projeto que estamos a trabalhar com a “Acessible Portugal”, ao nível da comunicação, a CIM neste âmbito também tem vindo a desenvolver muita parte da comunicação, dos spots ligados aos vários produtos, inclusivamente valeram alguns prémios no Festival Internacional de Cinema “Art & Tur”. -----

--- Aproveitamos o período do COVID para ajudar o nosso setor primário, setor agroalimentar, a CIM tem na plataforma DOTT, o Prove Viseu Dão Lafões, onde temos lá a nossa doçaria, o nosso vinho do Dão, onde temos os nossos enchidos, em que podem ser adquiridos à distância de um click, sabemos perfeitamente que os hábitos de consumo mudaram através do COVID e não vão voltar a ser, certamente os mesmos, o potencial do online é muito grande, e é uma ajuda que estamos a dar para o nosso território, para a nossa região, para os nossos produtores escoarem os seus produtos. -----

--- Um projeto que integramos com a Universidade de Coimbra, o F4F um projeto de valorização dos recursos endógenos da nossa região, neste caso especial, relacionado com o pinheiro manso, relacionado com a pinha e com o pinhão, de valorização do nosso território, um trabalho que estamos a desenvolver, também, juntamente com o Município de Carregal do Sal, e nosso parceiro a Escola Superior Agrária do IPV de Viseu. -----

--- Integramos também o projeto de valorização da Fileira dos Queijos da Região Centro, onde nós temos vários municípios que estão na região demarcada do Queijo Serra da Estrela e também neste aspeto a valorizar um recurso endógeno da nossa região. -----

--- A Proteção Civil Intermunicipal também é uma área que temos vindo a trabalhar de uma forma organizada nos últimos anos, a CIM tem uma Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, a CIM hoje tem 14 estações meteorológicas no território, que depois debitam

Assembleia Intermunicipal

informação diretamente através de um Protocolo com o IPMA, temos também nessa Plataforma de Emergência, que é utilizada pelo CDOS, é utilizada pela GNR, é utilizada pelos serviços municipais de Proteção Civil e também pelos Bombeiros da nossa região, que é um importante sistema de apoio à decisão, nós temos nesta Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal um estudo da caracterização dos grandes incêndios florestais das últimas 3 décadas, onde nos indica o percurso que, faço a repetição, o percurso percorrido pelos incêndios nos últimos anos, que é um importante instrumento também de apoio à decisão por parte dos agentes de proteção civil. Criámos as nossas Brigadas de Sapadores Florestais, as nossas 2 Brigadas, temos um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal que faz a articulação das políticas juntamente com os GTF's de cada uma das câmaras, e criámos, também, de uma forma consultiva, uma Comissão Intermunicipal de Proteção Civil, mas também temos o nosso Sistema Integrado de Videovigilância da nossa floresta, que é um projeto que candidatamos juntamente com a nossa CIM da Região de Coimbra, a nossa congénere, para termos ganhos de escala e racionalidade também estratégica e também por outro lado, racionalidade económica, porque quando estamos a falar de câmaras que conseguem filmar cerca de 60 a 70 Km de distância, é fácil perceber que uma câmara que está no território, no município de Mortágua, que pertence à CIM de Coimbra, está a vigiar território da nossa região e vice-versa, e portanto fizemos um candidatura conjunta, de mais 3,5 milhões de euros, com 37 torres de vigia, 17 torres no nosso território, neste momento já estão instaladas 3 torres em funcionamento e a debitar informação para a sala de situação da GNR e também para o CDOS e, proximamente, também para os municípios e para a Comunidade Intermunicipal, e vão estar mais 3 câmaras em funcionamento até ao final do mês de agosto, embora o projeto só esteja concluído daqui a um ano, o território, a região e as força da proteção civil já vão ter, já têm as câmaras hoje em funcionamento e já estão, aquelas que estão instaladas, a ser um poderoso instrumento de apoio à decisão.-----

--- Mas a Comunidade Intermunicipal não se tem limitado a ser capaz só de ir aos fundos que estão diretamente nos PO's regionais ou nos PO's temáticos e temos tentado outras fontes de financiamento ligadas a projetos diretamente na Comissão Europeia, desde logo, o projeto Life Landscape Fire, um projeto europeu, é bom dizê-lo, é um orgulho para a Comunidade Intermunicipal e para a equipa do projeto da CIM, que foi o único projeto Português aprovado neste vertical, na vertical da resiliência do território, nós somos chefes de fila com outras o núcleo de parceiro europeu que temos e convidamos a Escola Superior Agrária e estes parceiros aqui do território, de fora do nosso território, fora do país e que vai permitir, uma das ações que temos já neste momento é a capacitação de mais de 25 técnicos superiores em fogo controlado

Assembleia Intermunicipal

e 75 operacionais de queima, incluindo operacionais da GNR, que era um défice que tínhamos grande no território e na região. -----

--- Temos outros projetos ligados à Interreg Sudoe, outra fonte de financiamento e temos também um trabalho no domínio da adaptação às alterações climáticas, desde logo, uma ação de sensibilização nas escolas, sobre a temática das alterações climáticas. Na sexta-feira, abrimos também a exposição em Viseu, exatamente no domínio das alterações climáticas, dirigida a um público muito específico e também temos aprofundado o nosso conhecimento e a produção de cartografia sobre os riscos associados às alterações climáticas. Hoje, a CIM e os municípios, têm cartografia associada à erosão dos solos, às ondas do calor, às secas e à escassez de água e aos incêndios florestais, dar nota que toda esta cartografia está na nossa plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal e à disposição dos agentes da Proteção Civil, aqui mais projeto ligado à floresta, mais um projeto europeu e que neste momento, a CIM não é líder, é entidade parceira. -----

--- Também temos vindo a ter preocupação relacionada com o setor agroalimentar e os circuitos de comercialização e iniciamos aqui um projeto que está a dar os primeiros passos, em que fizemos um mapeamento do mercado institucional de alimentos da nossa região, ligado aos frutícolas, ligado ao setor primário, e que queremos introduzir e colocar no mercado institucional de alimentos da nossa região, um projeto que designamos Cantinas Verdes. Estamos a trabalhar com os municípios, também ao abrigo dos Acordos Quadro, e de futuro conseguirmos ter algumas refeições nas nossas escolas, aos que tenham produtos da nossa região e com produtos endógenos do nosso território, é uma aspiração que nós temos e que iniciamos agora, este trabalho do mercado institucional de alimentos. -----

--- Temos o projeto de Empreendedorismo das Escolas que vai no 10º Ano, que iniciamos no ano passado e que ficou a meio, está uma fotografia do pré-escolar que iniciamos também os projetos do pré-escolar, uma novidade que tivemos relativamente aos anos anteriores, do empreendedorismo, do emprego e do espírito empresarial, dar nota, que articulamos todas estas ações juntamente com a nossa Associação Empresarial, com o nosso Instituto Politécnico de Viseu, com a Incubadora de base rural, Vissaium 21, do Município de Viseu, e este projeto envolve uma entidade nacional importante, também, que é a Associação Nacional de Jovens Empresários. -----

--- O programa de captação de investimentos que está associado também à transferência de competências. Estamos agora na fase de definir a estratégia e o programa de ação para este programa de captação de investimento também muito importante para, numa área onde a CIM

Assembleia Intermunicipal

ainda não entrou, não tem vindo a trabalhar, mas estamos a construir as bases também desde edifício pelos alicerces que é no primeiro momento temos a nossa estratégia definida e depois com o plano de ação das várias iniciativas e projetos. -----

--- O Sucesso Educativo, que coordenamos na rede de educação, são vários os projetos, muito importante, temos aqui a nossa coqueluche, que tem sido a satisfação de muitas crianças do nosso território, que é o nosso laboratório móvel das ciências, o nosso autocarro das ciências, ligado às ciências, ligado à robótica, que é um autocarro que percorre todas as escolas da região, mas não só, vai também estar no período de férias nos concelhos em articulação com os municípios para também ocupar o período não letivo do território. -----

--- Da antecipação das necessidades de qualificação, trabalho antigo ligado à questão da rede dos cursos profissionais, também na área da igualdade do género, foi firmado no passado mês de maio, exatamente, o Protocolo entre os municípios e o CIG, a Comissão de igualdade de Género para estas questões, dos planos de igualdade e a seguir a CIM tem uma candidatura que ainda não começou a execução, estamos neste momento, aliás, numa fase também como a formação, do lançamento do concurso público internacional para a elaboração de um plano de igualdade para cada um dos municípios da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Os transportes é uma área de intervenção muito complexa, cada vez mais difícil, os municípios transferiram essa competência para a Comunidade Intermunicipal, principalmente num período de COVID, um período em que a CIM teve que definir e pagar um conjunto de déficits de exploração por obrigações de serviço público a cada um dos operadores, e é um, é uma área que tem muito litigância, é uma área difícil, principalmente no início de cada ano escolar, em que estamos sempre sobre o cutelo em cima da cabeça no sentido de não poder haver autocarros para transportar os nossos alunos por parte dos operadores, em que fazem também essa grande pressão junto da Comunidade Intermunicipal e dos municípios. Nós fomos a terceira Comunidade Intermunicipal do país a lançar o concurso público para a concessão, mas ficou deserto, não houve nenhum concorrente, nenhum operador, aliás não ficou só o nosso concurso deserto, ficou o da região de Aveiro, ficou do Médio Tejo, de outras Comunidades Intermunicipais. O resultado já veio em março, e em março de 2020 a mobilidade mudou completamente no nosso território, no país, a CIM está neste momento a terminar, o caderno de encargos para ver se ainda lança o procedimento concursal para a concessão, novamente para os próximos 4 anos, estamos agora a trabalhar e à espera também do parecer prévio do regulador, da AMT, dizia eu que vai ser um concurso de variantes diferentes, a mobilidade mudou e vai ser também uma mobilidade muito complementar com o transporte flexível, em

Assembleia Intermunicipal

que queremos que seja suportado e complementar ao transporte de passageiros, em carreira pública. Candidatámos, também, um projeto que ainda não obtivemos resposta, de cerca de 6,8 milhões de euros para a construção de mais de 38 Km de ciclovia ou vias pedonais no perímetro urbano de cada um dos municípios associados e um sistema de Bike Sharing de cada uma das Câmaras Municipais, um projeto que temos aspirações legítimas para poder vir a ser aprovado e implementá-lo com o conjunto dos 14 Municípios. -----

--- A Assistência Técnica é o principal core e aquilo que foi também a origem da criação da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente a análise das candidaturas, das várias candidaturas da Comunidade Intermunicipal e dar nota aqui, relativamente, ao apoio às empresas, no outro dia, aflorei aqui na última reunião a questão da execução do Pacto, aquilo que, alguns baixos níveis de execução, uma questão que foi colocada também por um Senhor Deputado, e nós também gerimos apoio dado às empresas, nós o que temos neste momento a analisar na CIM cerca de 170 candidaturas do Programa de Apoio a produção nacional, para investimentos até 235 mil euros, da indústria e também das empresas ligadas ao setor do turismo, e portanto aqui muita complexidade também não só questões dos municípios, mas é também questões dos municípios, mas é também questões relacionadas com as empresas.-----

A questão já falada da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030 que não vou repetir, agora os Senhores Presidentes vão votá-la no ponto anterior e o COVID-19 que de facto marcou o ano de 2020, aqui referir, o que o Sr. Presidente já referiu, a concertação foi feita à escala da Comunidade Intermunicipal, dos 14 presidentes de Câmara, com quase 2 reuniões por semana, que eram feitas para fazer essa coordenação, coordenação essa que também foi necessária fazer, obviamente, com a Saúde Pública do nosso território, com a Proteção Civil, com os Centros Distrital da Segurança Social. Há um ano atrás a questão dos testes às IPSS, agora a questão também da vacinação com o trabalho que os municípios tiveram em montar estruturas em cada um dos municípios para permitir esta celeridade na vacinação. A CIM na altura, logo em março de 2020, criou uma central de reserva estratégica com EPI's, que socorreu os municípios no início, logo na 1ª hora aos bombeiros, os serviços municipais de proteção civil, as IPSS da nossa região. Não havia, nessa altura, máscaras, não havia luvas, não havia viseiras, e, portanto, foi um trabalho árduo que tivemos que montar em pouco espaço de tempo, e aqui também o mercado que ajudamos a montar para os nossos próprios, para o nosso setor primário.-----

Em termos de análise patrimonial, nós temos o tal balanço de 5,5 milhões de euros, dar nota aqui que, isto está muito claro também no relatório de gestão, houve a transição do POCAL para o SNC-AP, portanto, aqui, alguma dificuldade nesta transição, as nossas disponibilidades.

Assembleia Intermunicipal

Senhores Presidentes, Senhores Deputados, podem questionar o facto de as disponibilidades que acabamos o final do ano com saldo muito elevado na conta de depósitos à ordem, foi porque muitas das transferências que estavam em dívida para com a Comunidade Intermunicipal, nomeadamente relacionados com os transportes, o Programa PART, que só caíram nos últimos dias do ano, também dizer que caiu no último dia do ano, uma transferência de um adiantamento do turismo de Portugal, relativamente à Candidatura da Ecopista do Vouga, cerca de 600 mil euros, e por isso aqui, este valor das disponibilidades está muito inflacionado pelas últimas transferências que caíram no final do ano na Comunidade Intermunicipal. -----

--- Obviamente que ao nível dos fornecimentos e serviços externos a CIM continua a ter um valor elevado, fruto da atividade, fruto da necessidade de externalizar um conjunto de serviços ligados aos projetos, ou ligados ao setor dos transportes, necessidades que temos pelas características técnicas do próprio serviço que temos que recorrer a serviços externos. As despesas com pessoal aumentaram fruto da entrada da 2ª Brigada de Sapadores Florestais, o resultado líquido é o que menos interessa, temos aqui líquido de 24 mil euros. -----

--- Em termos da análise orçamental da receita e da despesa, a nossa atividade foi muito condicionada pelo COVID, nós tivemos um conjunto de projetos que não pudemos desenvolver, basta referir a Programação Cultural em Rede, projetos ligados ao Turismo, a CIM não participou na BTL, não participou na FIT, houve um conjunto de atividades que ficaram paradas, porque tiveram mesmo que ficar e que levou à reprogramação de grande parte dessas atividades para o próximo exercício económico, neste caso, o ano de 2021 e portanto aqui muito condicionado e que caracteriza também a questão relacionada com a execução orçamental. O fundo final de gerência totaliza 1,5 milhões de euros, e que depois também no próximo ponto, a revisão orçamental e iremos pedir para a inclusão de parte deste saldo de gerência". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes** e cuja intervenção se transcreve: "Fazer um pouco de história, 2007 começava esta Comunidade Intermunicipal, na altura Associação Intermunicipal dos Municípios Dão Lafões, tenho a honra de ter feito parte dessa Comissão Instaladora com o João Lourenço e Carlos Marta. Na altura muitas dúvidas surgiram acerca desta Associação, não muitas, também já as Associações de âmbito intermunicipal tinham sido criadas no nosso país, algumas correram bem, outras menos bem e foram extintas, outras continuam no papel, mas sem qualquer intervenção prática. Esta Associação, que hoje é a Comunidade cresceu, fruto do trabalho intenso realizado pelos autarcas desde então, mas também fruto das diversas delegações de competências que foram sendo realizadas ao longo destes anos e neste duplo prisma da reivindicação dos nossos autarcas e das delegações de

Assembleia Intermunicipal

competências que foram efetuadas pelos sucessivos Governos, hoje a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que entretanto associou o nome Viseu, hoje tem, efetivamente, um conjunto de poderes, um conjunto de atividades muito significativo para os catorze municípios. Seriam originariamente quinze, mas como se lembram Mortágua decidiu passar para a Associação de Municípios de Coimbra, na altura, porque originariamente éramos quinze. Desde então mantem-se e tem-se mantido em funções, na altura era o Secretário-Geral, hoje é o Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, e praticamente todos os protagonistas desta época saíram. Lembro-me que será o atual Vice-Presidente do Sátão, que se mantém em funções, de resto praticamente todos os atores iniciais da Associação de Municípios foram saindo e desde então tem-se mantido nesta estrutura o Secretário Executivo Nuno Martinho e durante este mandato foram aprovados dois votos de louvor ao Secretário Executivo e a todos os funcionários da CIM e este Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2020, é mais um louvor também ao secretário Executivo e aos funcionários da CIM, mas também é preciso reconhecê-lo ao Conselho. E foi um mandato efetivamente difícil, do ponto de vista prático, o terreno foi devastado pelos incêndios de 2017, depois 2019/2020 estamos todos ainda a sentir os constrangimentos da pandemia COVID19 e foi efetivamente um mandato bastante difícil. A acrescer isso houve aqui situações internas de não assunção ou de um não compromisso por parte dos Senhores Presidentes de Câmara relativamente à gestão da CIM, de quem deveria ser o Presidente do Conselho Regional. E feito este contexto histórico, o que nos apraz registar, que é um trabalho digno, é um trabalho reconhecido e que fez da CIM protagonista de diversos projetos pilotos a nível nacional e que faz da CIM Viseu Dão Lafões uma referência a nível regional e nacional e talvez seja a minha última intervenção nesta Assembleia Intermunicipal, espero que não seja em futuras Assembleias Intermunicipais, mas aí dependerá em primeiro lugar do voto de confiança das pessoas de Vouzela, e em segundo lugar da confiança depositada pela futura composição da Assembleia Municipal de Vouzela. Mas espero que não seja efetivamente a minha última intervenção, se for, faço aqui um voto que os próximos protagonistas, os próximos atores, sejam eles quais forem, e dos quadrantes políticos, do Partido Social Democrata, do Partido Socialista, ou de outros partidos ou de outros movimentos independentes, tenham o necessário consenso político para que nos próximos quatro anos, que são extremamente importantes. Nós andamos sempre a repetir isto, que é, o próximo mandato vai ser importante por isto, por aquilo, por aqueloutro. O próximo mandato, vem aí o quadro comunitário, vem aí o PRR, vem aí um conjunto de instrumentos que são extremamente importantes. Não este próximo mandato vai ser extremamente importante para a recuperação

Assembleia Intermunicipal

de todo o nosso território, das nossas gentes. Eu faço votos para que este Órgão, Conselho Regional, tenha a necessária robustez política e que haja consensos políticos, sejam eles quais forem, sejam protagonistas do PS, PSD ou de outros partidos, para tornar a CIM e sobretudo o Conselho Regional, um verdadeiro Órgão político reivindicativo para toda a nossa região. É extremamente importante que haja esses consensos, que haja uma voz da região, uma voz reivindicativa, uma voz também que represente todos os seus autarcas, e que seja liderante de toda esta região e são estes os votos finais que promovo. -----

--- A todos, foi um prazer ter trabalhado convosco nestes quatro anos, vou fazer 32 anos de autarca, portanto, já são um bocadinho de anos, já passei por muitas vicissitudes. Não comecei aos 10, comecei mais tarde, mas espero ver-vos aqui nestas circunstâncias ou noutras quaisquer circunstâncias. Alguma desculpa por uma má compreensão da minha parte, mas estarão sempre, contarão sempre comigo para reivindicar para esta região, para ser uma voz assertiva naquilo que são e que é, deve ser a defesa dos interesses dos catorze municípios e da região como um todo”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Vítor Fernandes** e cuja intervenção se transcreve: “Eu começaria por dizer que me revejo em plenitude, no essencial que acabámos de ouvir do Dr. Telmo Antunes, designadamente no que diz respeito ao reconhecimento dos méritos desta Instituição, que nas condições precárias e com essa falta de força institucional com que tem trabalhado, com que se tem confrontado, de facto tem conseguido fazer muito por esta nossa região. Portanto dou-lhe apoio. -----

--- Agora falando aqui deste Relatório de Gestão que nos acabou de ser apresentado, gostaria aqui de referir alguns aspetos. Começaria por um aspeto formal. Este relatório no essencial, do no meu ponto de vista agrega dois relatórios. Agrega o Relatório de Atividades e um Relatório de Gestão, propriamente dito, sendo que o relatório de atividades ocupa grande parte deste relatório, 117 das 218 páginas que já foram aqui referidas. E para o Relatório, propriamente dito de Gestão, ficam apenas 15 páginas (as restantes 86 são anexos). Não quero com isto pôr em causa a importância, a pertinência de toda a informação que nos foi transmitida, que é transmitido através desse relatório, mas acontece que quando nós estamos predispostos para analisar o Relatório de Gestão e de Contas, porque normalmente, os relatórios estão também associados às contas, nós acabamos de, quando chegar a essa parte, já estarmos um bocadinho cansados naturalmente, se calhar lembrava aqui o que o Sr. deputado Telmo Antunes na última sessão referiu acerca da descrição da visão que estava incluída no documento estratégico Viseu Dão Lafões 2030, em que de facto pela sua extensão, faz com que a gente quando chegue ao

Assembleia Intermunicipal

final, já não se lembre bem do que é o essencial. Portanto há aqui uma questão de foco. Eu penso que em cada documento e em cada situação a gente deve ter bem noção do foco daquilo se pretende efetivamente realçar. Isto no aspeto formal. -----

--- Quanto ao conteúdo também queria aqui referir dois aspetos, um deles é aquele que já está aqui debatido em diversas sessões anteriores e que também levou Viseu a manifestar-se contra no Conselho, e tem a ver com a Universalidade Patrimonial da extinta Assembleia Distrital. Acontece que efetivamente já lá vão muitos anos, todos os anos por esta altura falamos nisso, e a última informação que temos é que estará para esclarecimento de alguns aspetos em termos jurídicos. Eu não ponho em causa isso, mas gostaria que aqui fosse dito expressamente que diligências foram concretizadas e qual os respetivos efeitos, se é que já os houve, durante o ano de 2020, durante o ano que estamos aqui a analisar. Por outro lado, também tem a ver com a questão da transição dos sistemas contabilísticos. Ora, neste tipo de análise de documentos, nós costumamos comparar o 2020 com 2019, os documentos estão formatados exatamente nesse sentido, todavia quando há um elemento “perturbador”, como foi o caso aqui desta alteração contabilística, nós ficamos um bocado à deriva, porque não sabemos o que efetivamente evoluiu de um ano para o outro, enfim pela evolução das contas naturais e o que se deve a esse efeito da transição contabilística. Eu vi que em alguns aspetos, tem a referência, ou seja, diz que determinado aspeto sofreu, que o resultado ou os números que estão, portanto tem influência dessa implementação do novo sistema contabilístico, mas não diz como, ou seja, isto naquilo que me foi permitido ver, pois deve haver informação que eu no tempo que tive, na disponibilidade que tive, não tenha porventura observado, mas é isso que me fica, portanto, é uma dúvida sobre o que realmente diz respeito aquilo que é evolução da gestão e aquilo que resulta da alteração do Sistema Contabilístico em que cada uma das rubricas, ou das rubricas mais importantes. Normalmente costumamos ter e temos também o parecer do Revisor que de certa forma pretende dar-nos algum conforto, designadamente para quem não tem tanta preparação em termos contabilísticos e em termos técnicos, e pretende dar algum conforto no esclarecimento de algumas situações mais fora do comum, e tudo o que nós vemos neste relatório, neste parecer do revisor é uma ênfase que ainda me traz mais dúvidas. Ou seja, nessa ênfase o que consta é que nesta transição, ou por via dessa transição contabilística diminuiu o ativo, diminuiu o passivo, e diminuiu a situação líquida patrimonial, ora eu fico com muita reserva na leitura disto, porque por definição a situação líquida patrimonial é a diferença entre o ativo e o passivo, ora se como acontece e como é portanto visível nessa ênfase, o passivo diminuiu mais do que o ativo, portanto o resultado que eu esperaria seria que o património

Assembleia Intermunicipal

líquido fosse superior. Não acontecendo isso, eu fico com sérias dúvidas sobre a forma como a alteração do sistema contabilístico produziu os seus efeitos nas diferentes rúbricas e nos agregados do balanço. Portanto, agradecia que de facto alguém me conseguisse explicar como é que diminuindo mais o passivo do que o ativo, o património líquido diminuiu-se em simultâneo.-----

--- Queria só aqui referir um último aspeto, e que tem a ver com o mapa de execução anual e com o plano plurianual dos investimentos. É que, de certa forma, já falamos aqui na última sessão sobre isso, e sobre a reduzida taxa de realização e que o Sr. Secretário-Executivo teve a amabilidade de dar a sua justificação, designadamente, tinha a ver com o facto das opções das Regiões serem diferentes em termos de áreas de investimento e conseqüentemente depois haver algumas áreas que não sejam contempladas em termos de abertura de concurso e esta região poder ter sido prejudicada por via disso. E também podia ter a ver com o facto de haver projetos particulares de empresas, cujo grau de execução também não depende das CIM. Mas este aqui eu já coloco mais algumas dúvidas sobre a eficácia disto, porque isto pode acontecer em todas as outras regiões também, e o que acontece é que efetivamente a Região de Viseu é a Região com uma taxa de execução mais baixa. Do que nós vemos eu gostaria aqui de salientar dois aspetos: para 2020 nós tivemos previsto nestes planos plurianuais um valor de 514 mil euros, em números redondos e foram executados 200 mil e um, 200 mil em número redondo, ou seja, uma taxa de execução de 39%. Tínhamos só 514 mil! Para 2021 segundo o que já estava orçamentado, fora aquilo que possa vir a acumular pela afetação dos resultados de 2020, nós temos 4 milhões e meio, números redondos, sendo que também já foi aqui referido, que o ano de 2020, foi um ano muito atípico em termos de exercício de atividade, devido à pandemia que afetou todo o país e todas as regiões; no entanto, também vi pela descrição do Sr. Secretário-Executivo que estamos agora a propor um novo projeto plurianual de sistema de informação cadastral, tendo como uma das vertentes o apoio aos incêndios, no valor de 2 milhões e meio, sendo que também ouvi aqui dizer que relativamente a um outro projeto plurianual e que também tem muito a ver com os incêndios, que é o sistema integrado de videovigilância, já estão instaladas, aqui da nossa Região, 3 das câmaras previstas. Ora este projeto em concreto já vem de 2016, salvo o erro e, portanto, o período de vida útil do projeto, se quisermos, era de 2016 a 2021, ou seja, terminaria este ano, e era também de 2 milhões e 500 mil. Eu não tenho nada contra estes projetos, quanto mais tivermos melhor, e claro que se conseguirmos também aumentar a taxa de execução dos mesmos, também ficaremos todos encantados, agora a minha dúvida e o meu receio são que estando nós a colocar muito foco no desenvolvimento a

Assembleia Intermunicipal

submeter, a apresentar, não estaremos a descurar um bocadinho a nossa pressão para o que deveria ser canalizado para a realização dos projetos já aprovados?”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mota Faria** e cuja intervenção se transcreve: “Eu começaria por uma situação que é uma questão de princípio meu, que é as obrigações profissionais e políticas não necessitam de agradecimentos, devem ser conhecidas, devem ser valorizadas, e devem de ser reconhecidas também, mas não precisam de agradecimento e por isso, estamos perante um relatório de gestão, eu não agradeço a quem fez o relatório de gestão, não agradeço, mas reconheço que é um bom relatório de gestão e valorizo tudo o que foi feito, e por isso, e por questões de princípio, gostaria de começar por aqui.-----

-- Em relação ao relatório de gestão, eu não posso deixar de aqui dizer que foi feito um grande esforço no sentido de uma transparência em termos da questão da universalidade, mas universalidade tem uma componente técnica e uma componente política, e é talvez para mim o pior exemplo que devem ser laços de reciprocidade, foi um mal exemplo de uma instituição ou de uma associação, e como tal, tecnicamente tem a ver com problemas contabilísticos, eu estou com o meu município que votou contra, como não poderia deixar de ser tenho que ser solidário com o meu Município, votarei na mesma contra, reconheço é que neste relatório de gestão houve um grande progresso em termos de transparência.-----

-- Em relação à situação da universalidade, continuamos aqui a ter um problema, não é um problema contabilístico, é um problema do que é o escrutínio e aquilo que é a transparência. Eu deixo sempre um incómodo quando às vezes solicitam dizer assim, quais são as dívidas dos municípios à CIM? Em termos das suas quotizações, é sempre algo complicado. Quais são as dívidas dos municípios ao Planalto Beirão? E eu só, e acho, em termos da minha Assembleia Intermunicipal, devia ter essa, e tenho procurado também essa, de modo formal e informal, quais são as dívidas? Também são desconhecidas. Quias são as dívidas no serviço, nos SMAS de Viseu? Também é outra componente muito difícil. Vamos ver, vamos pedir, e estas são as componentes que muitas vezes nos levam a dizer assim, o que queremos construir, qual é o problema? O escrutínio é isso mesmo, é a transparência em política é isso mesmo, é saber-se o porquê, quando cada, qual é a dívida de cada município nas várias instituições que estão representados, porque nós temos que saber também isso, qual é a dívida dos município, o porquê dessa dívida, quando é que ela vai ser paga, porque se não há também aqui muitas vezes algo complexo em termos da ação política, da transparência da mesma ação política e por isso é também uma área em que, e agora como disse o Dr. Telmo na despedida também, dessas sessões, depois veremos no futuro, mas é saber-se o que se passa a este nível, que é nesta CIM,

Assembleia Intermunicipal

que é feito em todas as associações de municípios, esta situação que deveria ter também aqui o maior escrutínio, uma maior transparência em termos de ação.-----

-- Terminava, somente com uma situação que tem a ver com a transparência daquilo que são as competências, ao contrário, eu acho que a CIM tem aqui um papel que deve ser muito mais lato e aqui desculpem-me, é ver, o território, eu quero me identificar com este tipo de território e a CIM tem que ter aqui um papel muito mais lato. Não é só e, é conciliar aquilo que é o reforço do municipalismo que todos defendemos, mas conciliá-lo com uma situação que é a cooperação e a complementaridade e mesmo naquilo que são situações em termos de centralização, não é de facto muitas vezes, mas é uma transparência de competências que vamos todos ter a partir do próximo ano, o problema que se põe é como é que cada município gere essas transferências de competências, é diferente das transferências de competências na educação de uns municípios em relação à outros, este acompanhamento, este diálogo também a CIM tem competências, mas devia ter uma situação mais ampla, que era importante, em termos de execução de todas as competências, como é que fica quando todas as competências da educação for para todos os municípios da CIM? Como é que serão as competências na área da saúde quando forem para todos os municípios da CIM? Esta é outra discussão, era outro pedido de acompanhamento, outro pedido, que penso deve existir e que eu acho que existe em termos da CIM, acompanhamento de tudo, e por isso eu gostaria de sentir o próximo relatório de gestão, quem esteja e quem cá estiver, esse devia ser um capítulo à parte, um capítulo que deveria ter, que não devia estar diluído num relatório, apresentado pelo Sr. Presidente não deveria estar diluído num relatório de gestão, mas deveria ter uma particularidade e um ênfase muito próprio, porque é daqui que depende também o futuro desta região.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Diogo Carvalhas** e cuja intervenção se transcreve: “Bom, quanto a este relatório de gestão o que eu gostaria de dizer é que ele, realmente, cumpre os objetivos de transparência e, portanto, todos podemos ver aquilo que foi a atividade da CIM durante este último ano. É pena, talvez, que seja demasiado extenso, e, assim é-nos enviado com pouco tempo para o estudarmos devidamente, portanto, deixo à consideração do Sr. Secretário-Executivo que, no próximo mandato, possa enviar o relatório de gestão com maior antecedência, quando tenha esta extensão. -----

--- No entanto, depois da explicação do documento pelo Sr. Secretário-Executivo, fiquei bastante esclarecido sobre o que a CIM fez durante este último ano. Contudo, não posso deixar de realçar uma questão relativa à política de transportes. que como sabemos, os Municípios delegaram na CIM as suas competências de Autoridade de Transportes. É uma competência que

Assembleia Intermunicipal

realmente faz sentido delegar, dada a possibilidade de integração de várias linhas, municipais e intermunicipais no conjunto do território, combaterá também, eventualmente, o isolamento e promoverá o ambiente. Diz-se no relatório de gestão que o concurso público para a contratação de transportes já foi lançado e ficou deserto e também disse o Sr. Secretário-Executivo isso mesmo, mas não referiu a razão porque acha que ficou deserto e, portanto, eu perguntava-lhe qual é a razão e quais são as diligências para ultrapassar essas razões que estão a ser tomadas, dados precisamente aqueles pontos que eu aponte que acho que são essenciais, que é a integração da política de transportes na CIM, os ganhos ambientais e os ganhos em termos de, para a vida das pessoas, mitigação do isolamento e da interioridade.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Três coisas breves, uma porque podia tê-lo feito há bocado e antes que por ventura os Senhores Deputados possam sair antes do fim, quero deixá-lo agora aqui que é o renovar o agradecimento à Câmara Municipal de Santa Comba Dão pela cedência do auditório, o Sr. Presidente da Câmara não está aqui hoje quando eu o contactei para saber da disponibilidade do auditório para continuarmos a reunião hoje, disse logo que não poderia estar, tinha uma atividade, portanto não está cá por causa disso, pediu-me de qualquer modo que transmitisse a todos as suas saudações.-----

--- Um segunda questão foi levantada aqui também até pelo Sr. Deputado Vítor Fernandes, é a questão do Relatório do Auditor, eu tinha aliás pedido aqui na última sessão que ele fosse mantido, porque só me chegou no dia aqui, no dossier da sessão, não tinha chegado antes e por culpa também minha não reparei que ele ainda não tinha sido enviado, de modo que apesar de tudo, como deve ser um elemento a considerar para a votação que vamos fazer a seguir, eu vou vos ler só aquilo que eu na opinião do revisor de contas, tudo o resto do documento são as razões e a demonstração de qual é o método que o revisor de contas faz, e a opinião diz o seguinte: auditamos as demonstrações financeiras anexas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, a entidade que compreendeu o balanço de 31 de dezembro de 2020 que evidencia um total de 5 milhões, 574 mil, 414 euros e um total de património líquido de 1 milhão e trezentos, 193 mil e 868 euros, incluindo um resultado líquido do período de 24 mil, 773 euros, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações de património líquido, a demonstração de fluxo de caixa, relativos ao ano findo Àquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem o resumo das políticas contabilísticas significativas. ----

--- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Comunidade Intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Viseu Dão Lafões em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo com aquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. -----

--- E passado isto, eu apenas queria dar aqui duas ou três notas, e duas perguntas, uma primeira aliás já foi aqui referida e começou a ser até o Sr. Deputado Dr. Telmo que referiu, e eu queria destacar, e eu devo dizer já, o ponto de interesse, que eu sou um regionalista, e portanto acho que é apesar de, se houver regionalização, apesar de tudo as Comunidades Intermunicipais têm a sua razão de ser, mas no contexto que temos, as Comunidades Intermunicipais têm hoje uma importância muito maior do que aquilo que aparentemente lhes é consagrado na lei, do que aparentemente têm até na relevância na Comunicação Social, não se trata da questão das dimensões dos orçamentos e daquilo que é propriamente gerido em termos diretos pelas Comunidades Intermunicipais, mas pelo seu papel, ainda há bocado o Dr. Nuno Martinho, Secretário-Executivo, referia aqui, por exemplo, o que estão a fazer aqui neste momento, em termos de análise de candidaturas, mas muito mais que isto, tem aquilo que já vários Senhores Deputados já referiram que é o problema da contribuição e da sua capacidade e da necessidade que vai ser, que se sente, vir a acentuar esse processo, que é de intervenção na questão da gestão dos recursos e dos territórios de forma integrada.-----

--- Na Comunidade só há uma forma de conseguir escala para se conseguir fazer alguma coisa e é sobretudo uma forma de fomentar uma situação que na nossa zona não acontecia e que é desejável, que é cooperação entre municípios, felizmente nos últimos 15, 20 anos , isso acentuou-se e vais ser preciso muito mais para resolver uma série de problemas e questões importantes, esta é uma primeira nota.-----

--- Quero dizer que, eu não estou aqui há muito tempo, e nos anos deste mandato houve uma evolução muito significativa nos documentos que nos são presentes e eu quero registar aqui isso, é trabalho do Conselho Intermunicipal, é trabalho das pessoas, dos funcionários, dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal, eu devo dizer que me continua a custar muito falar em colaboradores, que eu não vejo quem trabalha de uma forma dependente ser um colaborador, no sentido real do termo, porque não estão numa situação de igualdade, mas isso é uma outra questão, é uma questão que não é para aqui chamada neste momento, portanto, eu queria registar, como o Dr. Mota Faria disse, quando estamos a fazer aquilo que são as nossas obrigações, não é para agradecer, é para reconhecer se o trabalho é bom ou não, e o trabalho nestes aspetos têm sido bons, com certeza que haverá visões diferentes, nomeadamente, quando estamos a falar de 14 municípios, mas o trabalho, e reconheço que este relatório é um

Assembleia Intermunicipal

muito bom relatório, ainda que, eu pessoalmente ache, que é um processo que está a seguir, estes relatórios têm um tecnicidade cada vez maior, e isto dificulta a muitos de nós, que não temos muito tempo disponível, para acompanhar esses processos, possam ter uma compreensão fácil da realidade de tudo o que está no relatório, não tem nada a ver com a qualidade técnica com que o relatório está feito e na realidade da descrição das coisas, tem a ver com as condições que nós temos para apreciar isto, e a questão da transparência é muito importante, quando se mostram os dados, mas se as pessoas, a opinião pública e os membros, e isto não tem nada a ver com a Comunidade, não tem culpa, não é um problema da Comunidade, mas se essa informação não estiver estruturada, por imposição legal, aliás, de forma que não é facilmente inteligível para o cidadão mais comum, isto dificulta a transparência, porque dificulta o entendimento que o cidadão comum tem do funcionamento dos órgãos, esta era uma questão que eu deixava aqui, não era por acaso que aqui há algum tempo na primeira parte da reunião, eu dizia que, do meu ponto de vista, era importante que se fizesse uma reflexão, sobre a estrutura orgânica, e as regras do funcionamento global dos órgãos, e interligação dos órgãos da CIM, para ver se criavam condições melhores para que isso pudesse ser. -----

--- Quanto à questão concreta, o Senhor Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, referiu e está no relatório, o projeto de digitalização e desmaterialização para os municípios, eu gostaria de saber se é possível fazer um ponto de situação mais concreto do o que está no relatório para a questão do acesso à Internet, falando em 2 vertentes, aliás no 5G e falando na fibra ótica, que eu julgo que não podem ser confundidas, porque se a deixamos confundir, podemos ficar prejudicados, claramente, na região.-----

--- Portanto, eu gostava de saber que andamento é que esse projeto está a ter, sobretudo no sentido de que, ao que parece, vai estar obviamente, consagrado neste quadro, no próximo quadro comunitário, que as zonas de baixa densidade, como as empresas fornecedoras de serviços têm muito pouca apetência para distribuir, o que eles consideram benesses, para facilitar o acesso de internet de qualidade, nomeadamente, a extensão da fibra ótica, mas que o quadro comunitário virá contemplar a possibilidade de ser financiado por fundos comunitários da extensão da fibra ótica a todos os lugares, mas em que pé está portanto a nossa posição em relação a isso? Agora que a entidade, pelo menos ali para a nossa zona, dominante, que é a Altice, depois de sacar boa massa, vende tudo e mais alguma coisa que havia na PT e MEO, agora quer vender a empresa, esta era uma questão. -----

--- A outra questão, gostaria só de ter uma explicação, porque é assim, eu não sou totalmente

Assembleia Intermunicipal

inexperiente na Administração Pública, mas com estes novos termos contabilísticos, vejo-me e desejo-me para perceber, nós temos uma variação de património líquido, mais ou menos, de 900 mil euros, gostava de ouvir uma explicação mais ao meu nível para o resultado dessa variação”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “Adianta responder aqui a algumas questões de carácter mais técnico e questões também do relatório da certificação legal de contas, depois peço também ao Senhor Presidente se entender, o Dr. Vítor Simões, que é o revisor oficial de contas da Comunidade Intermunicipal, que também se o Sr. Presidente, assim o entender e o Sr. Presidente da Mesa, também está disponível para prestar alguns esclarecimentos sobre algumas questões de alguma tecnicidade e que foi também citado o relatório, pode explicar.-----

--- Relativamente a uma primeira questão que foi colocada sobre o ponto de situação da questão da transferência da Universalidade e a questão das contas, dar nota que foi referido, exatamente, no anexo balanço e na demonstração dos resultados, na página 16, que durante o ano de 2020 foram desenvolvidas todas as diligências, como seja a interpelação extrajudicial dos municípios associados à Assembleia Distrital de Viseu, que constam como devedores, estando o processo já encerrado, portanto, a Comunidade Intermunicipal interpelou todas as Câmaras Municipais que eram devedoras à Assembleia Distrital de Viseu, no sentido delas se pronunciarem sobre aquele valor que estava em dívida, concluindo esse processo extrajudicial de resposta de cada um dos municípios, o processo foi entregue após às respostas e dar nota que também está aqui presente que o processo já está encerrado, do qual resultou a tal aceitação de qualquer créditos pela generalidade dos municípios. -----

--- Portanto, encontra-se neste momento, a data está a ser preparada pelo escritório dos Advogados, o processo para ser submetido junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, mediante a respetiva ação administrativa, com o objetivo de alcançar a declaração jurisdicional que permita alcançar a definição da situação jurídica, dos créditos de que a CIM também é titular sobre os Municípios da Assembleia Distrital de Viseu, que lhe foram transferidos com Universalidade Patrimonial, portanto, é neste momento o estado, e o que desenvolvido durante o ano de 2020, relativamente a esta matéria. -----

--- Outra questão que foi colocada, relativamente, à taxa de execução, essa questão já foi afluída, está no relatório, também referi alguma nota adicional, portanto, de facto o ano de 2020 condicionou muito a questão do COVID, depois há outras situações também que são orçamentos, procedimentos concursais públicos, em alguns casos estamos a falar de

Assembleia Intermunicipal

procedimentos concursais públicos internacionais, e o montante deles também exige o visto do Tribunal de Contas, foi assim, na questão da obra da Ecopista do Vouga, e foi assim também na questão do sistema de Videovigilância, o próprio Sucesso Educativo, nós tivemos o Autocarro, o Laboratório Móvel das Ciências, parado quase durante um ano, porque não podemos desenvolver qualquer processos do Sucesso Educativo nas nossa Escolas e portanto esta taxa de execução, deriva muito e está relacionada com a questão de paragem de muitos projetos intermunicipais que só se podem desenvolver noutras condições de saúde pública. -----

---Relativamente à questão do Sistema de videovigilância, eu não sei se há algum lapso do documento relativamente a isto, o processo do sistema de videovigilância é de 2019, é só de 2019, nós lançamos, fizemos uma candidatura no ano de 19, de videovigilância, lançamos o procedimento concursal público internacional logo após a aprovação da candidatura que veio aprovada e logo de seguida consignamos a obra, portanto o Sistema de Videovigilância tem 2 anos desde a submissão da candidatura agora até a execução, e temos algumas aspirações, e neste momento, tendo em conta o cronograma de execução a que a empresa se comprometeu, está a ser cumprido os prazos na íntegra, relativamente ao atraso, não há nenhum atraso, nem nesta obra, nem na Ecopista do Vouga, que está exatamente dentro dos prazos. -----

--- Outra questão que foi colocada por outro Sr. Deputado, que tem a ver com a questão dos transportes, nomeadamente, a questão porque ficou deserto, pois como disse há pouco, ficou o nosso, ficou o da CIM de Aveiro, o da CIM do Médio Tejo, ficaram vários concursos desertos, aliás, nós comunicamos à ATM, exatamente esse facto, porque o concurso ficou deserto, porque era nossa convicção que relativamente ao valor base que foi colocado no concurso, era um valor base, completamente, isto é, o estudo de viabilidade económica e financeira que presidiu a determinação do valor base, ele era suficiente para que surgisse a atratividade no mercado dos operadores, a razão porque ele ficou deserto, foi plasmada em uma comunicação dos operadores que o fizeram na plataforma, dando nota que o valor base que a Comunidade Intermunicipal colocou no procedimento não era possível realizar aquela operação, portanto, que nós discordamos, é a justificação que estão a dar para a maior parte dos concursos, aliás, é bom dizer que, antes da Comunidade Intermunicipal lançar o procedimento, que está sujeito a um parecer prévio vinculativo da Autoridade da Mobilidade dos transporte que também se pronuncia, não só sobre o EVEF como também se pronuncia sobre o clausulado jurídico do caderno de encargos, a razão foi essa, foi plasmada num documento que foi subido na plataforma de contratação pública que nós não compreendemos e discordamos dele e por isso também comunicamos a AMT, como disse há pouco, a CIM está agora a preparar um novo

Assembleia Intermunicipal

caderno de encargos com completamente uma rede diferente daquela que foi colocada a concurso, porque a mobilidade e o COVID veio mostrar isso, mudou completamente na nossa região, e portanto as opções também de redes e carreiras vão ser diferentes daquelas que estavam previstas no anterior procedimento concursal que foi lançado.-----

--- Relativamente à questão que foi colocada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, da desmaterialização, portanto o processo de desmaterialização ligadas à questões do urbanismo de cada uma das Câmaras Municipais, também pedidos de informação prévia sobre várias áreas da gestão camarária, o que nós pretendemos foi, e que demos o nome “Um Modelo Catorze Municípios” é um bocadinho nessa base, era uniformizar o procedimento nas 14 Câmaras Municipais para que um cidadão, para que uma empresa, um munícipe, quando de facto pede um pedido de informação prévia ou entra com um processo de urbanismo, o processo seja transversal nos 14 Municípios, portanto, essa era uma tentativa que estamos a fazer, e estamos a conseguir na maioria dos casos, obviamente, nalguns casos, as especificidades de alguma Câmara Municipal que não é grosso destes pedidos, desta desmaterialização, tem um tronco comum, tem um esqueleto comum, para que seja transversal aos 14 municípios. O ponto de situação neste momento, está numa fase muito avançada de conclusão, aliás o projeto de modernização administrativa conclui-se no próximo mês de agosto, e portanto, em termos de execução física e financeira está na fase final, obviamente temos estados de arte diferentes em cada um dos municípios, há municípios que estão mais avançados já numa fase final, há outros municípios que estão mais atrasados, inclusivamente os Senhores Presidentes que estão aqui ao meu lado sabem que essa questão até já foi aflorada nas várias reuniões do Conselho Intermunicipal, da necessidade dos municípios que estão mais atrasados darem alguma celeridade a esses processos, até porque nalguns desses processos, eles também estão dependentes de decisão política dos executivos municipais, relativamente aos formulários e a aprovação dos formulários que têm que ser aprovados pelo órgão executivo, nalguns casos, e portanto o ponto de situação é esse, está numa fase final de conclusão, até porque o projeto de modernização administrativa, o financiamento termina no próximo mês de agosto, e temos que encerrar o projeto e submeter o Pedido de Pagamento Final.-----

--- Relativamente à questão da fibra ótica e da 5G, o trabalho que a CIM está a realizar é o trabalho que realiza muitas vezes, que é obviamente, o trabalho de casa, relativamente a preparação de eventuais candidaturas que possam surgir no futuro, e nesta perspetiva, obviamente, olhando o PRR, olhamos para um claro foco na questão da transição digital, na digitalização, na questão da conectividade, olhamos também para os principais eixos

Assembleia Intermunicipal

estratégicos do novo quadro financeiro e plurianual e percebemos claramente que a questão da conectividade vai estar presente, e com oportunidades de financiamento, neste sentido, nós estamos a fazer algum trabalho de base junto dos municípios, temos também um grupo de trabalho onde temos os vereadores do pelouro da Modernização Administrativa de cada uma das Câmaras e que também os técnicos de informática, juntamente com a equipa de projeto da CIM e onde temos feito também reuniões de trabalho com alguns operadores, como é a Vodafone, como é a Altice, no sentido de fazer uma avaliação de zonas sombra, de fazer avaliação, identificação pelos municípios, de zonas onde não há fibra, onde falta a conectividade, nomeadamente nas áreas de acolhimento empresarial, estamos a trabalhar num projeto intermunicipal para dotar as áreas de acolhimento empresarial de conectividade, não só na área de conectividade, mas podemos ir mais longe, em projetos de eficiência energética e nas áreas de acolhimento empresarial, como são, as questões de mobilidade elétrica, é um projeto transversal que estamos a trabalhar nessa equipa de projeto para que quando surgirem essas oportunidades de financiamento, que acredito que elas venham a surgir, a CIM tenha o trabalho de casa feito e esteja preparada para no caso de ser submetida uma proposta, seja submetida uma candidatura, que seja perguntado, questionado relativamente ao valor, a um orçamento possível para um projeto, tenhamos na base de toda a informação para que depois possamos dizer presente e apresentar a candidatura.” -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve: “Se me permite e sobre questões financeiras, técnico/financeiras que nos foram aqui apresentadas e eu aproveitava para cumprimentar o Dr. Vítor Simões, o Dr. Vítor Simões poderia nos dar essas explicações e assim o autorizassem.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Adianta responder aqui a algumas questões de carácter mais técnico e questões também do relatório da certificação legal de contas, depois peço também ao Senhor Presidente se entender, o Dr. Vítor Simões, que é o revisor oficial de contas da Comunidade Intermunicipal, que também se o Sr. Presidente, assim o entender e o Sr. Presidente da Mesa, também está disponível para prestar alguns esclarecimentos sobre algumas questões de alguma tecnicidade e que foi também citado o relatório, pode explicar.”-----

--- Relativamente a uma primeira questão que foi colocada sobre o ponto de situação da questão da transferência da Universalidade e a questão das contas, dar nota que foi referido, exatamente, no anexo balanço e na demonstração dos resultados, na página 16, que durante o ano de 2020 foram desenvolvidas todas as diligências , como seja a interpelação extrajudicial

Assembleia Intermunicipal

dos municípios associados à Assembleia Distrital de Viseu, que constam como devedores, estando o processo já encerrado, portanto, a Comunidade Intermunicipal interpelou todas as Câmaras Municipais que eram devedoras à Assembleia Distrital de Viseu, no sentido delas se pronunciarem sobre aquele valor que estava em dívida, concluindo esse processo extrajudicial de resposta de cada um dos municípios, o processo foi entregue, após as respostas, e dar nota que também está aqui presente que o processo já está encerrado, do qual resultou a tal aceitação de qualquer créditos pela generalidade dos municípios. -----

--- Portanto, encontra-se neste momento a ser preparada pelo escritório dos Advogados, o processo para ser submetido junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, mediante a respetiva ação administrativa, com o objetivo de alcançar a declaração jurisdicional que permita alcançar a definição da situação jurídica, dos créditos de que a CIM também é titular sobre os Municípios da Assembleia Distrital de Viseu, que lhe foram transferidos pela Universalidade Patrimonial, portanto, é neste momento o estado, e o que foi desenvolvido durante o ano de 2020, relativamente a esta matéria. -----

--- Outra questão que foi colocada, relativamente à taxa de execução, essa questão já foi aflorada, está no relatório, também referi alguma nota adicional, portanto, de facto o ano de 2020 condicionou muito a execução de projetos da CIM, depois há outras situações também que são orçamentos, procedimentos concursais públicos, em alguns casos estamos a falar de procedimentos concursais públicos internacionais, e o montante deles também exige o visto do Tribunal de Contas, foi assim, na questão da obra da Ecopista do Vouga, e foi assim também na questão do sistema de Videovigilância, o próprio Sucesso Educativo, nós tivemos o Autocarro, o Laboratório Móvel das Ciências, parado quase durante um ano, porque não podemos desenvolver qualquer projeto do Sucesso Educativo nas nossa Escolas e portanto esta taxa de execução, deriva muito, e está relacionada com a questão de paragem de muitos projetos intermunicipais, que só se podem desenvolver noutras condições de saúde pública. -----

--- Relativamente à questão do Sistema de videovigilância, eu não sei se há algum lapso do documento relativamente a isto, o processo do sistema de videovigilância é de 2019, e só em 2019, nós lançamos, fizemos uma candidatura no ano de 2019, da videovigilância, lançamos o procedimento concursal público internacional logo após a aprovação da candidatura que veio aprovada e logo de seguida consignámos a obra, portanto o Sistema de Videovigilância tem 2 anos desde a submissão da candidatura agora até a execução, e temos algumas aspirações, e neste momento, tendo em conta o cronograma de execução a que a empresa se comprometeu, está a ser cumprido os prazos na íntegra, relativamente ao atraso, não há nenhum atraso, nem

Assembleia Intermunicipal

nesta obra, nem na Ecopista do Vouga, que está exatamente dentro dos prazos. -----

--- Outra questão que foi colocada por outro Sr. Deputado, que tem a ver com a questão dos transportes, nomeadamente, a questão porque ficou deserto, pois como disse há pouco, ficou o nosso, ficou o da CIM de Aveiro, o da CIM do Médio Tejo, ficaram vários concursos desertos, aliás, nós comunicamos à AMT, exatamente esse facto, porque o concurso ficou deserto, porque era nossa convicção que relativamente ao valor base que foi colocado no concurso, era um valor base realista, isto é, o estudo de viabilidade económica e financeira que presidiu a determinação do valor base, ele era suficiente para que surgisse a atratividade no mercado dos operadores, a razão porque ele ficou deserto, foi plasmada numa comunicação dos operadores que o fizeram na plataforma, dando nota que o valor base que a Comunidade Intermunicipal colocou no procedimento não era possível realizar aquela operação, portanto, que nós discordamos, é a justificação que estão a dar para a maior parte dos concursos, aliás, é bom dizer que, antes da Comunidade Intermunicipal lançar o procedimento, que está sujeito a um parecer prévio vinculativo da Autoridade da Mobilidade dos transportes que também se pronuncia, não só sobre o EVEF como também se pronuncia sobre o clausulado jurídico do caderno de encargos, a razão foi essa, foi plasmada num documento que foi subido na plataforma de contratação pública que nós não compreendemos e discordamos dele e por isso também comunicamos à AMT, como disse há pouco, a CIM está agora a preparar um novo caderno de encargos com completamente uma rede diferente daquela que foi colocada a concurso, porque a mobilidade e o COVID veio mostrar isso, mudou completamente na nossa região, e portanto as opções também de redes e carreiras vão ser diferentes daquelas que estavam previstas no anterior procedimento concursal que foi lançado. -----

--- Relativamente à questão que foi colocada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, da desmaterialização, portanto o processo de desmaterialização ligadas às questões do urbanismo de cada uma das Câmaras Municipais, também pedidos de informação prévia sobre várias áreas da gestão camarária, o que nós pretendemos foi, e que demos o nome “Um Modelo Catorze Municípios” é um bocadinho nessa base, era uniformizar o procedimento nas 14 Câmaras Municipais para que um cidadão, para que uma empresa, um munícipe, quando de facto pede um pedido de informação prévia ou entra com um processo de urbanismo, o processo seja transversal nos 14 Municípios, portanto, essa era uma tentativa que estamos a fazer, e estamos a conseguir na maioria dos casos. O ponto de situação neste momento, está numa fase muito avançada de conclusão, aliás o projeto de modernização administrativa conclui-se no próximo mês de agosto, e portanto, em termos de execução física e financeira está na fase final,

Assembleia Intermunicipal

obviamente temos estados de arte diferentes em cada um dos municípios, há municípios que estão mais avançados já numa fase final, há outros municípios que estão mais atrasados, inclusivamente os Senhores Presidentes que estão aqui ao meu lado sabem que essa questão até já foi afluada nas várias reuniões do Conselho Intermunicipal, da necessidade dos municípios que estão mais atrasados darem alguma celeridade a esses processos, até porque nalguns desses processos, eles também estão dependentes de decisão política dos executivos municipais, relativamente aos formulários e a aprovação dos formulários que têm que ser aprovados pelo órgão executivo, nalguns casos, e portanto o ponto de situação é esse, está numa fase final de conclusão, até porque, o projeto de modernização administrativa, o financiamento termina no próximo mês de agosto, e temos que encerrar o projeto e submeter o Pedido de Pagamento Final.-----

--- Relativamente à questão da fibra ótica e da 5G, o trabalho que a CIM está a realizar é o trabalho que realiza muitas vezes, que é obviamente, o trabalho de casa, relativamente a preparação de eventuais candidaturas que possam surgir no futuro, e nesta perspetiva, obviamente, olhando o PRR, olhamos para um claro foco na questão da transição digital, na digitalização, na questão da conectividade, olhamos também para os principais eixos estratégicos do novo quadro financeiro plurianual e percebemos, claramente, que a questão da conectividade vai estar presente, e com oportunidades de financiamento, neste sentido, nós estamos a fazer algum trabalho de base junto dos municípios, temos também um grupo de trabalho onde temos os vereadores do pelouro da Modernização Administrativa de cada uma das Câmaras e que também os técnicos de informática, juntamente com a equipa de projeto da CIM e onde temos feito também reuniões de trabalho com alguns operadores, como é a Vodafone, como é a Altice, no sentido de fazer uma avaliação de zonas sombra, de fazer a avaliação, a identificação pelos municípios, de zonas onde não há fibra, onde falta a conectividade, nomeadamente nas áreas de acolhimento empresarial, estamos a trabalhar num projeto intermunicipal para dotar as áreas de acolhimento empresarial de conectividade, não só na área de conectividade, mas podemos ir mais longe, em projetos de eficiência energética e nas áreas de acolhimento empresarial, como são, as questões de mobilidade elétrica, é um projeto transversal que estamos a trabalhar nessa equipa de projeto para que quando surgirem essas oportunidades de financiamento, que acredito que elas venham a surgir, a CIM tenha o trabalho de casa feito e esteja preparada para no caso de ser submetida uma proposta, seja submetida uma candidatura. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja

Assembleia Intermunicipal

intervenção se transcreve: “Se me permite e sobre questões financeiras, técnico/financeiras que nos foram aqui apresentadas e eu aproveitava para cumprimentar o Dr. Vítor Simões, o Dr. Vítor Simões poderia nos dar essas explicações e assim o autorizassem.”-----

--- Foi dada a palavra ao Dr. **Vítor Simões**, Revisor Oficial de Contas da CIM Viseu Dão Lafões, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente às questões que foram formuladas e essencialmente do Sr. Deputado que referiu aspetos relacionados com a transição do POCAL para o SNC-AP, de referir que a Comissão Normalizadora Contabilística optou por um modelo que se diz mais simplificado, mas ao criar essa simplificação prejudicou a comparabilidade, criando para o efeito a obrigatoriedade de se preencher um conjunto de quadros que constam no anexo e com bastante desenvolvimento em termos de informação, para comparar, para fazer explicar precisamente as principais razões da transição de 31 de dezembro de 2019 para o dia 1 de janeiro de 2020, mas de facto era essa a intenção, os próprios técnicos ao elaborarem estes quadros que está na nota zero do anexo, eles próprios tiveram algumas dificuldades de interpretação dos mapas e depois o que se pretendia que fosse uma informação clara, de fácil leitura se visse o que era antes e o que era depois, dá azo àquela dúvida que o Sr. Presidente da Mesa suscitou de que parece que com a transição que houve aqui uma diferença negativa de quase um milhão de euros, que de facto não aconteceu. Basicamente e sem querer ser muito técnico, relativamente a isto, mas só para terem a ideia é que há um ano tivemos aqui, aprovamos as contas em base POCAL e essas contas, quando vão à nota zero de um quadro que lá está que tem o balanço de transição, as contas do ano zero do ano de 2019 comparado com a coluna à esquerda que é o balanço a 1 de janeiro, o balanço a 1 de janeiro da abertura neste quadro é diferente do balanço de 31 de dezembro de 2019, mas tudo por força de mecanismos de reexpressão de rúbricas que tiveram que ser feitas e de facto tecnicamente não poderia ser de outra forma, eu dou-lhe um exemplo que é aquele que dá origem a praticamente maior relevância, por exemplo havia valores de subsídios relacionados com a Ecopista do Dão que constavam na base POCAL de 31 de dezembro de 2019, cerca de 900 mil euros, que é o valor que referimos aqui, a 31 de dezembro que depois na reabertura destes mapas por força das regras de transição tiveram que passar para uma conta de património líquido, ou seja, o património líquido a 31 de dezembro era diferente a 1 de janeiro e depois até ao fechar do ano, esses 900 mil euros tiveram que ser de reconhecidos outra vez, por força de outra norma contabilística que diz que, uma obra, esta obra, digamos o dono da obra foi a CIM e enquanto a obra durou em sede da elaboração e da sua execução, esteve no ativo da CIM o valor das obras e no passivo da CIM o valor dos subsídios, mas depois de acordo com o normativo do SNC-AP,

Assembleia Intermunicipal

uma obra em que não fique para a CIM, digamos assim que ela foi devolvida aos municípios que compreendem essa obra, teve depois de ser de reconhecida, e daí vem já a justificação que o Sr. Presidente da Mesa referiu, de facto de ter havido esta redução relacionada com a transição, mas de facto não é uma redução, porque no dia 1 de janeiro os valores não é uma redução, porque no dia 1 de janeiro os valores foram empolados por força da transição e depois tiveram que ser reduzidos, por esse motivo nós quisemos introduzir uma ênfase que fosse de mais fácil leitura, e assumo que a debilidade da ação com que está feita e que já tínhamos dado conta e era intenção precisamente focá-la, no findo esta ênfase vem dizer o que? Mas afinal há um ano estivemos aqui e aprovamos umas contas com determinado valor de situação líquida de património líquido, eu estou respondendo à pergunta do Sr. Deputado que diz, mas então afinal o que é do ano e o que é da transição? E de facto com a ênfase quisemos ser muito mais límpidos na leitura da nota zero do anexo referindo qual foi a evolução da situação líquida de 31 de dezembro de 2019 para a situação líquida de 31 de dezembro de 2020, e portanto de facto essa evolução reside num aumento de 27 mil e 600 euros que foi o efeito líquido da transição entre o que havia antes e o que aparece depois, e que resulta essencialmente de 2 projetos, que é um projeto SAMA e outro de rádio, totalizam precisamente este valor de 27 mil e 600 euros e que anteriormente estavam no passivo e de acordo com os critérios de reconhecimento, agora deixam de estar e passam para o capital próprio, portanto quando refere e bem que se for à nota zero verificaremos que há reduções, mas em termos daquilo que foram as contas aprovadas de 2019 para 2020, houve um aumento e não uma redução do património líquido em 27 mil e 600 euros e daí a dualidade de redação que como salientou, se verifica. -----

--- O outro elemento significativo que houve da alteração da introdução do novo normativo do SNC-AP, reside precisamente no reconhecimento dessa obra da Ecopista do Dão, que em POCAL em 31 de dezembro de 2019 estava no ativo e no passivo e que de acordo com as novas normas e com o esclarecimentos adicionais, de facto tiveram que ser de reconhecidos e daí a tal referência de que o passivo reduziu em 700 e poucos mil euros e o ativo reduziu também em 700 mil euros e a diferença dá de facto um diferencial de 27 mil euros e 600 positivos, um património líquido.-----

--- A outra componente até 31 de dezembro de 2020 e completando a resposta à sua questão, diz respeito ao próprio resultado do ano, o próprio resultado do ano forma de cerca de 24 mil euros, portanto, em resumo, com a transição e com o resultado líquido, temos 27 mil e 600 euros mais 24 mil de aumento do património líquido, caso a Comissão de normalização contabilística tivesse optado pelo modelo completo de transição, como aconteceu no setor

Assembleia Intermunicipal

privado aqui há uns anos, estes problemas de comparabilidade não teriam acontecido, porque a leitura do balanço de 2019 era muito mais clara relativamente ao balanço de 2020, porque em vez da transição ser feita a 31 de dezembro de 2019, teria que ser feita a 31 de dezembro de 2018, ou seja, o nosso ano de 2019 vinha já reajustado e esta própria diferença que o Sr. Presidente colocou já não se colocaria, porque digamos a comparabilidade estava garantida. --

--- Portanto, eu julgo que foram essas, essencialmente, as questões que foram suscitadas e de facto esta ênfase foi no sentido de aclarar a nota zero, porque de facto, percebemos que ao ler-se o anexo e vemos uma redução de um milhão de euros, podia haver uma interrogação de qual é o motivo, o motivo é o mesmo, é sempre a Ecopista do Dão, só de facto a apresentação dos dados pode criar alguma confusão.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui dizer que estou satisfeito com as justificações que foram dadas e que responderam de facto às questões que eu coloquei. Eu agora só trazia uma pequena questão para a Mesa: nós vamos então votar o relatório tal como está, o relatório de gestão, claro que aí não há lugar a alterações, mas o parecer do Sr. Revisor vai ser alterado em conformidade com aquilo que aqui referiu?” -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

--- Declaração de voto do Senhor Deputado **Alberto Ascensão**, que se transcreve: “O meu voto de abstenção vai no sentido que, desde o princípio deste processo da transição da Assembleia Distrital para a Comunidade Intermunicipal, que discordei da forma contabilística como foi enquadrada, que de alguma forma decorre também do procedimento judicial que agora se está, digamos que, a iniciar e que de alguma forma foi preciso reunir aqui alguns elementos. -----

--- Não está em causa o relatório, nem as contas, não é possível retirar esta matéria de todo o relatório e contas e eu não posso não ser solidário com o meu município. E o meu voto de abstenção, que já é habitual, vai exatamente por solidariedade com o Município de Viseu e ao mesmo tempo, também deixar aqui a confiança nas contas que nos foram apresentadas e de alguma forma melhor explicadas. Portanto a justificação do meu voto de abstenção. -----

--- Queria aproveitar, embora o Dr. Mota Faria diga que não se agradece, queria deixar o meu agradecimento pessoal pela compreensão de todas as intervenções que entretanto fiz e com as quais procurei contribuir para a região geográfica que é esta nossa Comunidade Intermunicipal, particularmente o Conselho Intermunicipal e o Senhor Secretário Executivo, com quem

Assembleia Intermunicipal

normalmente nós discutimos os assuntos, mas acima de tudo, também, a todos os colegas deputados pela forma como debatemos aqui e deixar também um voto de felicidades pessoais para todos aqueles que no próximo ato eleitoral darão continuidade a todos os projetos que a Comunidade e os municípios de onde vêm, vão certamente ser defendidos por aqueles que forem os eleitos”.

-- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos**: Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2021.

----- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve: “Solicito que possa ser o Senhor Secretário Executivo a intervir sobre este assunto.”

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma rápida, a alteração da proposta de Mapa de Pessoal que trazemos hoje aqui a esta Assembleia e que foi aprovada em Conselho Intermunicipal, fundamentalmente cumprindo o principal objetivo é de ajustar o mapa de pessoal também a uma organização dos serviços da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente, a designação de algumas equipas multidisciplinares, a Unidade de Proteção Civil Intermunicipal que alterou o nome para Unidade do Ambiente e Proteção Civil Intermunicipal, alguns ajustamentos relativamente à atividade e aos domínios temáticos que são necessários agregar nalgumas destas equipas, e esse é o motivo principal, aliás o próprio organigrama que está presente no Relatório de Gestão já reflete essa mesma alteração, e depois por outro lado é aproveitarmos também para fazer duas alterações ao mapa de pessoal, uma na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, prever mais um posto do que estava previsto, por força da aprovação do Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, e outro que tem a ver com a necessidade de prever um lugar no Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, porque a colaboradora que estava na Unidade de Proteção Civil Intermunicipal foi em mobilidade para a Câmara Municipal de Viseu, e temos necessidade de agora, aliás já está o processo de recrutamento a andar nesse sentido.”

----- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**: Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2021.

----- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Rogério Abrantes**, cuja intervenção se transcreve: “Solicito que possa ser o Senhor Secretário Executivo a intervir sobre este assunto.”

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: “A proposta da Revisão Orçamental foi remetida a todos os Srs. Presidentes, têm para além de todos os mapas obrigatórios, dessa mesma revisão, têm uma memória justificativa e detalhada dos movimentos nessa Revisão Orçamental, por projeto, por PPI e por atividade mais relevante. Esta alteração da Revisão Orçamental teve como principais objetivos, obviamente, a inclusão do saldo de gerência anterior, também dotar rúbricas por via de aprovação de candidaturas que foram entretanto submetidas e a aprovação por parte dos Programas Operacionais, aprovação de reprogramações financeiras que levaram também à necessidade dessa Revisão Orçamental, e também dotar com algumas rúbricas e projetos de submissão de novas candidaturas que a CIM, desde a aprovação do orçamento ordinário de novembro até agora, submeteu.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos**: Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para autorização de reprogramação do PPI 2021 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes ao ano de 2022 para a aquisição das unidades móveis de saúde integradas na candidatura “Unidades Móveis de Saúde na Região Viseu Dão Lafões”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, que explicou que “este ponto se prende com a necessidade da CIM submeter uma candidatura intermunicipal, em perfeita articulação também com os seus 14 Municípios e com a Administração Regional de Saúde do Centro, na perspetiva da CIM adquirir, e de posteriormente disponibilizar aos Municípios Unidades Móveis de Saúde que possam prestar serviços à população que necessita desses serviços e têm problemas de mobilidade e de acesso, portanto, é fundamental, um projeto intermunicipal para a aquisição dessas Unidades Móveis de Saúde”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos**: Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 14 de novembro de 2020 e o dia 7 de maio de 2021, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2020. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja

Assembleia Intermunicipal

intervenção se transcreve: “Face à intenção a listagem que foi enviada, isto não tem votação é para dar conhecimento.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **César Branquinho**, cuja intervenção se transcreve: “No fim desta legislatura de 2017/2021 em que aconteceram coisas que não forma do nosso agrado, como os incêndios e o COVID, dizer que esta Assembleia da Comunidade Intermunicipal desempenha um papel importante no desenvolvimento destes 14 Concelhos da nossa região. Revejo-me em algumas palavras que o Dr. Telmo e todos os deputados que agradeceram e ficamos também contentes com o trabalho desenvolvido por todos e mais uma vez também, agradecer a Comunidade e que possivelmente, daqui há alguns meses haverá as eleições, que uns estarão presentes e outros não estão, mas que é com este âmbito e com esta luta e este fervor de beirões que eu acho que nós devemos continuar na defesa do nosso território.” ----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezanove horas, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. -----


